



Universidade Federal do Pará  
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental  
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - INEAF  
Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas - PPGA  
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável - MAFDS

YORGANA CAROLINA YAJURE PRADO

**LÓGICAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO, CONSUMO E AQUISIÇÃO DE RENDA  
FAMILIAR: INTERFERÊNCIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR DA COMUNIDADE  
QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, MUNICÍPIO DE  
IGARAPÉ-AÇU, PARÁ**

Belém - Pará

2018

YORGANA CAROLINA YAJURE PRADO

**LÓGICAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO, CONSUMO E AQUISIÇÃO DE RENDA  
FAMILIAR: INTERFERÊNCIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR DA COMUNIDADE  
QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, MUNICÍPIO DE  
IGARAPÉ-AÇU, PARÁ**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Ryohei Kato

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tatiana Deane de Abreu Sá

Belém - Pará

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

---

- Y111 Yajure Prado, Yorgana Carolina  
LÓGICAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO, CONSUMO E AQUISIÇÃO DE RENDA FAMILIAR:  
INTERFERÊNCIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA  
SENHORA DO LIVRAMENTO, MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU, PARÁ / Yorgana Carolina Yajure Prado.  
— 2018  
142 f.: il. color
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), Instituto  
Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.  
Orientação: Prof. Dr. Osvaldo Ryohei Kato  
Coorientação: Profa. Dra. Tatiana Deane de Abreu Sá.
1. Produção e consumo. 2. Segurança alimentar. 3. Agricultura familiar. 4. Quilombolas. I. Kato,  
Osvaldo Ryohei, *orient.* II. Título
-

YORGANA CAROLINA YAJURE PRADO

**LÓGICAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO, CONSUMO E AQUISIÇÃO DE RENDA  
FAMILIAR: INTERFERÊNCIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR DA COMUNIDADE  
QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, MUNICÍPIO DE  
IGARAPÉ-AÇU, PARÁ**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data da aprovação. Belém - PA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Osvaldo Ryohei Kato  
(Orientador)  
Embrapa Amazônia Oriental  
Universidade Federal do Pará

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Tatiana Deane de Abreu Sá  
(Coorientadora)  
Embrapa Amazônia Oriental

---

Prof. Dr. William Santos, de Assis  
(Membro Titular - Examinador interno)  
Universidade Federal do Pará

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Celia de Azevedo  
(Membro Titular - Examinador externo)  
Embrapa Amazônia Oriental

A mim, e a aquela força etérea que me  
acompanha diariamente, ainda quando me  
perco..., mas aí, justo aí, ela sempre está. Aqueles  
fantasmas do medo, da depressão, da fragilidade,  
do bloqueio e da falta de criatividade que encarei  
e finalmente venci. Ao poder da magia infinita  
dessa essência de simplesmente...

Ser **MULHER.**

(Yorgana Yajure Prado)

## AGRADECIMENTOS

Ao meu querido melhor amigo Jeová, porque ajudou-me a levantar-me quantas vezes tropecei nesta vida e por conduzir meus passos para poder chegar até aqui, SOS EL MEJOR!

Aos meus pais, Jorge e Ana, porque desde pequena, com muito esforço, me deram o amor e os traumas necessários para ser a pessoa que hoje sou e, nos momentos difíceis, também me deram seus conselhos, seu apoio e amor incondicional, assim como, a liberdade de desenhar minha própria vida, cheia de acertos e desacertos, agradeço por isso! E por último, por herdar a mágica loucura que me caracteriza e me faz feliz!

À vovó Doña, um dos seres mais especiais da minha vida por ser a representação do amor mais puro e incondicional que o universo me deu.

À minha amada e grande família, sobretudo a meus irmãos Walter, Makito e Chilita por dar-me a oportunidade de experimentar o amor verdadeiro, infinito, intenso e mágico que só um irmão é capaz de fazer sentir... minha alma revolteia por vocês!

Ao Luis, por ser aquela peça faltante na engrenagem das lesões mais fortes da minha vida, por me mostrar aquelas coisas que ainda devo melhorar e pelos momentos intensos, mas que ao final me fizeram reagir.

À Iracilda Sampaio, porque sem sua orientação e decisão em gerar uma mudança no meu mestrado, não haveria chegado a este trabalho de pesquisa.

À Sol Elizabeth Gonzáles, por todo acolhimento e orientações no momento da chegada e pela amizade bonita.

À Dona Tereza e a sua família, pelo amor oferecido durante a estadia no seu lar, foi uma experiência bonita e engrandecedora, de coração agradeço infinitamente.

À Comunidade Nossa Senhora do Livramento, por abrir suas portas e permitir o desenvolvimento da pesquisa e pelo carinho recebido por todos.

Ao Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC OEA/GCUB) pela oportunidade de ser parte do programa, por brindar a possibilidade de uma grande experiência que fortaleceu meu crescimento profissional e pessoal.

Ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará (UFPA), por ter me aceitado para realizar o mestrado e pelas atenções que tive como aluna estrangeira.

Ao meu Orientador Prof. Dr. Osvaldo Ryohei Kato e à minha Co-orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Tatiana Deane de Abreu Sá, por terem depositado suas confianças em mim, aceitando

uma desorientada aluna estrangeira para guiar no mestrado. Obrigada por ter acreditado em mim e minhas capacidades para realizar a dissertação de mestrado.

À equipe do Projeto Tipitamba da Embrapa Amazônia Oriental, incluindo pelo apoio nos momentos mais necessários durante o desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado e pelo acolhimento nesta maravilhosa família. Adorei a companhia de vocês, muito obrigado!

À Celinha Azevedo e a Anna Roffé por estender uma mão amiga naqueles momentos de tensão e dificuldades, eu e a minha família estaremos sempre agradecidos.

A Tonilde, pelo apoio oferecido na procura da comunidade para o desenvolvimento da pesquisa.

À Professora Rosa Acevedo Marin por compartilhar seus conhecimentos sobre as comunidades quilombolas e o encaminhamento na reta final da pesquisa.

Ao Professor Luis Mauro pela sua disponibilidade para me ajudar no desenvolvimento da dissertação

Aos meus colegas e amigos Erick Silva, Maryori Cabrita, por sua sinceridade nas sugestões e apoio para a realização da dissertação.

Ao Professor Altem Pontes, pelo salva-vidas que me lançou naquele momento em que as turvas águas das estatísticas mais bramiam. Excelente pessoa!

Ao Sr. Raimundo Parente de Oliveira pelo seu apoio no início da elaboração da análise estatística do trabalho.

Aos meus novos irmãos de vida, Rafael Olivo e Marielba de Olivo, por fazer de nossa convivência uma viagem de total e profunda aprendizagem, adoro muito vocês!

À todas as amigadas que fiz durante estes dois anos em Belém, sem importar as nacionalidades, obrigada pelos bons momentos compartilhados e pelas conversas descontraídas nos momentos difíceis. Porque a vida é uma procura constante da felicidade!

E a todos que de alguma maneira ajudaram na finalização deste processo de criação da minha dissertação de mestrado. Muito obrigado!

“Onde haja uma árvore que plantar, plante-a tu.  
Onde haja um erro que emendar, emenda-o tu. Onde  
haja um esforço que todos evitam, aceita-o tu. Sê  
aquele que afasta a pedra do caminho”.

(Gabriela Mistral)

## RESUMO

A segurança alimentar é um tema que vem sendo discutido por diversos países e instituições a nível nacional e internacional. A busca de avanços e soluções neste assunto continua sendo uma realidade inegável no mundo, sobretudo entre grupos tradicionais como os quilombolas que, devido a processos históricos, geográficos, socioeconômicos e/ou ambientais, apresentam vulnerabilidade ao risco alimentar. Esta pesquisa analisou as estratégias aplicadas pelas famílias da Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Livramento para a obtenção de alimentos e sua interferência no estado da segurança alimentar das famílias estudadas. A amostra foi constituída por 25 famílias atendidas e não atendidas ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (MDSA-SEAD). Para a obtenção dos dados, optou-se pelo uso de entrevistas (estruturadas, semiestruturadas e abertas); Diagnóstico Rápido Participativo (DRP); Linha do Tempo; Turnê Guiada; e Indicadores de Segurança Alimentar. A condição de segurança alimentar das famílias depende diretamente das políticas sociais do Governo Federal (Bolsa Família e aposentadorias) e da diversificação das estratégias (lógicas) utilizadas para aquisição de renda familiar mensal, que geralmente obedecem a trabalhos do tipo “bico” ou àquelas denominadas pelas famílias de “trabalhos fora da propriedade”. A produção para o autoconsumo perdeu forças entre os grupos familiares da comunidade, incrementando o consumo de alimentos industrializados e o deslocamento das atividades próprias da cultura quilombola, interferindo nas atividades produtivas e na fragmentação das relações internas e externas da comunidade, que leva, indiscutivelmente, os grupos familiares a encontrarem-se dentro de uma situação desfavorável de segurança alimentar.

**Palavras-chaves:** comunidades tradicionais, insegurança alimentar, agricultura familiar, Nordeste Paraense, Projeto Tipitamba.

## ABSTRACT

Food security is an issue that has been discussed by several countries and institutions at national and international levels. The search for advances and solutions in this area continues to be an undeniable reality in the world, especially among traditional groups such as quilombolas that, due to historical, geographic, socioeconomic and / or environmental processes, are vulnerable to food risk. This research analyzed the strategies applied by quilombola families in Community of Nossa Senhora do Livramento to obtain food and its interference in food security state of the families studied. The sample consisted of 25 families attended and not attended to Rural Productive Activities Development Program (MDSA-SEAD). To obtain the data, we opted for the use of interviews (structured, semi-structured and open); Rapid Participatory Diagnosis (DRP); Timeline; Guided tour; and Food Safety Indicators. The family food security condition depends directly on Federal Government social policies (Bolsa Família and pensions) and on strategies diversification (logical) used to acquire monthly family income, which usually obey works of "bico" type or those denominated by "off-farm". Production for self-consumption has lost strength among the community's family groups, increasing processed foods consumption and the displacement of quilombola culture activities, interfering in productive activities and fragmentation of the internal and external community relations, which undoubtedly leads, the family groups to find themselves in an unfavorable food security situation.

**Keywords:** traditional communities, food insecurity, family farming, Northeast of Pará, Tipitamba Project.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comunidades Quilombolas do Estado Pará.....	27
Figura 2 - Dimensões da segurança alimentar.....	36
Figura 3 - Localização da Comunidade N. Sra. do Livramento entre os municípios de Igarapé-Açu e Nova Timboteua, Estado do Pará. ....	37
Figura 4 - Localização da Comunidade N. Sra. do Livramento.....	38
Figura 5 - Principais atividades produtivas na Comunidade N. Sra. do Livramento: roça, artesanato do junco e pesca. ....	40
Figura 6 - Apresentação do projeto de pesquisa para os moradores da Comunidade N. Sra. do Livramento, município de Igarapé-Açu, Pará. ....	42
Figura 7 - Estrutura metodológica da pesquisa de campo.....	44
Figura 8 - Estrutura das atividades realizadas no Diagnóstico Rápido Participativo na Comunidade N. Sra. do Livramento.....	45
Figura 9 - Atividades desenvolvidas no Diagnóstico Rápido Participativo na Comunidade N. Sra. do Livramento. ....	46
Figura 10 - Reconstrução da trajetória da Comunidade N. Sra. do Livramento. ....	46
Figura 11 - Conversa na roça com a Dona Tereza da Costa.....	47
Figura 12 - Atividades realizadas por moradores da Comunidade N. Sra. do Livramento. ....	48
Figura 13 - Indicadores adotados para a análise do estado de segurança alimentar de moradores da Comunidade N. Sra. do Livramento. ....	50
Figura 14 - Estrutura de documentos metodológicos e equipes utilizados no trabalho de campo .....	51
Figura 15 - Trajetória histórica e alimentar da Comunidade N. Sra. do Livramento. ....	62
Figura 16 - Espécies alimentícias presentes na Comunidade N. Sra. do Livramento. ....	64

Figura 17 - Espécies vegetais alimentícias mais plantadas e sua relação com a condição de pobreza (dentro e fora da pobreza) das famílias da Comunidade N. Sra. do Livramento.....	65
Figura 18 - Alimentos industrializados consumidos pelas famílias da Comunidade N. Sra. do Livramento. ....	71
Figura 19 - Produtos alimentícios comprados e consumidos pelas famílias entrevistadas dentro e fora da condição de pobreza na Comunidade N. Sra. do Livramento, município de Igarapé-Açu, Pará. ....	72
Figura 20 - Mapa da Comunidade N. Sra. do Livramento: área antes e depois da chegada dos fazendeiros e superfície das áreas com vegetação.....	78
Figura 21 - Percentual de famílias por categoria de aquisição de rendas fixa e variável.....	81
Figura 22 - Relação das formas de aquisição de rendas e situação de vulnerabilidade econômica das famílias de N. Sra. do Livramento, município de Igarapé-Açu, Pará. ....	83
Figura 23 - Perspetivas sobre segurança alimentar e nutricional das famílias inseridas dentro e fora da situação de pobreza da comunidade de N. Sra. do Livramento. ....	88
Figura 24 - Aproveitando a falta: intercâmbio de sabores venezuelanos .....	92
Figura 25 - Número de famílias praticantes das principais atividades econômicas realizadas na comunidade N. Sra. do Livramento.....	96
Figura 26 - Formas de aquisição de peixes na Comunidade N. Sra. do Livramento. ....	98
Figura 27 - Principais alimentos consumidos pelos moradores na época dos seus bisavôs...	100
Figura 28 - Alimentos consumidos nos almoços de algumas famílias de N. Sra. do Livramento. ....	101
Figura 29 - Diagrama de Venn.....	103
Figura 30 - Análise F.O.F.A. da Comunidade N. Sra. do Livramento, município de Igarapé-Açu, Pará. ....	106
Figura 31 - Mapa social participativo da Comunidade N. Sra. do Livramento.....	111

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição das frutas com maior frequência de plantação e grau de importância nutricional.....	68
---	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
APP	Área de Proteção Permanente
ARQUINSEL	Associação Remanescente de Quilombos N. Sra. do Livramento
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CIAPO	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CNQ	Chamada Nutricional Quilombola
CONSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DATASAN	Data Social de Segurança Alimentar e Nutricional
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EMATER-PA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GT	Grupo de Trabalho
ICMBio	Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade
IFAD	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LOSAN	Lei de Segurança Alimentar e Nutricional
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPS	Organização Pan-americana da Saúde
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PMA	Programa Alimentar Mundial
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SAGI	Sistema de Avaliação e Gestão da Informação

SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal de Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
WFP	Programa Mundial de Alimentos
WHO	Organização Mundial para a Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	20
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	22
2.1 Objetivo geral .....	22
2.2 Objetivos específicos .....	22
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	23
3.1 Populações tradicionais: as comunidades quilombolas .....	23
3.2 Segurança e soberania alimentar.....	29
3.3 Indicadores de segurança alimentar .....	34
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	36
4.1 Localização e caracterização da área de estudo.....	37
4.2 Caminho metodológico.....	40
4.2.1 Seleção da comunidade e dos grupos familiares.....	40
4.2.2 Métodos e técnicas de abordagem.....	43
4.3 A pesquisa em campo.....	43
4.3.1 Coleta de dados .....	43
4.4 Tratamento dos dados .....	52
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	53
5.1 Resgate histórico e alimentar da Comunidade N. Sra. do Livramento.....	53
5.1.1 Caracterização familiar .....	63
5.2 Lógicas de obtenção de alimentos .....	64
5.2.1 Alimentos produzidos.....	64
5.2.2 Alimentos comprados.....	71
5.3 Segurança alimentar.....	74
5.3.1 Disponibilidade de alimentos .....	75
5.3.1.1 Recursos naturais.....	75
5.3.2 Acesso à alimentação .....	79
5.3.2.1 Renda familiar e estratégias de aquisição de renda .....	79
5.3.3 Utilização biológica dos alimentos .....	86
5.3.3.1 Qualidade dos alimentos produzidos e comprados.....	86
5.3.3.2 Conhecimento alimentar.....	87
5.3.3.3 Acesso a serviços públicos .....	89
5.3.4 Estabilidade alimentar ao longo do tempo .....	92

5.3.4.1 Problemáticas .....	92
5.3.4.2 Plano demográfico .....	99
5.3.4.3 A alimentação e a cultura .....	99
5.3.4.4 Relações.....	102
5.3.4.4.2 Estado das relações sociais: análise dos fatores internos e externos da Comunidade N. Sra. do Livramento como perspectivas futuras de bem-estar .....	105
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	112
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	115
<b>ANEXOS</b> .....	126

## 1 INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e a fome são temas que vêm sendo tratados por diversos países e instituições a nível nacional e internacional. A busca de avanços e soluções no assunto ainda continua sendo uma realidade inegável no mundo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO, 2014).

Após quase uma década de declínio, a fome em 2015 tomou posição entre 795 milhões de pessoas segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA e o Programa Alimentar Mundial - PMA (2015). Estes valores apresentaram uma ascensão em quase 3% das pessoas com privação de alimentos em 2017 (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2017). Sendo que, essa condição provoca diferentes formas de desnutrição no ser humano, entre elas, a deficiência de micronutrientes ou "fome oculta"<sup>1</sup>, presente em torno de 2 bilhões de pessoas, com prejuízo na saúde da população, e agravando ainda mais a desigualdade social nas regiões subdesenvolvidas (FAO, 2013).

Diante de tal situação, líderes mundiais membros da Organização das Nações Unidas (ONU), decidiram tomar frente sobre o tema da pobreza e suas múltiplas formas, estabelecendo uma série de metas, entre as quais destaca reduzir para metade a porcentagem de pessoas que enfrentam o problema da fome e a desnutrição no mundo (FAO; OPS; OMS, 2016). Até o ano de 2015 (prazo dado para atingir as metas), os países das Américas que conseguiram sair do mapa da fome no período acordado, estiveram: Chile, Nicarágua, Peru, Cuba, República Dominicana, São Vicente e as Granadinas, Uruguai, Venezuela e Brasil (FAO; FIDA; PMA, 2015). Este último, conseguiu reduzir em 82% o quadro da subalimentação<sup>2</sup> no intervalo compreendido entre o 2002 e 2014 (PORTAL BRASIL, 2015; MDSA, 2014).

Apesar dos avanços registrados entre os países citados, existem populações, entre elas as rurais, que ainda sofrem de instabilidade alimentar. Confirmando a situação supracitada, Porto (2016) identifica às comunidades tradicionais entre os grupos vulneráveis afetados pela incerteza alimentar, registrando em muitos dos casos prevalência de extrema pobreza e desnutrição infantil. Dessa forma, FAO (2015) fomenta a necessidade de atender e investir nas

---

<sup>1</sup>É definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a deficiência de micronutrientes, principalmente pelo baixo consumo de vitamina A, Ferro e Iodo, que pode causar sérios danos à saúde.

<sup>2</sup>Consumo energético (vitaminas, sais minerais, proteínas, entre outros) insuficiente na população (FAO, 2014).

comunidades rurais, visto que, são estas as que registram maior índice de pobreza e fome no mundo.

No Brasil, ações contra a fome e a insegurança alimentar tiveram avanços consideráveis nos últimos anos (Portal Brasil, 2015). Ainda assim, Maluf (2012), manifesta a necessidade da aplicação de técnicas de abordagens e mecanismos diferenciados de intervenção entre os grupos sociais ainda afetados pela impossibilidade de acesso a uma alimentação saudável e balanceada. Nesse sentido, instituições internacionais ressaltam a necessidade de contar com a contribuição da política no desenvolvimento das capacidades dos mais vulneráveis, no enfrentamento das dificuldades que afetam seu bem-estar social (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2017).

Dentre os grupos tradicionais vulneráveis à insegurança alimentar, registram-se povos e comunidades tradicionais quilombolas, sendo que, em parte, essa situação é reflexo do processo histórico desses povos, o qual envolvendo principalmente fatores geográficos, socioeconômicos e ambientais, acarretando significativas consequências nas condições de vida das populações (GUERRERO, 2010).

A batalha incansável destes grupos tem como característica principal a luta pelo reconhecimento de seu direito a posse das terras herdadas para a produção do sustento e da reprodução familiar. Assim como, a busca do reconhecimento de sua existência enquanto grupo, tendo como orientação a reconstrução e a valorização de uma história e identidade diferenciada (CAVIGNAC, 2006).

Por outro lado, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas CONAQ (2010), menciona que os conflitos territoriais, a ausência de saneamento básico, as dificuldades de acesso às políticas públicas, dentre outros, incidem nos padrões alimentares, na forma de viver e no tipo de subsistência adotada pelas comunidades quilombolas na atualidade. Vidal e Sousa (2015), adicionam que os efeitos causados pelas grandes obras na Amazônia e o avanço do agronegócio devem ser considerados parte da problemática que influencia o estilo de vida destas comunidades, sendo, portanto, um grupo fortemente vulnerável a esses tipos de intervenções.

Apesar da escravidão ter sido abolida e os quilombolas terem sido reconhecidos juridicamente, nem todos conseguiram melhorias nas suas condições de vida. Um destes casos, corresponde as famílias da Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Livramento, no município de Igarapé-Açu, Estado do Pará, a qual, apesar de estar inserida em um bioma abundante em recursos naturais como a região amazônica, apresentam indícios de insegurança

alimentar e pobreza, possivelmente derivado da problemática socioeconômica, ambiental e cultural que expressam seus habitantes.

Com base na realidade da Comunidade Nossa Senhora do Livramento e a percepção da situação alimentar, nutricional e de saúde no mundo, abordar o tema da segurança alimentar entre grupos vulneráveis torna-se uma questão primordial no avanço da problemática. Algumas ações podem ser utilizadas para transpor as dificuldades que estes grupos enfrentam, principalmente, por meio do desenvolvimento das capacidades humanas, como a adoção de diferentes práticas para a obtenção de alimentos, elaboração de artesanato e, outras fontes de renda próprias de cada cultura, estabelecendo para isso, estratégias adequadas para alcançar o bem-estar familiar.

Dessa maneira, foram considerados dois pontos-chaves na abordagem da pesquisa: 1) Segurança alimentar entre os quilombolas da Comunidade N. Sra. do Livramento; e 2) as lógicas familiares aplicadas para a obtenção de alimentos como mecanismo de segurança alimentar.

Portanto, a questão norteadora da pesquisa foi: quais seriam as estratégias aplicadas pelas famílias da Comunidade Quilombola N. Sra. do Livramento para garantir sua segurança alimentar.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Descrever e analisar as estratégias utilizadas pelas famílias da Comunidade Nossa Senhora do Livramento como mecanismo para garantir sua segurança alimentar.

### **2.2 Objetivos específicos**

- a) Resgatar a memória histórica e alimentar da Comunidade N. Sra. do Livramento para compreender as mudanças alimentares surgidas ao longo da trajetória;
- b) Caracterizar e identificar as lógicas de aquisição de alimentos das famílias da Comunidade N. Sra. do Livramento e sua relação com a segurança alimentar.
- c) Descrever o estado de segurança alimentar das famílias estudadas por meio de indicadores.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 Populações tradicionais: as comunidades quilombolas**

As comunidades tradicionais têm sido objeto de debates nos diferentes âmbitos geográficos por suas confluências identitárias que as permeiam (BRITO, 2018).

Através do Art. 3º do Decreto Nº 6.040 (2007), as comunidades tradicionais são descritas como grupos culturalmente reconhecidos pela forma característica de organização social, pela apropriação e uso do território e dos recursos naturais que incidem nas suas reproduções cultural, social, ancestral, religiosa e econômica. Cunha e Almeida (2010) incluem nesse grupo os “seringueiros, castanheiros da Amazônia, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, ribeirinhos, serranos, agricultores familiares, quilombolas e demais sujeitos sociais emergentes, cujas identidades coletivas se fundamentam em direitos territoriais e em uma autoconsciência cultural” (ALMEIDA, 2007, p.8).

Entre as contribuições realizadas por diversos autores para a definição das comunidades tradicionais, o antropólogo brasileiro Ronaldo Lobão enfatiza a resistência como um dos principais elementos identitário, definindo-os como “grupos sociais que lutaram por sua reprodução social de acordo com suas próprias tradições, em sistemas sociais determinados por eles mesmos e nos lugares onde viveram, vivem e pretendem continuar a viver” (LOBÃO, 2010, p. 24).

Por outro lado, Cunha e Almeida (2001) se referem a estes grupos como coletividades que compartilham uma história comum enquanto baixo impacto ambiental nas suas formas de vida e que possuem interesse em manter ou recuperar o controle do território que exploram. Nessa mesma ideia, no art. 13 do Decreto Nº 5.051, que promulgou a Convenção nº 169 da OIT, os descrevem como povos e comunidades que mantêm uma especial relação com seus territórios, inclinados à proteção e defesa destes, por ser intrínseca às suas identidades.

Em concordância com o supracitado, o Ministério Público Federal (2014), através de dados formulados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio indicam que a maior parte das áreas protegidas da Amazônia Legal estão localizadas em territórios ocupados por comunidades tradicionais, e que em virtude da sua presença, a proteção das unidades é garantida devido à interdependência dada na relação homem-natureza.

Na origem dos grupos quilombolas, Vainfas (2000) menciona que o termo vem da língua dos povos Bantu e que faz referência a “acampamento” ou “fortaleza”. Para Munanga (1996), os quilombos brasileiros reconstruíram a história desses grupos africanos através dos

escravizados que se opunham à estrutura escravocrata política que os oprimia, conseguindo organizar-se em grupos para fugir a territórios não povoados e geralmente de difícil acesso, os quais buscavam conseguir espaços de terra que proporcionavam a possibilidade de reorganizar suas vidas, garantir a moradia e o sustento de suas famílias, assim como, o livre desempenho das suas práticas, crenças e valores (BOAVENTURA-LEITE, 2000).

Segundo o marco histórico de 1888, período oficial da abolição da escravidão no Brasil no âmbito jurídico, os quilombos foram ignorados na nova conjuntura da nascente república. Através do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição da República Federativa do Brasil (1988, p. 160), o quilombo começa a ser tomado com outro sentido: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos”. Na época, a inserção do artigo na Constituição Brasileira representou uma das principais demandas da população negra, dado que uma vez reconhecidas suas terras, também poderiam ser preservados suas culturas, costumes, religião, crenças e outros (MONTEIRO, 2014).

Na análise realizada por Boaventura-Leite (2000) sobre o termo “Remanescente de Quilombo” utilizado em 1988, argumenta que o termo dificultaria a compreensão do processo de cidadania do grupo étnico e criaria vários impasses conceituais. Neste sentido, Schmitt et al. (2002) refere-se ao termo “quilombola” como congêneres de comunidades e a todos os elementos que lhe caracteriza, fazendo essencial compreensão de que o desprovimento de terra trouxe à tona a necessidade de redimensionamento do próprio conceito atribuído a este grupo específico.

Assim, a reelaboração do conceito de “remanescentes de quilombola” foi levada a cabo em outubro de 1994 pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, o qual buscou “desconstruir a ideia de resíduos arqueológicos de ocupação temporal, de isolamento e de população homogênea ou de população decorrente de processos insurrecionais<sup>3</sup>” que acompanhava o termo (BOAVENTURA-LEITE, 2000, p. 341). Por outra parte, Silva (2015) aponta que o “quilombismo” tem sofrido uma série de transformações, como por exemplo, a redefinição experimentada desde a perspectiva de instituição para a concepção do simbolismo de resistência, como começa a ser manejado o termo a partir do século XX. Finalmente, a autora reflete sobre como o ideal de resistência dos quilombolas tem sido de grande importância no ativismo e nas práxis literárias das comunidades negras.

---

<sup>3</sup>Processos insurrecionais são processos de forte oposição contra a ordem estabelecida.

A natureza que distingue os quilombos é uma confluência de fatores como o ancestral comum, suas formas de organização política e social, assim como os elementos linguísticos e religiosos (SILVA e FERRAZ, 2012). Nascimento (1980, p. 32) caracteriza os quilombolas através da vivência de povos africanos que se recusavam à submissão e à violência do sistema colonial e do escravismo com formas de viver e de organização socioeconômica e política própria, lutadores pela conservação e a continuidade das suas raízes africanas através da conformação de grupos de resistência política e cultural.

Freitas (1980) descreve os quilombolas a partir da perspectiva da estrutura econômica aplicada por estes, podendo desenvolver práticas agrícolas, extrativistas, pastoris, prestadores de serviços, mercantis e mineradores. Boaventura-Leite (2000) manifesta que através dos resultados e das experiências dos estudos sobre os quilombos, registra-se que este grupo tradicional apresenta uma certa capacidade organizativa, de cooperação e de utilização de estratégias de solidariedade e reciprocidade para sua subsistência e a busca de inclusão.

Os quilombos trazem consigo a ideia de que é a coletividade e não o indivíduo quem os define como grupo tradicional, por isso é importante ter presente que a terra não foi mais que a condição que os uniu como grupo de luta, mas não é o elemento que os define como tal (NASCIMENTO, 1991). Nesse sentido, Garcia (1994 apud ANDRADE, 1997, p.47) aponta um novo termo antropológico que faz referência aos quilombos desde a identidade e territorialidade: “A situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico”.

Outro elemento que acompanha a história quilombola é a ideologia que enquadra o racismo, definido por Munanga (2003) como uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelectual, o físico e o cultural, provocando a marginalização social. Além do racismo pela cor da pele, existem outros tipos dos quais são vítimas os quilombolas, como por exemplo, o racismo institucional, o qual é dissimulado por meio de procedimentos aparentemente protegidos pelo direito, visualizado por Costa (2012) como um conjunto de mecanismos não percebidos socialmente e que permite manter os negros em situação de inferioridade, sem que seja necessário que a intolerância racial se expresse, sem que seja necessária uma política racista para fundamentar a exclusão ou a discriminação.

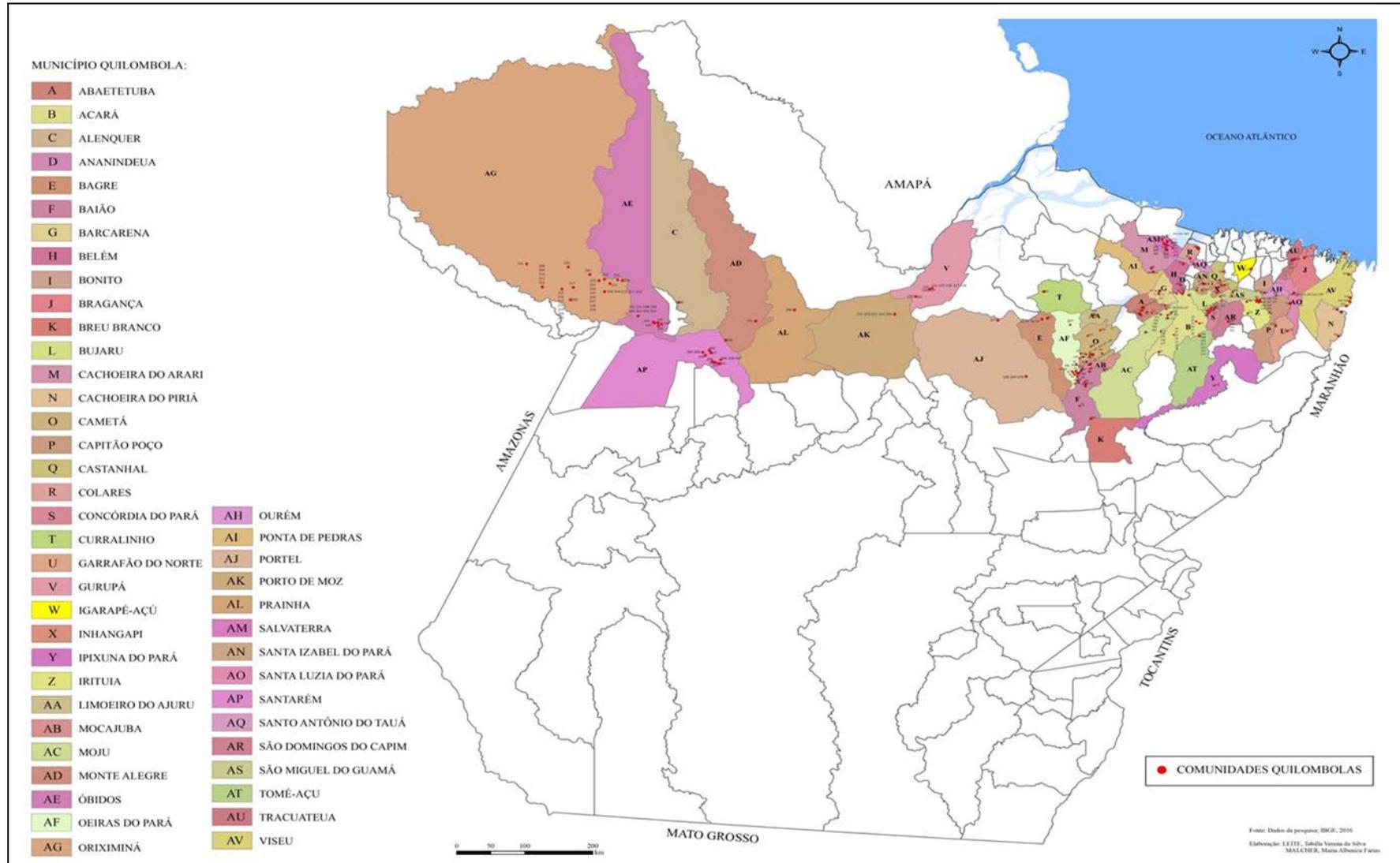
Por outro lado, o racismo no meio ambiental refere-se as minorias étnicas<sup>4</sup> afetadas por injustiças ambientais que provocam degradação ao meio ambiente e ao ser humano, frequentemente em nome de um “desenvolvimento” local e um crescimento econômico, gerando riqueza financeira a uma minoria e impactos negativos e conflitos às populações vulneráveis locais. Nesse contexto, Pinto et al. (2012) mencionam que entre os grupos mais atingidos pela problemática do racismo ambiental encontram-se os quilombolas tanto das zonas rurais como das zonas urbanas, indígenas, agricultores familiares, entre outros.

No território brasileiro, estão registradas 4.520 comunidades quilombolas (MDSA, 2010). Os estados do Maranhão, Bahia, e Minas de Gerais se concentram a maior parte destas comunidades tradicionais, com 1.351, 658, 462 e 457 representações respectivamente. Dentro desse registro, 457 comunidades correspondem as existentes no território paraense, das quais, 324 são autoidentificadas como quilombolas (MALCHER, 2017), ver figura 1.

---

<sup>4</sup>São grupos que apresentam entre seus membros, traços históricos, culturais e tradições comuns, distintos dos verificados na maioria da população.

**Figura 1 - Comunidades Quilombolas do Estado Pará**



Fonte: MALCHER (2017)

Como mencionado, Malcher (2017) realiza uma caracterização das comunidades do Nordeste Paraense, assinalando-as como comunidades agrícolas, baseadas em um sistema de produção principalmente familiar, direcionado a produção local, e a diversificação das iniciativas no setor agrário, diferenciado do modelo econômico da Amazônia extrativista, destacando-se o trabalho na roça<sup>8</sup>, a produção de farinha e a luta pela conservação da terra. Na Comunidade N. Sra. do Livramento, embora a atividade na terra venha diminuído entre seus moradores, ainda pode ser observado o trabalho na roça, a prática da pesca, e o manejo do junco (*Junco sp.*), ajustando-se as características plasmadas pela autora supracitada.

No Brasil, há inúmeras comunidades que aguardam pelas emissões de certidões e, somente no Estado do Pará, 269 comunidades foram certificadas, não obstante, 136 desses grupos aguardam pela titulação de suas terras. Ressalta-se que a Comunidade N. Sra. do Livramento é o único território quilombola reconhecido oficialmente do município de Igarapé-Açu, graças ao apoio recebido por parte de entidades do governo (MALCHER, 2017).

Embora a comunidade seja única na região, o Estado está presente apenas pela concessão de programas sociais, sendo que essa ausência, pudera estar cooperando no processo de perda de identidade que enfrenta este grupo de quilombolas, fazendo imprescindível o apoio por parte de instituições, associações ou grupos de pesquisa que auxiliem na recuperação dos saberes ancestrais e, além do mais, fomente o reencontro como povo tradicional entre os habitantes de N. Sra. do Livramento.

Na comunidade, existe grande desconhecimento quanto aos seus direitos como quilombola, com exceção dos programas “Minha Casa, Minha Vida” e “Bolsa Família”, eles não usufruem de benefícios como o “Sistema de Cotas”, o qual permite a possibilidade dos quilombolas e indígenas terem acesso às universidades públicas e privadas do Brasil, como também a “Bolsa Permanência”, que concede uma ajuda mensal para aqueles estudantes que cursam estudos no ensino superior. Este desconhecimento faz com que alguns dos mais jovens desistam da ideia de continuar seus estudos devido a necessidade de trabalhar em busca de “melhores condições de vida”.

Apesar da escravidão ter sido abolida e os remanescentes de quilombolas terem sido reconhecidos juridicamente, nem todos conseguiram melhorias nas suas condições de vida, uma vez que no Brasil ainda “persiste uma dinâmica hierarquizante e uma desigualdade de oportunidades, se comparado com as oportunidades que existem entre a população branca” (VOGT, 2014, p. 334 apud D’ADESKY, 2006). No momento presente, muitos são os

---

<sup>8</sup> Roça faz referência a cultivo de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz)

desafios que estes grupos tradicionais enfrentam, sobretudo, no campo da segurança alimentar e nutricional.

Entre os esforços realizados pelo governo brasileiro, focaliza-se a luta pela segurança alimentar de grupos específicos, sendo um exemplo disso, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), como também, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), que reconhece que pelo menos 32,2% da população quilombola possui dificuldade de acesso aos alimentos e ao aumento dos índices de obesidade, sendo este último gerado pelo consumo de alimentos portadores de carboidratos e açúcar (CAISAN, 2016). Portanto, surge a necessidade de ampliar e fortalecer os sistemas de produção de alimentos de bases sustentáveis e a oferta de alimentos saudáveis para lidar com a insegurança alimentar e nutricional destas populações (SILVA, 2009; PINTO et al., 2012).

Segundo Brasil (2006), a Chamada Nutricional Quilombola - CNQ identificou uma situação de desigualdade social acentuada entre este grupo específico com o resto da população brasileira. Alguns fatores são apontados como influenciadores da insegurança alimentar entre os grupos de quilombolas: perda de território, mudanças nas práticas alimentares, desmatamento, extração de madeira de forma desordenada, poluição dos rios pela extração mineral, fatores impeditivos de acesso aos recursos naturais, ausência de uma renda monetária, a marginalidade, falta de serviços públicos, doenças entre os membros trabalhadores das famílias, baixa escolaridade, fatores ambientais, conflitos com fazendeiros, falta de apoio e assessoramento por parte de instituições e políticas públicas que incentivem o desenvolvimento das comunidades, entre outros (BENTES, 2003; PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2006; BARBOSA e ACEVEDO, 2010).

Desse modo, uma vez analisada a situação histórica e atual das comunidades tradicionais, em especial dos quilombolas, é necessário promover alternativas que possibilitem o empoderamento destes povos para enfrentar os diversos desafios inerentes a seu processo histórico e promovam o desenvolvimento econômico local.

### **3.2 Segurança e soberania alimentar**

No processo de análise sobre o conceito de segurança alimentar (SA) para o desenvolvimento do presente estudo, foi possível observar que o termo se encontra em processo de evolução constante, seja no campo teórico ou na formulação de políticas públicas, ajustando-se continuamente a dinâmica de mudanças do desenvolvimento das sociedades,

como mencionado por BURLANDY (2007). Nesse sentido, Kepple e Segall-Corrêa (2011) mencionam que a segurança alimentar é um fenômeno multidimensional e interdisciplinar, complexo de abranger pelo fato de englobar múltiplos fatores, podendo variar dependendo da área de conhecimento ou do ideário de concepção política ou do campo ideológico que o empregue.

As dimensões da segurança alimentar são tão complexas de abordar como o assunto da fome e da pobreza, pois pelo fato de serem indicadores de problemas sociais, demandam necessidade de uma referência conceitual integral, já que se pode constituir em um poderoso e efetivo instrumento de orientação e construção de políticas públicas no enfrentamento destes fenômenos. Se a definição do termo não atender à todas as dimensões da segurança alimentar, a compreensão deste estaria nos estreitos limites de seu alcance.

O conceito de segurança alimentar é um termo que apresenta diversas definições, particularidade que permite ser aplicado em diversos contextos e que possibilita manter-se ao longo do tempo, como afirmam ALEM et al. (2015). Nesse sentido, os mesmos autores expõem que o termo segurança alimentar pertence a um processo de construção conceitual que longe de ser linear e harmônico, percorre caminhos tortuosos e conflituosos.

Belik (2003), por exemplo, comenta que a segurança alimentar é atraída por interesses mercantilistas particulares, promovendo em muitos casos a destruição do meio ambiente e dos hábitos culturais dos povos, isto é, devido as diferentes interpretações que abrangem a definição da segurança alimentar. Nesta perspectiva, a proposta de expansão agrícola defendida pela chamada Revolução Verde na década de 70 associou a segurança alimentar ao aumento da produção agrícola com a ideia de que se “houvesse mais alimentos” não existira a fome (MONTAÑA, 2009)

No entanto, Araújo (2013) indica que esta prática desconsiderou o conhecimento e as técnicas características das comunidades tradicionais, sua relação com a terra, com as matas e com os animais. Essas técnicas tradicionais foram desconsideradas em benefício da implantação de extensas áreas de monoculturas sustentadas por enormes cargas de insumos químicos e biológicos, gerando impactos sociais como a diminuição dos níveis nutricionais e alimentares das comunidades rurais (PORTO-GONÇALVES, 2004). É possível então ressaltar que o termo segurança alimentar é potencial e tem vitalidade, e ao mesmo tempo, se expressa como um conceito com capacidade de se adequar a diversos cenários e/ou conjunturas.

Na análise sobre a problemática da alimentação no mundo, é possível perceber que esta faz parte da história da humanidade na evolução das populações e a luta pela alimentação

e sobrevivência tem sido indissociáveis do progresso do gênero humano. No entanto, foi no início do século XX que a questão ligada à segurança alimentar começou a ocupar os pensamentos de autoridades, cientistas e estudiosos, mesmo antes da I Guerra Mundial (1914-1918), decorrente da preocupação de um país dominar o outro, caso tivesse o controle sobre o fornecimento de alimentos (ALEM et al., 2015; CONSEA, 2004). Para a época, a segurança alimentar significava a capacidade de todos os países produzirem sua própria alimentação e ter controle sobre ela (MONTAÑA, 2009).

Na década de 1930, surgiram, em meio a evidente presença da fome em numerosas populações no mundo, vários fenômenos contraditórios. Por um lado, encontravam-se os nutricionistas alertando sobre a necessidade de aumentar a produção agrícola como mecanismo para diminuir a desnutrição e, por outro lado, os economistas recomendavam a redução da produção da agricultura industrializada devido à dificuldade de distribuição do excedente de alimentos e sua absorção pelo mercado mundial (CHONCHOL, 2005).

Durante a II Guerra Mundial (1939-1945), como resultado da Conferência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (1943), iniciou-se a discussão sobre o direito humano à alimentação na abordagem sobre segurança alimentar, em resposta à necessidade de aliviar a miséria pós-guerra, ação direcionada pela interferência da criação da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) em 1945, e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, a compreensão de segurança alimentar foi enriquecida (MONTAÑA, 2009).

A I Conferência Mundial de Segurança Alimentar (1974) promovida pela FAO destacou a importância do aumento da produção agrícola como diretriz da segurança alimentar, dando forte apoio a Revolução Verde. A disseminação desse modelo agrícola não considerou as diversas consequências para o ambiente e a sociedade e, devido a forma de produção tipo “commodities”, promoveu a concentração dos recursos existentes em uma pequena porção da população e diminuiu a capacidade de produção para fins de consumo interno, com desequilíbrio da produção agropecuária que prevalece até hoje (ALEM et al., 2015). Para Montaña (2009), esse modelo foi desenvolvido a partir da ótica de produção em larga escala, armazenamento e oferta de alimentos.

No início dos anos 80, começou a ser introduzida a ideia de que a segurança alimentar não dependia só da quantidade de alimento produzida, pelo contrário, se fazia necessário aplicar mecanismos que permitiriam a acessibilidade destes alimentos para as populações, sobretudo, aquelas afetadas pela marginalização econômica, visto que, o resultado *per capita* proveniente da disponibilidade não revela o grau de acesso que as populações têm aos

alimentos (ALEM et al., 2015). Para esse período, a dimensão sobre o acesso aos alimentos foi tomando espaço dentro do contexto da segurança alimentar (CHONCHOL, 2005).

Após esse período, o caráter nutricional começou a fazer parte importante no uso do conceito da segurança alimentar. Inclusive, em 1992 a FAO assume a importância da qualidade biológica, sanitária, cultural e nutricional dos alimentos (CUSTÓDIO; FURQUIM; SANTOS; CYRILLO, 2011). Nesse sentido, Diouf (2016, p. 102) indica que na primeira Cúpula Mundial da Alimentação (1996), além de debater sobre a erradicação da fome, a FAO redefine o conceito referencial de segurança alimentar como: “ A situação quando as pessoas, a qualquer momento, têm acesso físico e econômico a uma quantidade de alimentos seguros e nutritivos, que satisfaçam as necessidades de uma dieta que permita uma vida ativa e saudável”.

Em 2004, sob outra perspectiva, na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi definido para o Brasil e incorporado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Decreto N° 11.346 de 2006, p. 4:

A Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômicas e ambientalmente sustentáveis.

A partir da redefinição do conceito e referencial de Segurança Alimentar pela FAO, surgiram diversos debates quanto à abrangência do tema e derivando outras noções sobre o assunto, como por exemplo, a introdução do termo Soberania Alimentar, introduzida pela Via Campesina e levada ao debate público por ocasião da Cúpula Mundial da Alimentação em 1996. Por outro lado, no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar realizado em Havana, Cuba, em 2001, introduziram a questão da soberania nas dimensões de produção e consumo na temática da segurança alimentar (BELIK; CILIPRANDI, 2011). Conti (2009) incorpora em seu trabalho o conceito de soberania alimentar enunciado durante o mencionado Fórum Mundial:

Soberania alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o alimento para toda a população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos (p. 29).

Desde então, este é um conceito-chave no debate internacional, inclusive no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), pois integra as dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais, somado ao direito de acesso aos alimentos, à produção e oferta de produtos alimentares, à qualidade sanitária e nutricional dos alimentos e a conservação e controle da base genética do sistema alimentar (MEIRELLES, 2004).

Sícoli (2005) descreve que a soberania alimentar proporciona aos trabalhadores rurais, agricultores familiares, povos tradicionais, entre outros grupos vulneráveis, a possibilidade de recuperar a capacidade de produzir de maneira socialmente justa, ecologicamente responsável e economicamente sustentável, na contramão das circunstâncias oferecidas no decorrer da história do tipo de produção e comercialização hegemônica das grandes empresas de alimentação, as quais reproduziram e ampliaram a desigualdade social nacional e mundial até hoje.

Os conceitos de segurança alimentar e de soberania alimentar surgem em momentos distintos e apresentam características complementares para alguns autores e instituições internacionais, e diversas para outros autores. Em uma discussão sobre os termos, Vieira (2008) argumenta que o conceito de soberania alimentar surge trazendo um posicionamento diverso à ideia de segurança alimentar e que ambas as concepções possuem núcleos diferentes e incorporam objetivos e ideologias particulares para as quais requerem-se políticas e ações práticas bem definidas. Somando ao debate Alem et al. (2015) menciona:

[...] enquanto a Soberania Alimentar tem a agroecologia como núcleo comum do conceito, a Segurança Alimentar tem como núcleo comum a disponibilidade e a produtividade. Observou-se também que a Segurança Alimentar necessitou de vários subtipos para continuar em uso[...] (p. 22)

A partir da perspectiva dos últimos autores mencionados, segurança alimentar e soberania alimentar apresentam algumas divergências em relação as suas diretrizes. No entanto, interpretar cada uma desta de forma isolada seria esquecer por uma parte o abrangente objetivo de distribuição dos alimentos que procura a segurança alimentar e, por outra parte, seria omitir o direito humano à alimentação de forma livre e autônoma, longe da institucionalização da dependência alimentar que reclama os princípios da Soberania Alimentar.

Ainda assim, sob uma perspectiva a simples vista direcionada para a garantia de alimentos baseada na produção de alimentos a grande escala, a FAO (2011) focaliza quatro dimensões da segurança alimentar e nutricional como resultado do caminho percorrido pela busca do conceito: 1ª.) disponibilidade física de alimentos para todas as populações; 2ª.)

acesso físico e econômico aos alimentos; 3<sup>a</sup>.) utilização dos alimentos e dos nutrientes, em termos de sua utilização biológica; e 4<sup>a</sup>.) estabilidade e continuidade temporal das três dimensões.

O estabelecimento destas dimensões da SAN permite trazer considerações relevantes que conduz as possíveis ações e alternativas tanto das populações quanto dos governos no tipo de manejo dos agroecossistemas e na elaboração de políticas públicas direcionadas para o combate da insegurança alimentar e da fome. É importante mencionar que as quatro dimensões mencionadas em princípio foram introduzidas como um referencial na esfera internacional e que permite ajuste de cada país segundo suas características regionais e problemáticas apresentadas.

Nessa perspectiva, FAO (2014) fazendo referência ao Sistema de Monitoramento de SAN no Brasil, indica que o Sistema possui seis dimensões semelhantes às quatro estabelecidas pela antes citada organização: 1<sup>a</sup>.) produção e disponibilidade de alimentos; 2<sup>a</sup>.) renda e despesas com alimentação; 3<sup>a</sup>.) acesso à alimentação adequada e saudável; 4<sup>a</sup>.) saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; 5<sup>a</sup>.) educação; e 6<sup>a</sup>.) programas e ações relacionadas a SAN.

### **3.3 Indicadores de segurança alimentar**

Como foi comentado anteriormente, a segurança alimentar é um termo difícil de abordar, devido às múltiplas implicações e conexões que a representa. Nessa perspectiva, determinar a situação de segurança alimentar em qualquer dos níveis populacionais requer instrumentos de mensuração que tentem incorporar cada um dos parâmetros que a conformam.

Uma das possibilidades de avaliar e/ou monitorar a segurança alimentar, é através do uso de indicadores, os quais podem ser definidos como ferramentas representadas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem (IBGE, 2010).

A partir de uma perspectiva social, Jannuzzi (2012) faz referência sob um instrumento implementado na substituição, quantificação, operacionalização ou monitoramento de um termo social abstrato, com a finalidade de ser utilizado na pesquisa acadêmica ou na formulação de políticas públicas.

A partir do conceito de indicadores de saúde formulado pela Organização Pan-Americana da Saúde para Brasil (OPS), Panelli-Martins et al. (2008) realiza uma adaptação para o termo de indicadores de segurança alimentar, indicando:

[...] são, medidas-síntese que contêm informações relevantes sobre determinados atributos e dimensões do estado de SAN, informando aspectos da realidade ou mudanças em processo, tendo em vista a formulação de políticas públicas, além de esclarecer as mudanças e os determinantes dos diferentes fenômenos[...] (p. 68).

No Brasil, o tema dos indicadores de segurança alimentar retorna ao cenário nacional através da reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no 2003, dando passo à instauração da Câmara Temática de Indicadores, tendo como desafio, trabalhar na intersectorialidade da segurança alimentar para a construção de indicadores. Para o 2006, a criação de um grupo de trabalho (GT) para aperfeiçoar o processo de monitoramento, desenvolveu uma matriz para seleção, análise e discussão dos indicadores existentes nos diversos setores.

Com a promulgação do art. 21 do Decreto Nº 7.272 de 2010, se estabelece as diretrizes para o monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), baseada em sete dimensões de análise da segurança alimentar: a) produção de alimentos; b) disponibilidade de alimentos; c) renda e condições de vida; d) acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; e) saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; f) educação; g) programas e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

Em 2014, em decorrência de uma série de avanços no desenvolvimento de indicadores de segurança alimentar (construção da DATASAN, elaboração e implementação do PLANASAN 2012-2015), finalmente, foi realizado o primeiro mapeamento de segurança alimentar e nutricional (Mapa SAN) no país. Neste processo, participaram a Caisan Nacional, a Secretaria de avaliação e Gestão da informação (SAGI/MDS) e as Caisan e Conseas estaduais (CAISAN, 2016).

Diversas metodologias são utilizadas na mensuração da segurança alimentar. No Brasil, geralmente são utilizados cinco, segundo Peres-Escamilla e Segall-Corrêa (2008): a) a Food and Agriculture Organization (FAO); b) a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF); c) a Avaliação do Consumo Dietético Individual; d) o Antropométrico e, e) a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Nesse sentido, na análise realizada por Galesi et al. (2009), menciona que estes métodos apresentam problemas sérios de medida, mesmo assim, os autores alertam sobre a possibilidade de serem reduzidos através do grau de compreensão que

seja alcançado dos princípios nos quais estão baseados e da padronização e experiência dos pesquisadores envolvidos nos diagnósticos.

Cada um dos indicadores mencionados é conduzido por caminhos diferenciados. Alguns avaliam o fenômeno desde o enfoque nacional, domiciliar e/ou individual, outros abordam o tema por meio das dimensões que o englobam. Ainda assim, Galesi et al. (2009), aconselham a não subestimar nenhum deles, sendo que cada um capta o fenômeno segundo uma escala e uma ótica própria, o que, por princípio, os torna complementares.

Ante a ausência de indicadores que incorporam cada uma das dimensões da segurança alimentar, o uso complementar de diversos indicadores poderia ser necessário para conseguir diminuir as imprecisões mostradas por eles até o momento (FAO, 2014). Por isso, a necessidade da criação de um protocolo de indicadores que estabeleçam uma relação diretamente com a segurança alimentar com a finalidade de ser utilizado como padrão de avaliação nas esferas internacional, nacional e/ou local, tem sido advertido pela FAO desde 1996.

Finalmente, através da literatura percebeu-se que os indicadores geralmente aplicados para o monitoramento da segurança alimentar, utilizam como princípio as quatro dimensões contempladas pelo conceito de segurança alimentar formulado pela FAO no 2012 (Figura 2).

**Figura 2** - Dimensões da segurança alimentar

<b>DIMENSÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Disponibilidade de alimentos</b>	Envolve questão de produção, comércio internacional e nacional, abastecimento e distribuição de alimentos.
<b>Acesso a alimentos</b>	Relacionado a aspectos socioeconômicos e físicos que interferem na aquisição de alimentos pela população e as famílias.
<b>Utilização biológica</b>	Influenciada pelas condições de saneamento básico e saúde das pessoas, a segurança microbiológica e química dos alimentos; abrange o conhecimento nutricional, as escolhas e hábitos alimentares, e o papel social da alimentação na família e na comunidade.
<b>Estabilidade ao longo do tempo</b>	Elemento temporal das três principais condições.

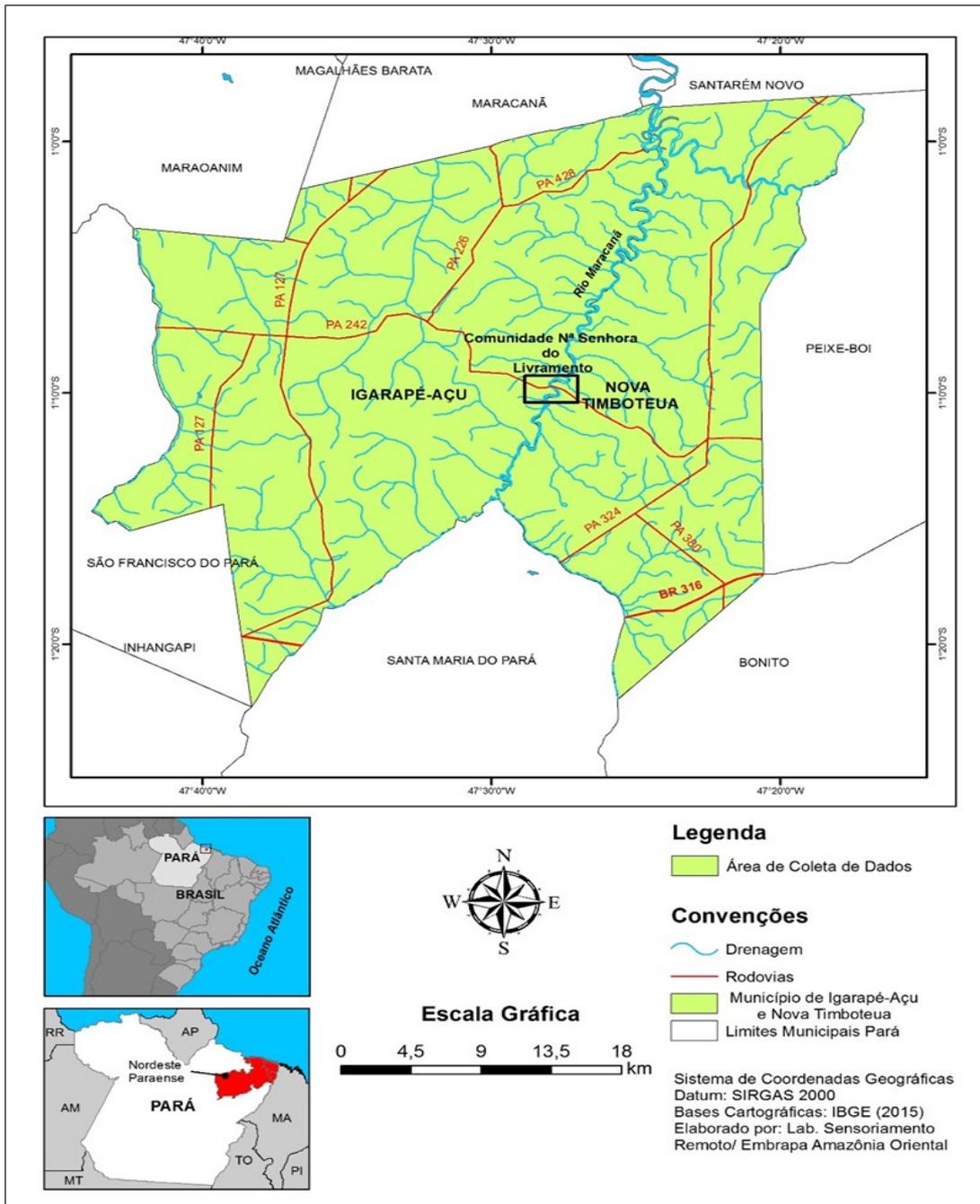
Fonte: FAO (2012)

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### 4.1 Localização e caracterização da área de estudo

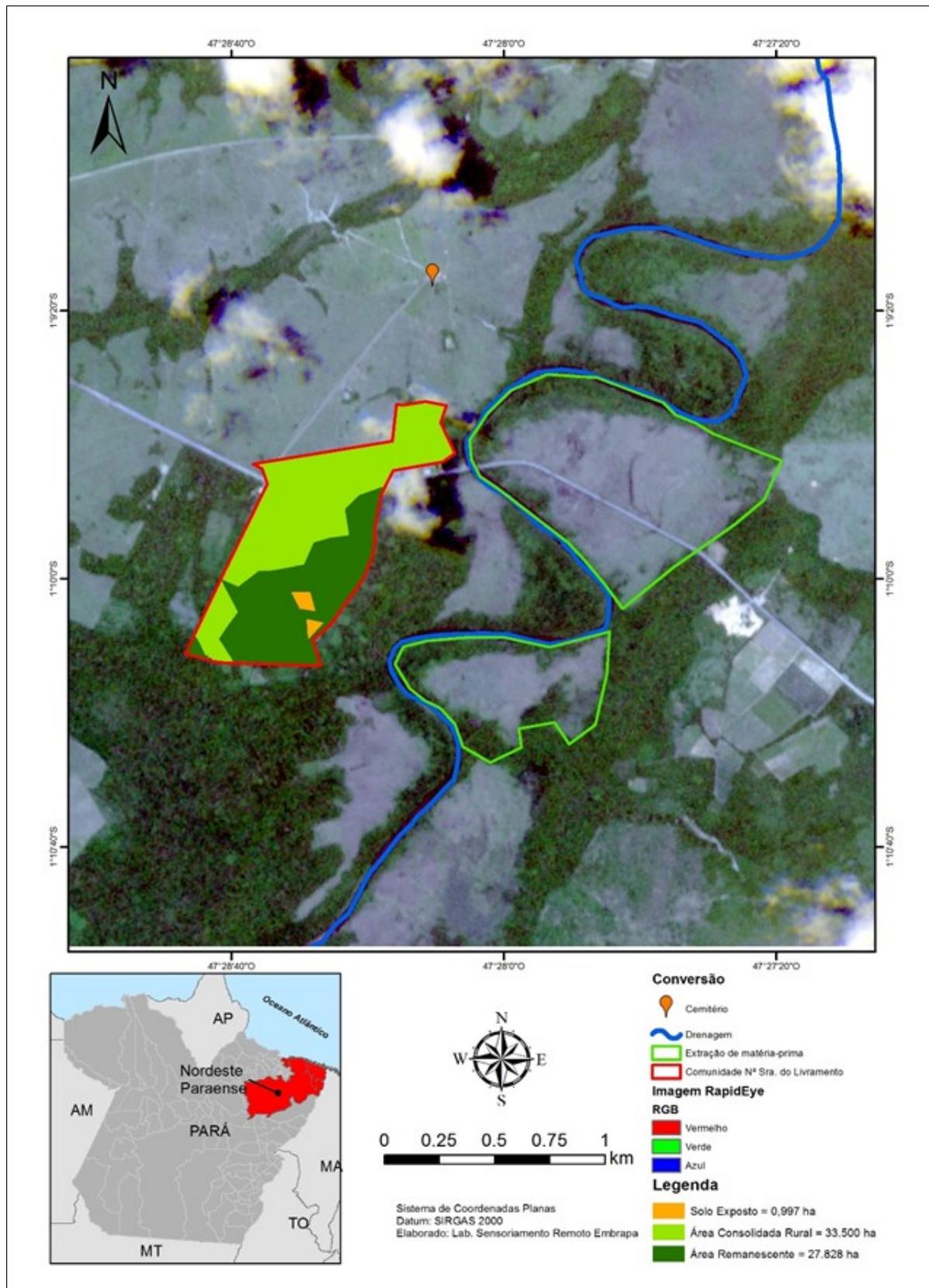
O estudo foi realizado na Comunidade N. Sra. do Livramento, localizada na fronteira entre os municípios de Igarapé-Açu e Nova Timboteua, na Rodovia PA-242, microrregião nordeste do Estado do Pará (NASCIMENTO, 2015), como mostram as figuras 3 e 4.

**Figura 3** - Localização da Comunidade N. Sra. do Livramento entre os municípios de Igarapé-Açu e Nova Timboteua, Estado do Pará.



Fonte: Laboratório de Sensoriamento Remoto Embrapa Amazônica Oriental (2018).

**Figura 4 - Localização da Comunidade N. Sra. do Livramento.**



Fonte: Laboratório de Sensoriamento Remoto Embrapa Amazônia Oriental (2018)

A comunidade possui relação histórica com o rio Maracanã, conhecido pelos moradores como rio Livramento. Sua formação apresenta correlação com a dinâmica de formação territorial amazônica, a qual trouxe como eixo principal o uso das redes fluviais e posteriormente a estrada de ferro Belém-Bragança (SOUZA; OLIVEIRO, 2014).

O processo histórico que envolveu o estabelecimento da comunidade na localidade incluiu vendas de terras à grandes fazendeiros por moradores mais antigos. Em razão disso, a extensão da área total da comunidade diminuiu em termos consideráveis<sup>9</sup> em comparação ao momento da chegada dos primeiros povoadores.

Segundo o título de reconhecimento de Domínio Coletivo outorgado pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), a área total georreferenciada correspondeu a aproximadamente 140 ha, com uma redução de 1 ha correspondente a Área de Proteção Permanente (APP) do rio Maracanã e do igarapé Castanheira e 10 ha da faixa de domínio da Rodovia PA-242, registrando-se uma área de aproximadamente 128 ha para o desenvolvimento e moradia dos habitantes da comunidade quilombola.

Finalmente, a comunidade tem como áreas limítrofes a Fazenda Sugita II ao norte, a margem direita do rio Maracanã e a Fazenda Apícola Parisi ao sul, a Fazenda Gonçalves Fernandez (limite com o campo do Junco) ao leste e a fazenda do Sr. Rubens (informação verbal)<sup>10</sup> a oeste (Figura 2 e 3). O contexto espacial da comunidade é formado pelas áreas de várzea e capoeira, com uma forma de uso da terra do tipo agrícola de base familiar com baixa produção e caracterizada no extrativismo (NASCIMENTO, 2015).

Atualmente, a comunidade se encontra constituída por aproximadamente 75 famílias<sup>11</sup>, as quais se dedicam principalmente à agricultura familiar com o cultivo da roça, especialmente o plantio de mandioca para beneficiamento da farinha (em ocasiões, em associação com outras culturas como feijão e abóbora), quintais agroflorestais<sup>12</sup> e atividades de extrativismo de peixes e da espécie junco (*Juncus sp.*), este último utilizado para a elaboração e venda de artesanatos (Figura 5).

---

<sup>9</sup> Informação resgatada através das conversas com os moradores da comunidade, mas sem informações exatas sobre o tamanho da superfície inicial.

<sup>10</sup> Tereza da Costa. Resgatando a história da Comunidade N. Sra. do Livramento, Igarapé-Açu, outubro de 2017.

<sup>11</sup> Informação coletada na primeira reunião de campo com a Dona Tereza da Costa, presidente da Associação de Remanescente de Quilombolas de N. Sra. do Livramento (ARQUINSEL). Igarapé-Açu, dezembro de 2016.

<sup>12</sup> São unidades estabelecidas nas proximidades das casas dos agricultores (até 100 metros) onde são implantados e criados diversos números de espécies vegetais e animais, sob a perspectiva de cobrir as necessidades econômicas, sociais, culturais e alimentares (WINKLERPRINS; SOUZA, 2005; KUMAR; NAIR, 2006; OLIVEIRA et al., 2015)

**Figura 5** - Principais atividades produtivas na Comunidade N. Sra. do Livramento: roça, artesanato do junco e pesca.



Fonte: Elaborada por Yorgana Yajure Prado. Trabalho de campo (2017).

Outras atividades paralelas são desenvolvidas na comunidade como a venda da mão de obra para as safras de pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.) nos municípios Nova Timboteua e Igarapé-Açu (Pará) que acontecem uma vez por ano (setembro-novembro), pequenas lojas de alimentos não-perecíveis, lanchonetes e outras atividades informais (informação verbal)<sup>13</sup>.

## 4.2 Caminho metodológico

### 4.2.1 Seleção da comunidade e dos grupos familiares

Após a delimitação do tema de pesquisa, decidiu-se abordar uma comunidade onde diversos fatores internos e externos (fonte de emprego, baixa renda, relações internas e externas, recursos naturais ameaçados, redução das atividades produtivas, migrações, dentre outros), estivessem comprometendo a segurança alimentar dos seus moradores, sendo que para isso, sintetizaram-se três critérios que direcionaram a seleção da comunidade:

- a) Comunidade tradicional
- b) Baixa renda (Extrema pobreza ou pobreza)
- c) Indício de insegurança alimentar

<sup>13</sup> Informação coletada na primeira reunião de campo com a Dona Tereza da Costa, presidente da associação comunitária.

Nessa perspectiva, posterior a uma série de visitas e análise a comunidades do município Igarapé-açu, foi elegida a Comunidade Nossa Senhora do Livramento como objeto de estudo, por ser um grupo que se ajustava ao fundamento planteado para a presente pesquisa, na ótica de estudar as diferentes estratégias utilizadas no enfrentamento da problemática alimentar em uma comunidade vulnerável, especificamente, quilombola.

Em uma primeira visita a comunidade mencionada, foi possível ter uma aproximação geral dos fatos históricos e atuais da situação socioeconômica, ambiental e alimentar dos moradores da comunidade. Tornando-se além do mais, um momento ímpar para a apresentação do propósito da pesquisa e o interesse por desenvolvê-la na localidade. Da mesma forma, representou o instante oportuno para escolha de dois informantes-chave, os quais, além de facilitarem a seleção da amostra, foram elementos importantes durante o desenvolvimento da pesquisa, seguindo a ótica de FAVRET-SAADA (1977); ALBUQUERQUE et al. (2008).

Nesta etapa, foram úteis as técnicas entrevista aberta e observação direta, sendo essa informação posteriormente avaliada através da análise de discurso segundo SILVA (2005). Nessa primeira reunião estiveram presentes: Dona Tereza da Costa da Associação Remanescentes de Quilombolas Nossa Senhora do Livramento (ARQUINSEL), Tonildes Ataíde da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PARÁ), Osvaldo Kato da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Tatiana Sá (Embrapa).

Como parte dos resultados obtidos dessa primeira visita, decidiu-se adotar a base de dados das famílias da comunidade N. Sra. do Livramento que fazem parte do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, empreendido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), e executado pela EMATER-Pará na referida comunidade.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais é um programa de transferência de renda do Governo Federal, instituído pela Lei nº. 12.512 de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº. 7.644, de 16 de dezembro de 2011. Destinado às famílias em situação de extrema pobreza (Renda por pessoa mensal de até R\$ 85,00) ou de pobreza (Renda por pessoa mensal de até R\$ 170,00) inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que: a) exerçam atividades de agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, que se enquadrem nas disposições da Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006; ou b) pertençam a comunidades tradicionais e povos indígenas. No intuito de incentivar o aumento das capacidades produtivas para ampliar a

produção de alimentos e renda, através da disponibilização de assistência técnica e extensão rural, assim como a transferência direta de recursos financeiros não-reembolsáveis às famílias beneficiadas (MDSA, 2011).

Dessa forma, a pesquisa foi direcionada a dois grupos focais, onde o primeiro, esteve representado por 17 famílias que faziam parte do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e, o segundo, representado por 11 famílias que, por aparentemente encontrar-se fora das condições de pobreza e extrema pobreza, não formavam parte da referida assistência social, sendo em total, 28 grupos familiares estudados para o desenvolvimento da presente pesquisa. Todo o anterior, obedecendo à ideia de estabelecer um contraste sobre as diferentes lógicas de obtenção de alimentos aplicadas por ambos os grupos, na garantia da sua segurança e soberania alimentar.

Finalmente, o primeiro encontro com os grupos familiares selecionados como amostra de pesquisa, aconteceu em setembro de 2017, onde foi apresentada a proposta de trabalho e a consulta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido exigido pela nova Lei da Biodiversidade (Lei nº 3.123) para o desenvolvimento de trabalhos com comunidades tradicionais. A atividade foi desenvolvida na sede da ARQUINSEL, onde, além de ser possível a apresentação do projeto, tornou-se um momento especial para iniciar um convívio com os integrantes da comunidade (Figura 6).

**Figura 6** - Apresentação do projeto de pesquisa para os moradores da Comunidade N. Sra. do Livramento, município de Igarapé-Açu, Pará.



Fonte: Elaborada por Yorgana Yajure Prado. Trabalho de campo (2017).

## 4.2.2 Métodos e técnicas de abordagem

Seguindo as diretrizes de Gil (2008), o trabalho se desenvolveu como uma pesquisa do tipo social, por ser um estudo que indagou sobre a realidade social no que se refere à situação alimentar na Comunidade N. Sra. do Livramento. Tudo isso, através da análise da variação do comportamento das famílias ante a condição estudada e as alternativas ou estratégias aplicadas por eles na busca de garantir o acesso e a disponibilidade de alimentos necessários para manter uma vida saudável.

O método aplicado foi o estudo de caso, por ser um trabalho abrangente, empírico, com a lógica de planejamento, coleta e análise de dados (GIL, 1989; YIN, 2001). Da mesma forma, apresenta uma abordagem do tipo qualitativa/quantitativa, onde a primeira, atua em níveis da realidade, trazendo dados observáveis que permitem alcançar a compreensão profunda da problemática estudada e a relação de significados da população sobre esta. E a segunda, se baseia na complexidade dos fenômenos, permitindo visualizar o comportamento das variáveis utilizadas (ALBUQUERQUE et al., 2008).

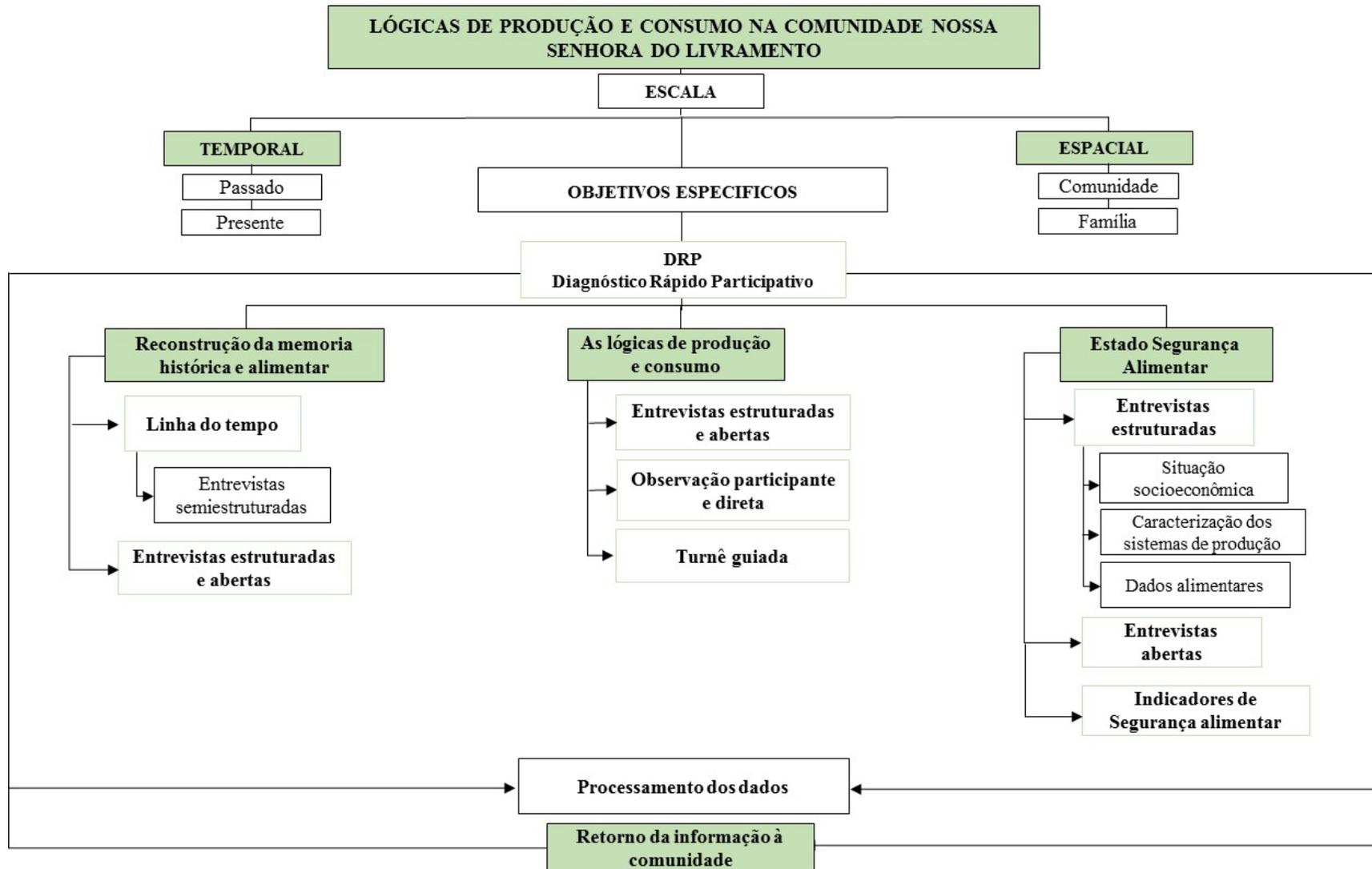
Enquanto às ferramentas utilizadas, segundo a complexidade demandada por cada um dos objetivos da pesquisa, foram aplicados: a) Diagnóstico Rápido Participativo (DRP); b) Linha do tempo; c) Entrevistas (estruturadas, semiestruturadas e abertas); d) Observações (direta e participante); e) Turnê guiada; e f) Indicadores de segurança alimentar, segundo o sugerido por (GIL, 1989; FAO, 1992; NETO, 2002; ALBUQUERQUE et al., 2008; SERRANO, 2013).

## 4.3 A pesquisa em campo

### 4.3.1 Coleta de dados

O trabalho de campo foi estruturado de forma sistemática e sob duas escalas de análise, a primeira, correspondeu a uma escala de tempo referente ao passado e presente da comunidade; e a segunda, a uma escala espacial, tanto em nível da comunidade como das famílias (Figura 7). Todo o anterior, responde a necessidade de trazer da forma mais organizada possível a informação requerida entre os grupos familiares abordados, considerando além do mais, a complexidade que acompanha os trabalhos de pesquisa que envolvem comunidades tradicionais.

**Figura 7** - Estrutura metodológica da pesquisa de campo.



Fonte: Elaborada por Yorgana Yajure Prado (2017).

Seguindo com a estrutura metodológica supracitada, como uma forma de possibilitar a identificação e a análise dos fatores que podiam estar influenciando a problemática estudada, foi efetuado um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) de acordo com os delineamentos sugeridos pela (FAO, 1992 e SERRANO, 2013). O método viabilizou a avaliação geral da realidade, considerando os aspectos social, econômico, cultural, ambiental, territorial, político e institucional que envolvem à comunidade, direcionada no foco das lógicas de produção e consumo de alimentos e seu atual estado de segurança alimentar, percebida desde a óptica e a compreensão dos membros da comunidade. Entre os exercícios que envolveram a atividade do DRP podem ser visualizados figura 8.

**Figura 8** - Estrutura das atividades realizadas no Diagnóstico Rápido Participativo na Comunidade N. Sra. do Livramento.

<b>ATIVIDADE</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Atividade de integração</b>	Trabalhar o relacionamento interpessoal e estimular a criação de um ambiente livre (exercício de relaxamento).
<b>Dinâmica de abertura</b>	Conseguir a aproximação dos participantes como forma de conhecer um pouco sobre cada uma das pessoas e assim estabelecer um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades.
<b>Mapeamento comunitário</b>	Caracterização da biodiversidade para captar a percepção local da distribuição dos recursos úteis que podem oferecer a disponibilidade e o acesso a uma alimentação de qualidade.
<b>Diagrama de Venn</b>	Visualização das instituições (públicas e privadas) e organizações próximas e distantes a comunidade, com o intuito de perceber o grau de intervenção e participação destas, visando alternativas à problemática trabalhada.
<b>Matriz F.O.F.A.</b>	Visualizar as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças da comunidade, possibilitando a análise precisa e o delineamento conciso das possíveis respostas à problemática.
<b>Instalação pedagógica</b>	Reunião de elementos que representam a comunidade, incentivando os seus membros na produção de alimentos seguros e o desenvolvimento de outras atividades produtivas.

Fonte: Elaborada por Yorgana Yajure Prado (2017).

As atividades contaram com a participação de 58 pessoas e foi desenvolvida na sede da associação da comunidade, como visualizado na figura 9. O incremento no tamanho da amostra para esta atividade correspondeu à intenção de captar e analisar com maior precisão as informações em relação a situação da segurança alimentar entre os moradores, ainda quando parte destes não estivessem incluídos dentro dos parâmetros da pesquisa.

**Figura 9** - Atividades desenvolvidas no Diagnóstico Rápido Participativo na Comunidade N. Sra. do Livramento.



Fonte: Elaborada por Yorgana Yajure Prado. Trabalho de campo (2017).

Subsequentemente, na ideia de ir abordando de forma direcionada cada um dos objetivos da pesquisa, foi realizada a reconstrução da memória histórica e alimentar da comunidade, através da construção de um Rio do Tempo, conduzido por uma entrevista semiestruturada realizada aos moradores mais antigos da comunidade, como sugerido por (ALBUQUERQUE et al., 2008) e visualizado através da figura 10.

**Figura 10** - Reconstrução da trajetória da Comunidade N. Sra. do Livramento.

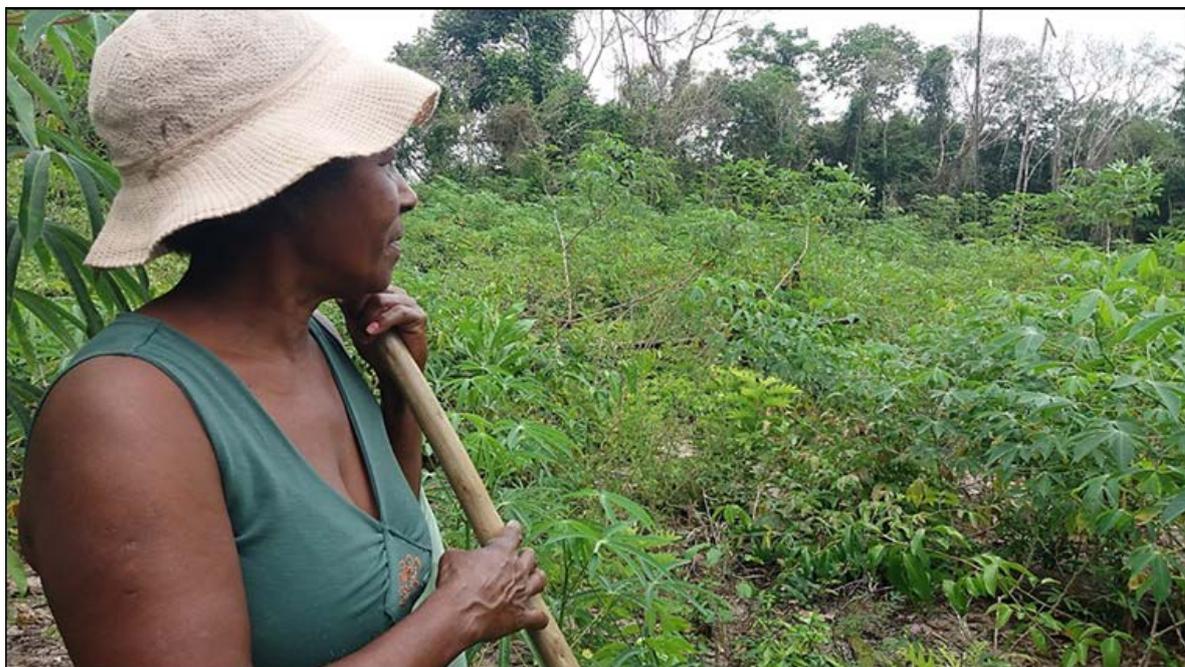


Fonte: Maryori Cabrita. Trabalho de campo (2017).

Para a identificação e caracterização das lógicas de produção e consumo (caraterísticas da produção vegetal, criação de animais, consumo de alimentos industrializados), foram

utilizadas três técnicas de pesquisa: a primeira, compreendida por entrevistas estruturadas através da aplicação de formulários segundo Neto (2002), e entrevistas abertas conforme Albuquerque et al., (2008), estas últimas, aconteceram em momentos geralmente não planejados, apresentando-se como uma ferramenta útil no enriquecimento do trabalho e a oportunidade de estabelecer um diálogo intercultural que evidenciou a riqueza dos saberes ancestrais, culturais e populares que alguns dos moradores da comunidade ainda conservam (Figura 11).

**Figura 11** - Conversa na roça com a Dona Tereza da Costa.



Fonte: Elaborada por Yorgana Yajure Prado. Trabalho de campo (2017).

A segunda técnica, consistiu em observações do tipo direta e participante, seguindo as orientações de Albuquerque et al. (2008).

Ambas, se apresentaram como um importante recurso para o desenvolvimento da pesquisa, já que trouxeram informações que dificilmente puderam haver sido percebidas através das entrevistas, sobre todo, nos momentos que aconteceram atividades culturais, familiares, escolares, confecção de artesanatos, coleta do junco, reuniões da associação comunitária, e atividades esportivas que aconteceram durante o progresso do trabalho de campo e que além do mais, aportaram importantes informações para a análise da problemática de pesquisa (Figura 12).

**Figura 12** - Atividades realizadas por moradores da Comunidade N. Sra. do Livramento.



Onde: A= Preparativos para a festividade; B= Seleção de sementes; C= Elaboração de artesanatos; e D= Atividade escolar. Fonte: Elaborada por Yorgana Yajure Prado. Trabalho de campo (2017).

A terceira técnica utilizada para identificação das lógicas de produção e consumo dos moradores da N. Sra. do Livramento, correspondeu ao método da turnê guiada segundo (Albuquerque et al., 2008), a qual foi utilizada na ideia de complementar a informação coletada através das entrevistas estruturadas sobre as espécies vegetais tanto dos quintais familiares como da área de mata ciliar<sup>11</sup>. Mesmo assim, vale mencionar a importância da técnica para a exploração do estado da área dos igapós, igarapés, rio, campo do junco, roças, sítios e outros tipos de cobertura vegetal que representam um fator importante para a segurança alimentar dos habitantes da comunidade.

Finalmente, para cobrir o objetivo de pesquisa que envolveu a descrição do estado da segurança alimentar dos entrevistados, foram realizadas principalmente, entrevistas estruturadas e, em menor proporção, as do tipo aberta. Neste caso, as entrevistas abrangeram os assuntos sobre a situação socioeconômica, a caracterização dos sistemas de produção e dados alimentares, orientadas pelas diretrizes do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional formulado pela LOSAN (2006), FAO (2014) e pela lógica alimentar que consolida uma comunidade quilombola.

<sup>11</sup> Considerada um conjunto de vegetação que cresce nas margens dos rios, lagoas e nascentes e que serve de proteção para todo o sistema de drenagem (PROCHNOW; SCHAFFER, 2002). São consideradas pelo Código Florestal como Área de Preservação Permanente (APP) Código Florestal, Lei nº 12.651/ 2012.

Os resultados obtidos das entrevistas para conhecer o estado de segurança alimentar dos entrevistados, foram analisados e comparados com base nas dimensões e indicadores estabelecidos por instituições nacionais e internacionais que vem mensurando a fome e a segurança alimentar entre populações, citando especificamente para este trabalho a FAO (1996; 2012), CONSEA (2016) e MDS (2013).

Durante a análise, percebeu-se que os indicadores selecionados apresentaram perspectivas restritas e, em algumas situações imprecisas se considerado a complexidade que engloba desenvolver a pesquisa em uma comunidade rural tradicional quilombola.

Nessa perspectiva, foram levadas em consideração as orientações fornecidas por Acevedo-Marin (2018)<sup>12</sup>, na ideia de adaptar as bases fundamentais (princípios e dimensões) dos indicadores de segurança alimentar das instituições supracitadas à realidade e a natureza descritiva quilombola, resultando os seguintes parâmetros: cultura, identidade, hábitos alimentícios, relações sociais, modelos de produção, formas de geração de renda, relação com o mercado e, uma das relações mais importantes que caracterizam estas comunidades, a relação homem-natureza. Todo o anterior, baseado na reconfiguração do termo quilombola, que os identifica como pertencentes à terra e as práticas culturais próprias (ACEVEDO-MARIN, 2018; FERRARI, 2016; NASCIMENTO e GUERRA, 2016; SOLARTE, 2010).

Considerando este cenário e o fato da alimentação representar mais do que um ato de comer, e sim um símbolo que desenvolve identidade capaz de criar um sentimento coletivo ligado a uma cultura ou a um grupo (CARRÃO, 2013), foram estabelecidos os seguintes indicadores para a análise do estado da segurança alimentar na Comunidade N. Sra. do Livramento (Figura 13).

---

<sup>12</sup> Entrevista pessoal (2018).

**Figura 13** - Indicadores adotados para a análise do estado de segurança alimentar de moradores da Comunidade N. Sra. do Livramento.



Fonte: Elaborado por Yorgana Yajure Prado 2018.

Em resumo, a estrutura dos documentos e equipamentos utilizados para o desenvolvimento metodológico se descreve na figura 14.

**Figura 14** - Estrutura de documentos metodológicos e equipes utilizados no trabalho de campo

<b>Documento e ferramentas</b>	<b>Descrição</b>	<b>Momento</b>	<b>Localização</b>
<b>Questionário estruturado</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificação geral.</li> <li>2. Dados socioeconômicos.</li> <li>3. Situação fundiária.</li> <li>4. Uso da propriedade <ul style="list-style-type: none"> <li>- Produção vegetal</li> <li>- Produção animal</li> <li>- Uso de produtos florestais</li> </ul> </li> <li>5. Dados alimentares</li> <li>6. Percepção de segurança alimentar.</li> <li>7. Percepção de bem-estar e participação social.</li> <li>8. Estrutura da propriedade e bens.</li> </ol>	Entrevistas estruturadas	Anexo
<b>Roteiro de entrevista</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Informações Gerais</li> <li>2. Contexto histórico da comunidade. <ul style="list-style-type: none"> <li>- Como foi a chegada?</li> <li>- Principais fatos que marcaram a história.</li> <li>- Evolução das atividades produtivas na comunidade ao longo do tempo.</li> <li>- E a alimentação, como era naquele momento?</li> </ul> </li> <li>3. Contexto atual da comunidade</li> </ol>	Trajétoria da comunidade	Anexo
<b>Diário de campo</b>	Registros escritos coletados de forma espontânea durante a aplicação das diferentes técnicas de pesquisa, que não foram contempladas nos questionários e roteiros.	Durante todo o trabalho de campo, e na elaboração do documento final.	Em caderno de campo
<b>Câmara Fotográfica</b>	Registro fotográfico de todas as atividades realizadas durante o trabalho de campo, incluindo atividades não contempladas na pesquisa.	Todo o processo	Documento final
<b>Gravador</b>	Registro de suporte nas entrevistas.	Entrevistas	Arquivos digitais
<b>GPS</b>	Posicionamento de elementos de importância para a pesquisa para elaboração do mapeamento da comunidade	Durante todo o trabalho de campo	Metodologia de campo

Fonte: Elaborada por Yorgana Yajure Prado (2017).

#### 4.4 Tratamento dos dados

Com a finalidade de processar os dados obtidos através das entrevistas foi construído um banco de dados através do programa Microsoft Office Excel 2016, que posteriormente serviu para a aplicação da estatística básica nas variáveis: condição econômica; renda familiar; produção e consumo de alimentos; e autoreconhecimento da situação de segurança alimentar.

Os dois grupos entrevistados – **Dentro** e **Fora** da situação de pobreza – foram comparados quantitativamente em relação a seu estado de pobreza e a lógica de obtenção de alimentos majoritariamente utilizadas por ambos os grupos. Realizaram-se análises estatística inferencial, Testes  $X^2$ , G e Anova, por meio do programa Bioestat 5.3 (AYRES et al., 2007).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 Resgate histórico e alimentar da Comunidade N. Sra. do Livramento

A história sobre a chegada dos membros mais antigos ao território que hoje compreende a Comunidade N. Sra. do Livramento é limitada, especialmente em relação a registros bibliográficos, pois datam a partir de meados de 1800. Entretanto, existem algumas lembranças de filhos do quilombo que habitam na comunidade:

A mamãe gostava muito de contar sobre as poucas histórias que conseguiu escutar de nossos antepassados. Ela me dizia que sua mãe e sua avó não gostavam de falar sobre as vivências durante a escravidão, nem como foi que conseguiram chegar até aqui, na época tudo era segredo, mas ela contava que se escondia por trás das portas e ouvia alguma coisa quando sua mãe e sua avó falavam sobre essas histórias (Comunicação pessoal, 2017)<sup>13</sup>.

Dona Tereza da Costa, lembrando as histórias familiares, consegue relacionar a chegada de seus antepassados aos movimentos de fugas do estado do Maranhão realizados através das matas e rios em 1870. Sendo que esse vínculo, coincide com os fatos históricos acontecidos no Brasil entre os anos 1850 e 1885, derivados do surgimento do ideal liberal e econômico na Europa, o qual fez que o sistema escravista começara a ser considerado um sistema pouco produtivo, direcionando, em conjunto com outras ações nacionais e internacionais, a luta pela abolição da escravatura no país.

Diante desses relatos e considerando a localização da área da comunidade, existe a possibilidade de que os antepassados dos atuais habitantes de N. Sra. do Livramento tenham feito parte do tráfico negreiro da Amazônia, na rota triangular Lisboa-África-Maranhão, sob o domínio da coroa portuguesa entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII, a maioria trazidos de regiões pertencentes ao norte da África ocidental com o objetivo de desenvolver diversas funções, principalmente o cultivo da cana-de-açúcar, aguardente de cana e exploração de madeiras (BARBOSA, 2017).

Ainda que todo o anterior seja uma vaga teoria sobre a origem dos primeiros moradores da comunidade, é certo que foi através do processo de resistência ao cativeiro que os primeiros moradores de N. Sra. do Livramento conseguiram se estabelecer na margem do rio Maracanã,

---

<sup>13</sup> Informação adquirida através das narrativas da Dona Tereza da Costa durante o desenvolvimento do trabalho de campo na Comunidade N. Sra. do Livramento, setembro-outubro 2017.

município de Igarapé-Açu, estado do Pará<sup>14</sup>. Como a comunidade, esse rio que lhes proporcionou a oportunidade de se deslocar é reconhecido pelas famílias como o “rio Livramento”, nome designado pelos primeiros moradores devido, em primeiro lugar, as crenças católicas e, subsequentemente, ao fato de sentir-se libertos no momento da chegada à localidade (comunicação verbal)<sup>15</sup>.

Outras memórias que acompanham a formação da comunidade trazem lembranças sobre a presença de aldeias de índios no momento da chegada dos escravos ao então território. Sobre isso, ainda que os entrevistados não tenham feito inicialmente algum tipo de comentário espontâneo, através da observação direta durante o trabalho de campo, foram perceptíveis características que denotavam a possibilidade de existir descendentes de indígenas entre alguns dos moradores. Esta suspeita de miscigenação foi esclarecida com o relato de um morador, Seu Fiorello:

[...] existiram indígenas sim! Acho que ainda existem algumas aldeias perto da comunidade, do rio para cima. Existiam dois tipos, um eram os Tembê e os outros... acho que eram do Maranhão, mas não lembro o nome. Inclusive, eu fiz uma escavação lá acima, para a construção do poço de água e encontrei muitos pedaços de cerâmica... é aquilo que chamam de terra preta, sabe? onde tem localizações antigas... onde os caras fazem fogo, isto, aquilo, aí o solo com o tempo vai ficando preto [...] (Comunicação pessoal, 2017)<sup>16</sup>.

Essa situação, mencionada pelo Seu Fiorello, pode ser sustentada através do estudo realizado sobre o processo de formação da comunidade São Luís do Caripi, também no município de Igarapé-Açu, próxima à Comunidade N. Sra. do Livramento:

[...] na zona, registrava-se uma espécie de quilombo que plantavam e caçavam na margem do rio Maracanã e de índios estabelecidos antes da estrada de ferro Belém-Bragança [...] (JUNIOR et al., 2012, p. 125).

Da mesma forma, a convivência entre quilombolas e índios foi também registrada na Comunidade Conceição das Crioulas, Pernambuco. A comunidade data do início do século XIX, e para o momento da chegada dos fugidos à localidade, registrava-se a presença da etnia Atikum.

---

<sup>14</sup> Informação resgatada da construção da trajetória da comunidade, realizada na sede da ARQUINSEL, no dia 24 de setembro de 2017. Os participantes da atividade mencionaram que é uma data estimada, já que os mais antigos não gostavam de falar sobre isso.

<sup>15</sup> Informação adquirida através das narrativas da Dona Tereza da Costa durante o desenvolvimento do trabalho de campo na Comunidade N. Sra. do Livramento, setembro-outubro 2017.

<sup>16</sup> O senhor Fiorello é um italiano que chegou após o estabelecimento da comunidade.

Segundo os moradores mais novos, a convivência entre os índios e os escravos foi pacífica, permitindo a possibilidade de seus antepassados fixar-se na localidade e começar uma nova vida, como mencionado no estudo realizado por SILVA e MELO (2011). Henrique et al. (2017) concluem no seu trabalho que ainda quando entre estas etnias registraram divergências entre eles, foram capazes de estabelecer um forte vínculo, brindando-se proteção contra as ações de perseguição, além de relações comerciais.

Além do já exposto sobre a formação da comunidade, poder-se-ia agregar enquanto a sua constituição, a correlação que estabelece com três fatos históricos importantes: a) a dinâmica de formação territorial amazônica, a qual trouxe como eixo principal o uso das redes fluviais; b) a construção da ferrovia Belém-Bragança iniciada em 1883, a qual representou a principal rede de transporte dos gêneros agropecuários e com uma estação localizada dentro da área da comunidade a partir de 1903; e c) a construção da Rodovia PA-242, após a desativação da ferrovia. Conforme o seguinte relato:

Quando os mais velhos chegaram, eles construíram suas casas lá no 'Livramento Velho'. Hoje, infelizmente é uma fazenda, lá perto do igarapé conhecido por nós como o 'Banheiro', lá a gente tomava banho... acho que eles sabiam que a comunidade iria crescer porque logo depois eles mudaram o cemitério para onde fica hoje, aí depois dessa mudança, com o tempo e a construção da estrada de ferro e da estação da comunidade, a gente foi se organizando nas beiras da estrada. Depois, aproximadamente em 1965, na época dos militares, quando foi o último grito do trem, a comunidade foi se reestabelecendo pouco a pouco nas proximidades do que atualmente é a Rodovia PA-242, que em 1962 era um ramal sem asfalto (Comunicação pessoal, 2017)<sup>17</sup>.

Somado ao supracitado, as características naturais da localidade permitiram o refúgio das famílias e o desenvolvimento de atividades agroextrativistas, como caça, pesca, elaboração de artesanatos com o junco, e do cultivo de alguns alimentos em 1900. Essa mesma forma de viver foi adotada pelos quilombos do Rio das Rãs, Bahia, que na busca de refúgio amocambaram-se em local cercado de mata e animais que permitiram sua subsistência (SILVA, 2006).

Durante a constituição como comunidade quilombola reconhecida, os moradores passaram por uma série de processos que moldaram o que hoje os caracteriza como grupo. Em princípio, é possível relatar a força e resistência na luta pela terra, marcada sobretudo entre os povoadores mais antigos. Em 1910, principalmente quatro mulheres da comunidade lutaram para

---

<sup>17</sup> Informação adquirida através das narrativas da Dona Tereza da Costa, durante o desenvolvimento do trabalho de campo na Comunidade N. Sra. do Livramento em setembro-outubro 2017.

evitar que o governo da época conseguisse construir a sede do município de Igarapé-Açu no território, reivindicando em defesa da conservação do meio que provia os recursos necessários para sustento de suas famílias:

[...] a minha mãe contava que a luta foi sempre, depois da escravidão as coisas seguiram sendo difíceis para o povo, não tinha nenhuma segurança de terra, sempre existiu a preocupação de que o terreno era do governo e em qualquer momento poderiam nos desalojar. Um exemplo disso, foram a Dona Henriqueta, Fabriciana, Fortunata e Gratulina, elas lutaram por nossa terra, na época em que o governador veio para a comunidade querendo fazer a sede de Igarapé-Açu aqui, elas choravam e suplicavam para ele que não construísse a sede na nossa terra, que com o tempo, eles iriam acabar com a mata, com o rio, com nossos igarapés. Elas de tanto rogar e chorar para ele, conseguiram evitar aquela ideia do governador [...] (Comunicação pessoal, 2017)<sup>18</sup>.

A partir de 1920, a cultura do junco adquiriu grande importância para a Comunidade N. Sra. do Livramento. Os moradores iniciaram a comercialização da fibra em forma de esteiras e “suadores” para o uso em animais e, como principal moeda de troca, conseguiam abastecer suas famílias com diversos produtos, como açúcar, tabaco, café e farinha. Neste período, a alimentação da comunidade era caracterizada pela criação de animais (galinha caipira), legumes e verduras (cará, alfavaca, chicória, cominho, vinagreira), frutas (açai, inajá, pupunha, tucumã), grãos e derivados (mingau de tucumã, mingau de crueira, mingau de farinha e arroz doce).

Com o crescimento da comunidade e o aumento de seus descendentes, foi construída na localidade a Escola Municipal de Ensino Fundamental Lauro Alves Ramos em 1940, promovendo a formação da nova geração de crianças descendentes do quilombo. Esse fato, coincide com a evolução que estava experimentando a educação no Brasil, sendo que entre os anos 1920 e 1940 a sociedade brasileira empreendeu um significativo esforço para diminuir o número de analfabetos. Ainda que o incremento na taxa de alfabetização foi mínimo, o país despertou para o problema da extensão da escolarização, empenhando-se por incorporar um contingente maior de pessoas nas escolas (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE BRASIL, 2007).

O período transcorrido entre 1970 a 1979 foi marcado por novos conflitos pela ocupação da terra, neste caso, pela venda de terras da comunidade por algum dos antigos. Este

---

<sup>18</sup> Informação adquirida através das narrativas da Dona Tereza da Costa, durante o desenvolvimento do trabalho de campo na Comunidade N. Sra. do Livramento em setembro-outubro 2017.

acontecimento despertou novamente o interesse da prefeitura do município em ocupar áreas pertencentes aos quilombolas.

A partir disso, e concordando com Acevedo e Castro (2004), na abordagem sobre quilombolas, é necessário dialogar com os conceitos de terra e território, devido à importância e o significado que representa cada um destes elementos para os grupos tradicionais. Viveiro de Castro (2002) refere-se à terra como o espaço de produção da sobrevivência e indicam que, quando se trata de grupos étnicos, a sobrevivência é relacionada tanto na parte física quanto na étnica-cultural e imaterial.

Ressalta-se que as formas ou regimes de propriedade são diferentes para cada grupo social. Quanto a isso, Little (2003) delinea a forma de como os quilombolas fazem o controle da terra: desenvolvem de forma grupal, exercendo a coletividade e a territorialidade, fundamentadas principalmente pela afiliação por parentesco, pelos valores, pelas práticas culturais, pela solidariedade e pela reciprocidade. Portanto, a venda de terras a terceiros por parte dos moradores mais antigos da Comunidade N. Sra. do Livramento, representou uma situação que até o presente, deriva em uma série de conflitos que influencia diretamente na perda da cultura e ameaça a segurança alimentar dos seus moradores.

Essa situação da venda das terras na comunidade pesquisada, encaixa no descrito por Fiabani (2007), o qual discute sobre a situação dos quilombolas posterior a abolição da escravidão, citando especificamente, aquele que os identifica como grupos encurralados pela expansão da produção agrícola-pastoril mercantil, como no caso da N. Sra. do Livramento, sendo que no presente, passaram a enfrentar problemas comuns ao campesinato brasileiro.

Na década de 1980, a coletividade conseguiu impulsionar as atividades econômicas do junco. A comercialização da espécie funcionava em um sistema de troca direta (escambo) e, a partir desta data, tornou-se um sistema monetizado trazendo prosperidade para as famílias da localidade. Outros fatos aconteceram, como o início do abastecimento de gás doméstico em 1985 e a chegada do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Merenda Escolar) em 1988, os quais contribuíram para a mudança na alimentação dos quilombolas, especialmente estudantes quem são beneficiados com o 30% ou 70% dos requerimentos nutricionais durante o período parcial ou integral de permanência na escola, incluindo o caso das comunidades indígenas e quilombolas (CUNHA et al., 2010)

No início dos anos 1990, a alimentação dos quilombos do Livramento passou a conter produtos industrializados, oriundos de alguns programas governamentais de distribuição de alimentos e de aqueles adquiridos nos comércios dos municípios de Igarapé-Açu e Nova Timboteua, atraído pelas novas vias de acesso e transporte construídas nas adjacências da comunidade. Em 1995, chega à Comunidade N. Sra. do Livramento o serviço público de energia elétrica, melhorando suas condições de vida, em relação a parte social e econômica, gerando desenvolvimento rural e diminuindo a inequidade social que algumas comunidades quilombolas ainda continuam experimentando (CAVIGNAC, 2006; CARVALHO, 2007).

Apesar dos progressos alcançados neste período, a comunidade começa a experimentar dificuldades financeiras diante do declínio da comercialização do artesanato do junco, das mudanças ocorridas no manejo do solo (uso de equipamentos mecanizados) e o incremento de fibras sintéticas que foram deslocando o uso de produtos fabricados a partir da fibra do junco, gerando uma situação de incerteza econômica e alimentar entre as famílias da comunidade.

Uma situação similar, foi registrada no trabalho realizado por Nascimento e Guerra (2016), na comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará, que foram forçados a direcionar sua produção a atividades agrícolas ou extrativistas com maior interesse econômico, na necessidade de evitar a diminuição das rendas familiares, trazendo ainda assim, a especialização dos seus cultivos, traduzindo-se em perda da diversidade de alimentos consumidos pelos moradores da comunidade.

O processo de reconhecimento veio com a iniciativa do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, apoiado pelo Governo do Estado, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA e prefeitura de Igarapé-Açu, se iniciou um processo de Reconhecimento de Domínio Coletivo da Terra em áreas ocupadas por comunidades quilombolas em 2001. Mas, foi até o 2010 que a comunidade obteve o título definitivo, após levantamento de diversas informações da área e ajustes na documentação.

Este título garantiu os direitos dos moradores como comunidade tradicional e possibilitou a criação da Associação de Remanescentes de Quilombos de N. Sra. do Livramento (ARQUINSEL) que, de acordo com os termos estabelecidos e considerando as resoluções aprovadas em assembleia geral, cria uma série de normas que regem a sua convivência e o uso de seus recursos, baseados principalmente na herança da filiação para a permanência e o cultivo na

terra. No caso da filiação indireta, esta é aprovada pelos integrantes da comunidade sempre e quando o novo membro se ajuste ao sistema de regras sobre o direito ao território.

Os descendentes de antigos moradores de N. Sra. do Livramento que não mais residem na localidade não podem reivindicar direito de herança, com exceção de terras e moradias atualmente ocupadas por seus familiares residentes. Para cultivar nas terras de uso coletivo, o morador precisa ter autorização da diretoria da ARQUINSEL que irá deliberar segundo a definição prévia da Assembleia Geral. Estes e outros delineamentos estabelecidos por eles denotam claramente que o sistema básico da permanência na terra entre os quilombolas é sustentado no direito não escrito, fundamentado no uso, no costume ou na prática, sendo o sistema familiar e a herança os eixos principais.

Sob a mesma perspectiva, é importante ressaltar que existem membros da comunidade que permanecem na luta por manter seus costumes ancestrais e outros com uma postura contrastante. Devido a diversos fatores, como o processo de globalização, o empobrecimento do solo, a diminuição da comercialização do junco, ausência de políticas públicas, migração de famílias arraigadas a culturas diferentes das culturas dos remanescentes de quilombola, entre outros, tem ocorrido uma gradual ruptura na configuração cultural local:

[...] a Comunidade do Livramento já não é a mesma. Nossas raízes estão se perdendo, os mais antigos, aqueles que ainda ficam na comunidade, não estão conseguindo lembrar muitas coisas do passado, aí não estão conseguindo repassar a informação para os mais jovens, nem os mais jovens estão querendo escutar sobre a nossa história, eles não estão querendo dançar mais carimbó. Meus filhos, por exemplo, eles não estão querendo trabalhar na roça, eles gostam de falar sobre minhas histórias, eles todos querem trabalhar fora da comunidade, querem telefones novos, motos... você acredita? Eu digo para eles que, com o tempo, vão conhecer sua história só em uma biblioteca, nos livros, porque não estão querendo aproveitar que os mais antigos ainda estamos vivos. Eu gostava de falar com a minha mãe, ela tinha muitas lembranças da sua mãe e sua avó e ela repassou para mim, é por isso eu agora posso contar para quem vem para o livramento em procura de informação para fazer pesquisa [...] (Comunicação pessoal, 2017)<sup>19</sup>.

A chegada de órgãos do governo que atuam na extensão rural e pesquisa a partir de 2008 e o acesso a algumas políticas públicas de transferência de renda (“Bolsa Família” em 2010 e “Minha Casa, Minha Vida” em 2013) contribuíram para o desenvolvimento social das famílias e,

---

<sup>19</sup> Informação adquirida através das narrativas da Dona Tereza da Costa durante o desenvolvimento do trabalho de campo na Comunidade N. Sra. do Livramento em setembro-outubro 2017.

em alguns casos, interferiu no comportamento cultural da comunidade. Evidencia-se que, com a chegada destes programas, houve mudanças na comunidade, conforme diálogo a seguir:

[...] quando vocês acham que começaram a mudar as coisas em relação a sua alimentação e a forma de adquirir seus alimentos? Bom, eu vou te falar a verdade, eu deixei de plantar alguns dos alimentos que eu gostava de ter em casa, quando ganhei a Bolsa Família, agora eu vou e compro o que eu precisar... é preguiça mesma, mas eu estou esperando receber uma outra ajuda do MDS para fazer de novo o meu retiro para fazer nossa farinha [...] <sup>20</sup>.

[...] aqui as coisas melhoram, antigamente a gente não conseguia ter suficiente dinheiro para comprar alimentos, nós só consumíamos alimentos da roça, da mata e do rio... aí a gente nem conseguia comprar carne, nem frango, agora tudo é melhor, porque conseguimos comprar lá em Igarapé-Açu com o dinheiro da aposentadoria, agora eu consigo comprar tudo o que eu e a minha família come [...] (Comunicação pessoal, 2017)<sup>21</sup>.

Se bem a intenção dos programas de assistência social do Governo Federal não é incentivar a desvalorização da produção local, alguns dos beneficiados incorrem nas diretrizes de dominação imposta pela globalização, a qual oprime o que o território oferece, direcionando-os a formar parte da massificação e o arraigo a técnicas insustentáveis e produtos alheios das culturas, perdendo-se o valor das atividades produtivas locais e a troca de saberes, afetando diversos fatores que engloba a vida, principalmente a segurança e soberania alimentar das populações e o ambiente no que se desenvolvem (MARCO, 2017).

Dentre das atividades produtivas mais afetadas pelo sistema de escala macro, encontra-se a agricultura familiar, sobretudo aquela que se enfoca em um sistema de produção sustentável, vendo-se em muitas oportunidades persuadida pelas constantes mudanças atraídas em nome do desenvolvimento. Nesse sentido, é de grande importância a implementação de políticas complementares, que velem pela conservação das culturas no momento de serem beneficiados pelos programas de transferência de renda já que de alguma forma proporcionam autonomia no momento de decidir a forma de dispor do recurso percebido, sendo que a ausência de uma base arraigada nos valores culturais, estes poder-se-iam ver afetados até desvalorizados.

De forma geral, desde os aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos aos ambientais, as transformações na Comunidade N. Sra. do Livramento concorreram para que seus

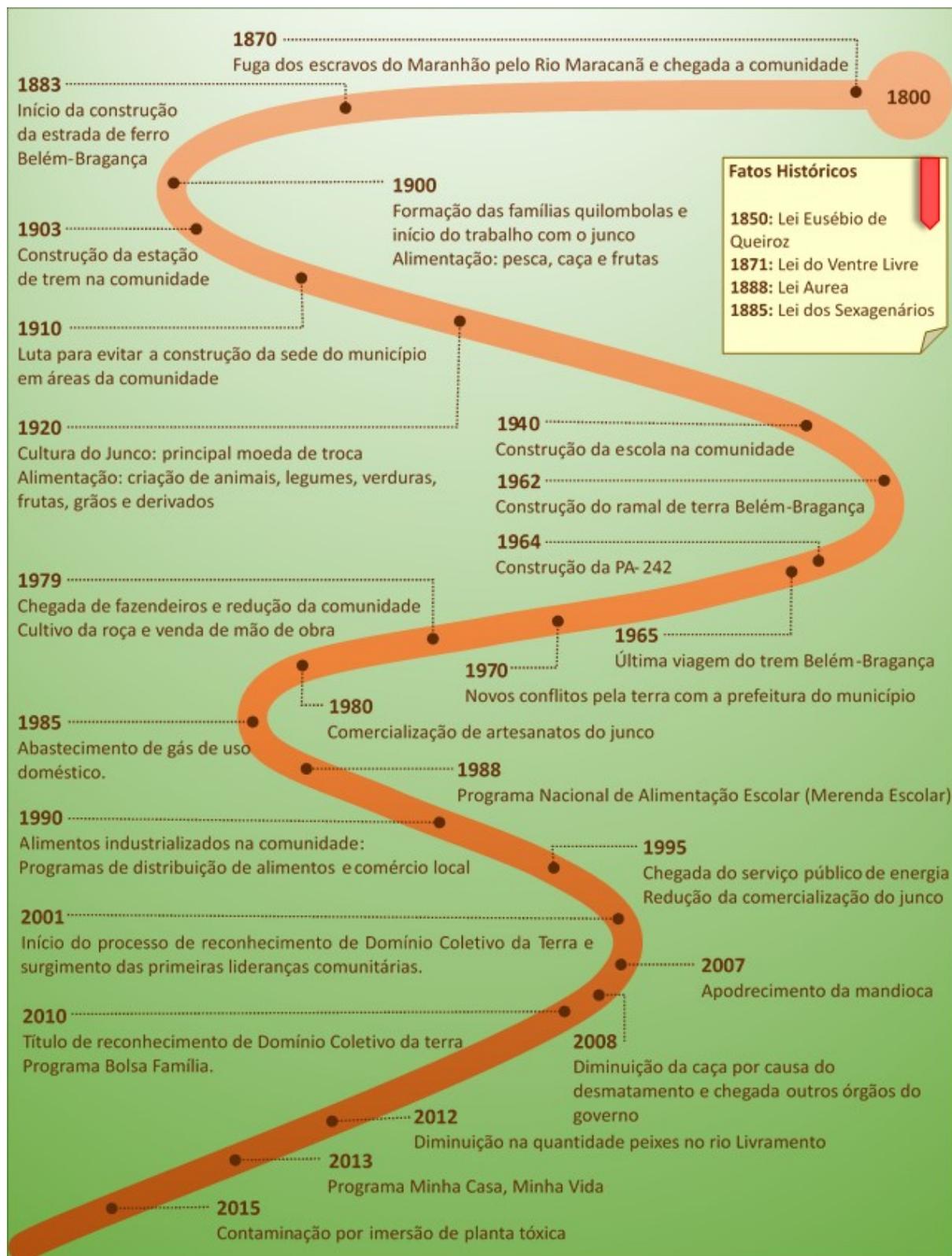
---

<sup>20</sup> Tereza da Costa em uma conversa durante os costumeiros lanches das tardes.

<sup>21</sup> Informação resgatada da construção da trajetória da comunidade.

moradores e descendentes quilombolas criassem unidade coletiva enquanto “comunidade quilombola”, possuidora de ricos saberes, conhecimentos e hábitos. Contudo, o organograma histórico do local (Figura 15) revela que inúmeros fatores interferem na permanência de seus moradores no território e na manutenção e transferência hereditária de sua cultura, o que pode colocar em xeque as conquistas dos seus antepassados quilombolas.

**Figura 15** - Trajetória histórica e alimentar da Comunidade N. Sra. do Livramento.



Fonte: Elaborado por Yorgana Yajure Prado (2017)

### 5.1.1 Caracterização familiar

Atualmente, a comunidade é formada por aproximadamente 75 famílias<sup>22</sup>, distribuídas em uma área de 178,127.20 hectares. Sendo que a população estudada é composta por 28 famílias, com média de 4 pessoas por família, totalizando 117 pessoas da amostra pesquisada. Com relação ao gênero, 53% pertence ao grupo das fêmeas e 47% do masculino.

A maior parte (80%) das pessoas que habitam na Comunidade N. Sra. do Livramento são nascidos na comunidade, o 20 % restante, são pessoas oriundas de outros estados e municípios como Castanhal, Belém, Acará, Nova Timboteua, Maracanã, Capanema e Salinas. Estas pessoas, na sua maioria, são indivíduos que formaram famílias na comunidade através do casamento ou união estável com membros quilombolas, aceitados e constituindo-se parte do grupo, já que ser quilombola não se trata de uma questão genética, senão uma questão social como indicado por Acevedo-Marin (2018). Ao analisar os questionários aplicados na pesquisa, verificou-se que, nesta população, 34%, está na faixa etária entre 0 a 14 anos; 30%, na faixa etária entre 15 a 29 anos; 30%, na faixa etária entre 30 a 60 e, apenas, 6%, entre 60 a 90 anos.

O nível de escolaridade predominante entre os moradores foi o ensino fundamental. Se registraram dois casos de analfabetismo entre o grupo estudado. Verificou-se que apenas duas (2) pessoas possuem estudos superiores, sendo que uma, indicou ter estudos na área de educação, e atualmente se encontra cursando mestrado na mesma área e, atua como Professora da escola da comunidade. A segunda pessoa, cursa estudos de graduação na Universidade Estadual de Pará (UEPA) núcleo Belém.

Nessa mesma perspectiva, é válido mencionar que membros da comunidade, especialmente mulheres, receberam cursos de capacitação sobre manejo de hortas, produção de mudas, culinária, produção de licores, pintura em tecidos, artesanato em garrafa pet, através da SENAR e o SENAC. A Secretaria de Turismo levando em consideração a importância que representa as ruínas da estação do trem da antiga rota Belém Bragança para a comunidade e seu desenvolvimento socioeconômico, ministrou um curso de culinária típica como forma de incentivar a população local ao comércio de produtos da região.

A renda mensal fixa das famílias entrevistadas, provem principalmente do Programa de Ajuda Social Bolsa Família (62,8%), seguido das aposentadorias (14,3%). Já para a rendas

---

<sup>22</sup>Comunicação pessoal com Dona Teresa da Silva (2017).

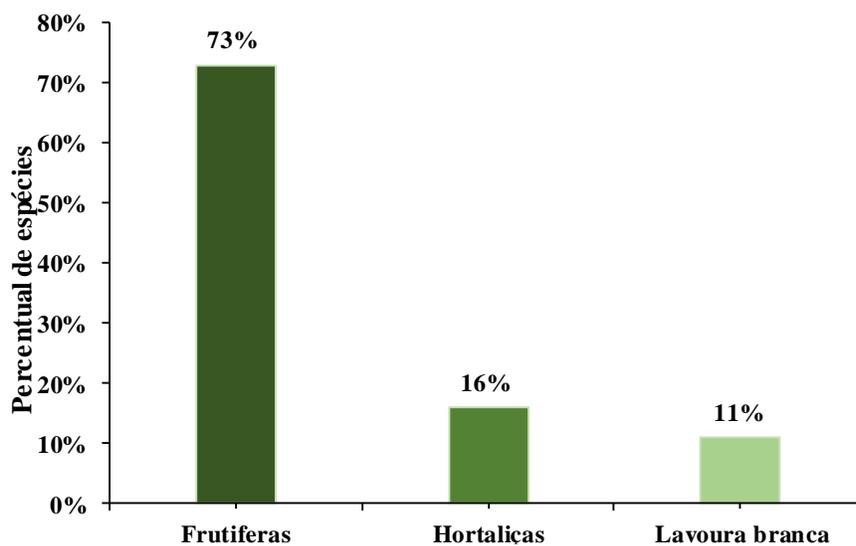
variáveis o maior índice foi registrado para os trabalhos realizados fora da propriedade familiar (30%) e a pesca representada pelo 17% das famílias que geram renda mensal através da atividade extrativista. Para esta pesquisa, as mulheres resultaram ser quem atuam como chefes das famílias e as que geralmente se dedicam ao trabalho na roça e o quintal florestal. Os homens, realizam os trabalhos realizados fora da propriedade, da pesca e da extração do junco. Os filhos, mostraram pouca participação nas atividades produtivas desenvolvidas na comunidade, poucos são os que se integram as atividades produtivas relacionadas a terra.

## 5.2 Lógicas de obtenção de alimentos

### 5.2.1 Alimentos produzidos

As famílias entrevistadas baseiam sua dieta diária em alimentos produzidos e comprados. No caso dos alimentos *in natura*, especificamente as frutíferas, representaram o maior número de espécies vegetais comestíveis produzidas pelas famílias na Comunidade N. Sra. do Livramento (73%). Em menor proporção, cultivam hortaliças (16%), e espécies da lavoura branca (11%), ver figura 16. Geralmente, as últimas duas culturas citadas, são adquiridas nas feiras de Igarapé Açu e da comunidade, a exceção da chicória, alfavaca, maxixe, vinagreira, abóbora, mandioca, macaxeira e o feijão da colônia entre algumas das famílias entrevistadas.

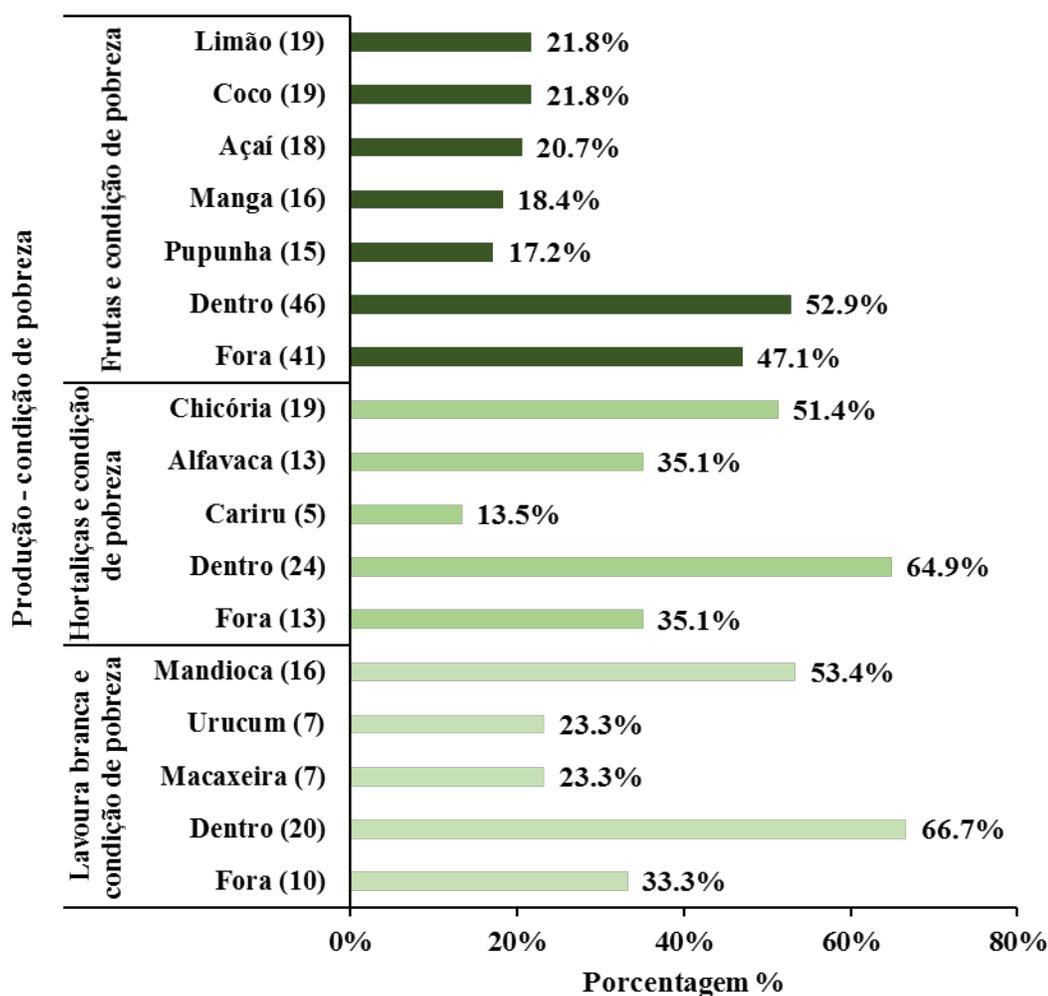
**Figura 16** - Espécies alimentícias presentes na Comunidade N. Sra. do Livramento.



Fonte: Elabora por Yorgana Yajure Prado.

Em total, foram registradas 56 espécies vegetais alimentícias e não alimentícias no entorno dos grupos familiares entrevistados (Anexo A). Entre as frutíferas mais produzidas foram observadas: o coqueiro (*Cocos nucifera* L.); o limoeiro *Citrus limon* (L.) Osbeck; o açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.); a mangueira (*Mangifera indica* L.); e a pupunheira (*Bactris gasipaes* Kunth). Em relação às hortaliças, o maior índice de espécies foi: chicória (*Cichorium intybus* L.); alfavaca (*Ocimum basilicum* L.); e cariru (*Talinum fruticosum* (L.) Juss.). Enquanto as espécies da lavoura branca, foram registradas: mandioca (*Manihot esculenta* Crantz); urucum (*Bixa orellana* L.) e macaxeira, como visualizado na Figura 17.

**Figura 17** - Espécies vegetais alimentícias mais plantadas e sua relação com a condição de pobreza (dentro e fora da pobreza) das famílias da Comunidade N. Sra. do Livramento.



Fonte: Elaborado por Yorgana Yajure Prado

O gráfico anterior evidencia a relação entre a situação econômica das famílias e a produção de alimentos in natura, sendo que os grupos familiares que se encontram dentro da pobreza ou extrema pobreza, demonstraram maior índice de produção e consumo das espécies vegetais cultivadas por eles, concordando com os resultados levantados por MARIN; CASTRO (2004) na comunidade quilombola de Abacatal.

Mesmo assim, chama a atenção a Lavoura Branca aparecer como uma das culturas menos estabelecidas dentro da comunidade. Esse cenário, pode ser atraído principalmente pelo baixo rendimento das roças, assim como também, ao fato de algumas famílias obter renda mensal através das aposentadorias e pensões, permitindo o fácil acesso a estes produtos no mercado local. Por outra parte, a falta de vontade, joga um papel importante dentro dessa situação, já que a população mais jovem e idosa se resiste a continuar plantando, ainda que seja parte importante da cultura culinária e o principal alimento das famílias da região Norte do Brasil.

A resposta a essa situação mencionada anteriormente, pode ser entendida através da análise realizada por Neto e Marcolam (2010), quando discutem sobre a elasticidade da obtenção da farinha, sendo que esta, depende dos níveis de aquisição de renda. Explicam, que entre as populações de baixos recursos, a aquisição de farinha representa um bem necessário para o sustento da família, concordando com os resultados manifestados nesta pesquisa. Já para o caso contrário, o alimento representa um bem de importância inferior dentro da alimentação dos grupos familiares.

Da mesma forma, as hortaliças são escassamente produzidas e consumidas na localidade estudada. Neste caso, o 86% das famílias que conseguem incluir estes alimentos na sua mesa, adquirem através da compra no comércio central. Situação contrária à estudada por Hirai et al. (2015), ao visualizar uma ampla produção de verduras, hortaliças e legumes entre comunidades quilombolas, sendo esse fato, uma questão de análise e reflexão sobre a situação alimentar que na atualidade experimentam os habitantes do Livramento, podendo refletir além da problemática de ordem espacial e ambiental que apresentam, existem fatores mais de caráter da conduta e a capacidade de enfrentar os problemas como comunidade, como observado e indicado por alguns dos entrevistados.

Sobre o consumo, vale a pena analisar sobre o que chamou a atenção das famílias contarem só com presença de alfavaca, chicória e cariru como principais hortaliças cultivadas, se bem estas são consideradas parte principal da cultura das comunidades tradicionais, deve também

levar-se em consideração que estas espécies apresentam características principalmente medicinais e são utilizadas como tempero essencial dos pratos típicos da região, significando que, ainda com a sua presença na comunidade, muitas das famílias não conseguem adquirir a parte principal do complemento alimentar.

Esse baixo consumo, considerando a forma de aquisição das hortaliças, pode ser relativo ao alto custo dos produtos *in natura* quando comparados com os produtos processados e ultraprocessados, os quais tendem a custar menos, como constatado por Claro et al. (2016), ao analisar os preços das diferentes categorias de alimentos ofertadas para os consumidores.

Adicionalmente, considerando as espécies mais cultivadas (frutíferas) pelas famílias em condição de pobreza e sustentados no termo de nutrição, chamou a atenção o fato deste grupo familiar plantar principalmente espécies que pertencem a um conjunto de alimentos com baixas concentrações de componentes nutricionais e químicos necessários para o organismo.

A composição química dos alimentos varia entre uns e outros, por conseguinte, a forma como são selecionados e combinados para suprir a dieta diária poderia representar um ponto de partida para a possibilidade de fornecer uma alimentação de qualidade. Por essa razão, foi considerado estabelecer uma segunda análise a partir de três pontos focais que englobaram: a) as espécies frutíferas mais plantadas pelos moradores; b) portadoras de macros e micronutrientes em quantidades suficientes para o funcionamento do organismo; e c) alto grau de componentes bioativos.

Este último composto mencionado, é associado à promoção da saúde, do aumento do bem-estar e da redução dos riscos a contrair doenças crônicas (BASTOS et al., 2009), também conhecidos como alimentos funcionais que aportam propriedades não nutricionais, mas sim propriedades necessárias para uma vida saudável (LIDÓN et al., 2003), podendo contribuir na luta contra o avanço do consumo de alimentos processados em comunidades tradicionais, assim como diminuir as possibilidades de enfermidades crônicas, sobretudo, considerando que muitas comunidades rurais carecem de atenção médica regular e que uma alimentação saudável seria uma das melhores formas de combate dessas dificuldades.

Os bioativos presentes nas frutíferas mais plantadas são os carotenoides, responsáveis da coloração amarela, laranja e vermelha em alguns alimentos, assim como pela ação antioxidante, atuam na desativação de radicais livres e oxigênios do organismo humano, fortalecendo o sistema imunológico, diminuindo a possibilidade de contrair enfermidades crônicas como o câncer

(CARVALHO et al., 2013). Os flavonoides, incluindo as antocianinas, possuem uma atividade antioxidante alta, capazes de rejeitar os radicais livres, oferecem efeitos anti-inflamatórios e atuam como preventores de enfermidades cardiovasculares, além disso ajudam na prevenção de enfermidades oculares crônicas (DERGAL, 2006).

Nesse sentido, as frutíferas foram organizadas por grau de importância nutricional, ficando da seguinte forma: açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.); coqueiro (*Cocos nucifera* L.); pupunheira (*Bactris gasipaes* Kunth); jaqueira (*Artocarpus heterophyllus* Lam.); mangueira (*Mangifera indica* L.); cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) K. Schum.); e muricizeiro (*Byrsonima crassifolia* (L.) Kunth), observar tabela 1.

**Tabela 1** - Composição das frutas com maior frequência de plantação e grau de importância nutricional.

Componente	Unid.	Açaí	Coco	Pupunha	Jaca	Manga	Cupuaçu	Murici
Água	%	46,99	88,98	82,00	49	0,96	70,9	73,46
Val. energético	kcal.	590,44	354,00	213	95	60,00	49	46,43
Proteínas	g.	11,00	3,33	2,59	1,72	0,82	1,17	1,65
Gorduras totais	g.	44,00	25,49	0,62	0,64	0,45	0,96	6,85
Carboidratos (por diferença)	g.	37,61	15,23	29,00	23,25	14,98	7,32	16,2
Fibra alimentar	g.	6,33	9,00	6,39	1,5	1,90	3,12	4,98
<b>Vitamina</b>								
Vitamina A	µg.	28,7	-	394,00	5	54,00	-	-
Vitamina B	mg.	0,25	0,054	0,04	0,329	0,119	0,08	-
Vitamina C	mg.	9,00	3,30	2,24	13,7	36,4	24,6	85
Vitamina E	mg.	14,80	0,24	0,50	0,34	0,90		-
<b>Bioativos</b>								
Antocianinas		X						
Carotenoides			X	X	X	X		X
Flavonoides							X	

Fonte: Elaborado por Yorgana Yajure Prado a partir de MENEZES et al. (2008), NEPA (2011), USDA (2011), SERAGLIO et al. (2015) e MELO et al. (2017).

A classificação surgiu diante da importância que representa a informação nutricional a ser incluída em programas de promoção da segurança alimentar através da agricultura familiar, já que poderia representar um poderoso instrumento no estabelecimento das culturas, pensando, principalmente, em satisfazer as necessidades nutricionais diárias das famílias, sobretudo considerando a abrangência do termo de segurança alimentar que vai além da quantidade de alimentos que o organismo necessita consumir segundo FAO (2011).

A seleção de espécies para a produção vegetal em comunidades rurais, em muitas ocasiões, é afetada por fatores ou condições que escapam da lógica técnica requerida, chegando a surgir conforme a necessidade de adaptação a fatores ambientais, condições do solo, acesso à água, sementes, falta de recursos, desconhecimento, entre outros, que dificultam o estabelecimento de hortas e/ou quintais diversificados e nutricionalmente desenhados.

Mesmo assim, a necessidade de assistência técnica continua representando um papel fundamental na escolha das espécies, já que devem ser considerados fatores como a situação e necessidades das populações. Ferreira et al. (2014), através do estudo realizado no município de Altamira (Pará), visualizaram as mesmas limitações para a seleção de espécies ao estabelecimento de sistemas agrícolas familiares.

Na Comunidade N. Sra. do Livramento, as culturas mencionadas, são estabelecidas principalmente nas áreas de roças e quintais agroflorestais. Nas primeiras, o 53% das famílias entrevistadas cultivam as espécies de lavoura branca, em uma área equivalente a tarefa e meia (1.5 tarefas) de superfície por família. A forma de preparo da terra adotada pelos entrevistados continua sendo através da técnica de corte e queima, que, em conjunto com outros fatores como a intensificação do uso, e a reduzida capacidade de espaço disponível para o cultivo, contribuíram com a diminuição da capacidade produtiva da terra na comunidade.

Concordando com Souza e Oliveira (2014), que também descreveram as atividades produtivas dos grupos familiares da N. Sra. do Livramento, observaram que os produtos das roças são destinados principalmente para o consumo familiar, por al menos seis meses durante o ano. Sem embargo, neste trabalho observou-se que 40% das famílias que plantam mandioca, comercializam parte da farinha através da venda a atravessadores ou diretamente nas feiras de Igarapé Açu ou Nova Timboteua.

Nessa mesma ideia, foi possível perceber que as quantidades de farinha vendida corresponderam a rendas mensais localizadas entre R\$ 12,00 – 80,00 por família. Essa situação de baixa renda, vem reconfigurando a dinâmica quilombola enquanto a cultura de trabalho, fazendo evidente a necessidade de multiplex estratégias - geralmente afastada das suas raízes - para conseguir a subsistência familiar.

Retomando as áreas de estabelecimento das culturas alimentícias em N. Sra. do Livramento, os quintais agroflorestais representaram o lugar onde as famílias plantam principalmente as espécies frutíferas e algumas florestais. Este tipo de sistema, quando manejado

e diversificado, exerce um papel importante para a segurança alimentar como indicado por Miranda (2011), já que proporcionam a possibilidade de obter uma alimentação adequada e saudável (GARCIA et al., 2015; GAZEL FILHO et al., 2009). Da mesma forma, os quintais agroflorestais constituíram o espaço onde as galinhas são criadas e reproduzidas, geralmente com a finalidade de complementar a dieta familiar, como descrito por NAIR (1986). Mesmo assim, durante as entrevistas o 75% das famílias indicaram raramente consumir das galinhas criadas em casa.

Como uma forma tal vez “atípica” na forma de produção na comunidade do Livramento, existem três famílias (10,71%) que dispõem de “sítios” onde tem estabelecidos Sistemas Agroflorestais (SAFs). Estes sistemas, além de proporcionar parte da alimentação destes grupos familiares, geram excedentes que permitem incrementar suas rendas mensais, representando, uma alternativa para cobrir as necessidades básicas de forma independente, adaptando-se à descrição realizada por Oliveira (2006), quem da mesma forma, ressalta a importância que representa este tipo de cultivo para a segurança alimentar no meio rural. A área total dos sítios abrange entre quatro e sete tarefas (1 hectare equivale a 3 tarefas).

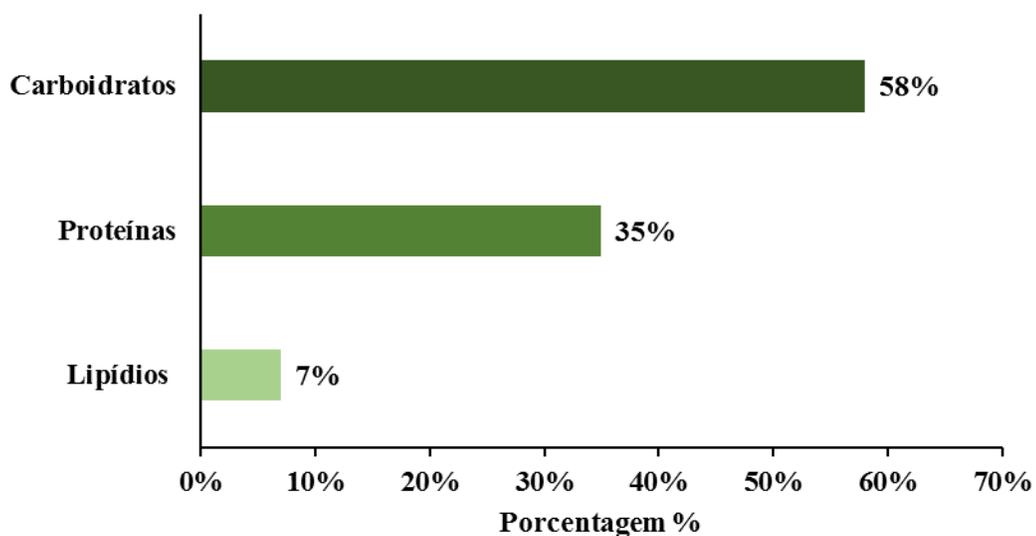
Por outra parte, ainda que as famílias demonstraram falta de interesse pela cultura culinária ancestral, e o desmatamento tenha suprimido parte da floresta, 11% das famílias entrevistadas consomem alimentos provenientes da várzea e da floresta, entre eles: jaca (*Artocarpus heterophyllus* Lam.); bacuri (*Platonia insignis* Mart.); piquiá (*Caryocar brasiliense* A. St.-Hil.); tucumã (*Astrocaryum aculeatum* G. Mey.); bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.) e açai (*Euterpe oleracea* Mart.). A mesma situação é vivenciada pela comunidade quilombola São Tomé de Tauçú, Pará (ALMEIDA; MARIN, 2014), os quais vêm experimentando constantes problemas que afetam a abundância de espécies fonte de alimentos e a perda da cultura.

Uma situação observada durante o desenvolvimento da pesquisa, foi o fato das famílias consumirem as espécies frutíferas geralmente como merenda no horário da tarde. Outro detalhe percebido foi o fato das espécies frutíferas presentes nos quintais agroflorestais encontrar-se ainda em uma fase imatura, significando que ainda não eram capazes de produzir frutos. Todo o anterior, gera entre as famílias uma dependência aos alimentos adquiridos através da compra, ricos em carboidratos e açúcares, em casos extremos, simplesmente significava a ausência de alimentos para as merendas tanto da manhã como da tarde, inclusive, ao café da manhã.

### 5.2.2 Alimentos comprados

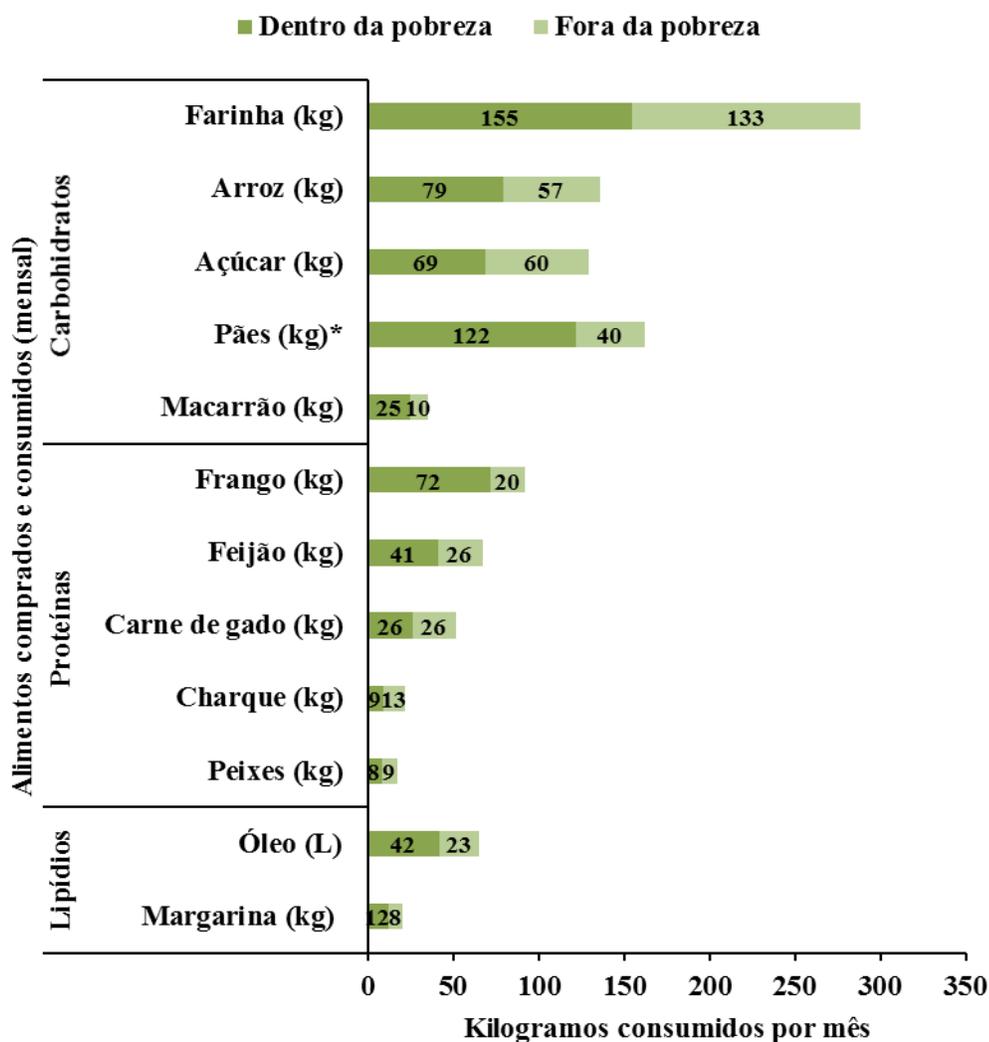
Em relação aos alimentos adquiridos através da compra, foram identificados 22 produtos industrializados que são consumidos pelas 28 famílias concentradas dentro e fora da condição de pobreza. Entre os itens majormente consumidos (kg), resultaram aqueles alimentos ricos em carboidratos (farinha de mandioca, arroz, açúcar, pão e macarrão), representando o 58% do total do consumo. Seguidamente, foram observados os alimentos proteicos como a segunda opção alimentícia (35%) das famílias entrevistadas (frango, feijão, carne de gado, charque e peixe). Por último, se apontaram os lipídios (margarina e óleos) com uma regularidade do 7% do consumo nos núcleos familiares de N. Sra. do Livramento (Figuras 18 e 19).

**Figura 18** - Alimentos industrializados consumidos pelas famílias da Comunidade N. Sra. do Livramento.



Fonte: Elabora por Yorgana Yajure Prado

**Figura 19** - Produtos alimentícios comprados e consumidos pelas famílias entrevistadas dentro e fora da condição de pobreza na Comunidade N. Sra. do Livramento, município de Igarapé-Açu, Pará.



Fonte: Elaborado por Yorgana Yajure Prado (2018).

Nota: (\*) quantidade calculada considerando peso por unidade de pão (40 gr.).

Durante as entrevistas, os informantes indicaram que a comunidade experimentou uma mudança na alimentação desde a chegada dos programas de transferência de renda, incentivando o abandono da agricultura familiar e a adoção de costumes culinárias distintas da sua cultura. Mesmo assim, apontaram a este fato, os trabalhos realizados fora da propriedade, aplicados como estratégia de diversificação de fontes de ingresso, necessários para assegurar a subsistência familiar, estimulando da mesma forma, a possibilidade de aquisição de produtos alimentícios

industrializados no mercado, tanto pela a geração de renda, como pela agora falta de tempo para continuar trabalhando a terra a causa novas ocupações.

Contrário à experiência em Livramento, Costa et al. (2017) através do seu estudo demonstraram ausência de efeitos significativos do Programa Bolsa Família sobre o consumo de alimentos industrializados, observaram de outro modo, a contribuição do programa na amenização no consumo de importantes nutrientes necessários para a saúde individual.

Por outra parte, ainda esperado em uma comunidade tradicional, o alto consumo e a preferência quase exclusiva de farinha de mandioca, poderia resultar em problemas típicos de insegurança alimentar, devido à ausência de micronutrientes na alimentação (fome oculta) e pela ocorrência de obesidade na população. Este último, observado entre as famílias da Comunidade N. Sra. do Livramento durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Relacionado ao anteriormente discutido, Silva et al. (2012) e Soares e Barreto (2015), discutiram sobre a educação alimentar e a obesidade em comunidades quilombolas, os autores, concordaram em que as mudanças no estilo de vida e dos hábitos alimentares se apresentam como uns dos principais fatores que interferem no estado nutricional entre estas populações, trazendo como consequência problemas socioculturais, socioeconômicos e de saúde, sendo este último acentuado principalmente entre as fêmeas.

Sobre o consumo de carboidratos entre comunidades tradicionais, Miranda (2011), encontrou resultados similares enquanto ao alto consumo de carboidratos entre agricultores familiares sem quintais agroflorestais, em uma comunidade localizada no Baixo Irituia, Pará. Nesse caso, o ganho obtido por meio das vendas da produção agrícola possibilitou a aquisição de produtos industrializados no mercado, promovendo mudanças nos seus padrões alimentares ainda que conseguiram diversificar sua produção.

No caso das proteínas, as quantidades (kg) consumidas mensalmente pelos moradores se apresenta em menor proporção. A capacidade de compra de carne de gado, por exemplo, não excede a três quilogramas mensais por família, sendo que a quantidade máxima é consumida pelas famílias que possuem maior renda *per capita* mensal. O consumo por parte das famílias em condição de pobreza, se nivela com a consumida pelas famílias fora da condição de vulnerabilidade econômica, geralmente na época da coleta da pimenta do reino, dado que é o período em que conseguem obter maiores rendas pela venda da mão de obra.

Bem como no caso dos carboidratos, de forma geral, na Comunidade N. Sra. do Livramento, as proteínas foram consumidas predominantemente entre as famílias pobres. Concordando, Herrám et al. (2017) perceberam o excessivo consumo de proteínas na pobreza, e que este, ao mesmo tempo, se fazia débil em alimentos derivados de gorduras e carboidratos em todos os níveis de escala socioeconômica. Mesmo assim, observaram que os “padrões de consumo de alimentos na pobreza, respondiam a dinâmicas metabólicas que como um todo favoreciam o excesso”.

Finalmente, segundo o percebido por meio das entrevistas, o “paradoxo” dos 22 produtos consumidos ter sido maioritariamente registrado entre os grupos familiares inseridos na pobreza e/ou extrema pobreza na Comunidade N. Sra. do Livramento, poderia ter sido atraída em primeiro lugar, pela decisão de investir a maior parte da renda mensal na compra de alimentos, baseado na incerteza alimentar que experimentam estas famílias mês a mês. Situação similar à indicada por Brasil (2005): direcionamento total do dinheiro recebido dos programas de transferência de renda para a compra de alimentos industrializados, criando uma dependência para com o benefício social e instabilizando a segurança alimentar familiar.

Da mesma forma, diversos estudos indicam que além da situação socioeconômica, o incremento no consumo de alimentos vem determinado por fatores como gênero, nível escolar, idade, inclusive pelo metabolismo e tudo o que sua atividade contempla (BONOMO et al., 2003 e PALMA; SUÁREZ, 2016).

### **5.3 Segurança alimentar**

Para o desenvolvimento deste ponto, foi necessário ajustar os parâmetros utilizados a realidade das famílias entrevistadas (ver figura 7), sobre tudo, tratando-se de um trabalho de pesquisa que envolve uma comunidade tradicional quilombola, as quais se caracterizam por ter expressões culturais específicas, diferentes as contempladas pelos indicadores de segurança alimentar utilizados pelas instituições nacionais e internacionais citadas no desenvolvimento deste trabalho, obtendo:

### 5.3.1 Disponibilidade de alimentos

A disponibilidade de alimentos segundo CE-FAO (2011) e FAO (2010), envolve os assuntos dos níveis de produção, comercialização, abastecimento e distribuição de alimentos, direcionados a atender os requerimentos alimentícios e nutricionais básicos das populações. Dentro desses fatores citados pela FAO, e mais adaptados à realidade da comunidade, a qualidade e a quantidade dos recursos naturais necessários para a produção de alimentos exercem um papel fundamental como indicador na análise do estado da segurança alimentar, sendo por essa razão, um elemento considerado nesta pesquisa.

#### 5.3.1.1 Recursos naturais

##### 5.3.1.1.1 Quantidade e qualidade dos recursos naturais em N. Sra. do Livramento.

Pensar nos recursos naturais que englobam uma comunidade tradicional, é trazer imediatamente à tona dois elementos complementares entre si e intrínsecos a estas populações, sendo: 1) a relação Homem-Natureza; e 2) a Ecologia Humana.

Partindo da particularidade de que uma comunidade tradicional está fortemente ligada a seu meio natural, reclama vigorosamente o significado que o homem maneja sobre este, visto que, desde essa compreensão surge a forma dos sujeitos interagirem com o meio (MOSCOVICI, 2005). Uma relação, qualquer que seja, concede a possibilidade de expressar, ao mesmo tempo em que permite moldar a concepção de mundo das pessoas, sendo capaz de influenciar as diversas formas de relação que podem ser estabelecidas com o meio natural.

Nesse sentido, a relação Homem-Natureza pode ser encarada como a capacidade de manter o equilíbrio, onde não existe dominância de nenhuma das partes envolvidas, coincidindo com Ortiz (2008b), quem a descreve como uma relação que rompe com certos esquemas estáticos que atribuem ao homem uma função de domínio em relação à natureza. Entretanto, a Ecologia Humana, representa a forma como o homem percebe sua influência sobre o seu entorno e, do mesmo modo, entende o quanto este interfere em suas ações (DREW, 1998). Concordando com a ideia, Vigotski (2007) concebe o homem como o ser que significa e se constitui nas relações concretas de vida.

Dentro dessa relação entre os indivíduos e a forma de como estes entendem e se relacionam com os meios provedores de insumos essenciais para a vida, se encontra fortemente ligado à quantidade e a qualidade dos recursos naturais que, entre outros diversos fatores, incidem na possibilidade de manter um sistema alimentar sustentável, capaz de fornecer alimentos nutritivos e acessíveis para as populações, a gestão dos recursos naturais, o que se faz elementar para a preservação dos ecossistemas e atendimento não só das necessidades alimentares dos humanos, mas também a possibilidade de oferecer produtos e serviços alimentícios, econômicos, ambientais e nutricionalmente viáveis e perduráveis no tempo.

Apesar da localização geográfica da comunidade contar com uma rica diversidade de recursos naturais, esta faz parte também de uma das áreas mais afetadas pelo seu esgotamento, reduzindo a disponibilidade e acesso aos alimentos por parte dos grupos familiares que a habitam.

Entre os fatores antrópicos que afetaram a quantidade e qualidade dos recursos naturais na Comunidade N. Sra. do Livramento estão as vendas de terras por parte de alguns dos moradores mais antigos, que de forma “voluntária” cederam suas propriedades à fazendeiros que chegaram até a localidade para o estabelecimento de atividades agropecuárias, promovendo a diminuição do tamanho inicial da comunidade, acarretando em uma série de mudanças na localização e tamanho das roças, na diminuição da vegetação primária, o que, por sua vez, trouxe como consequência, em conjunto com práticas indevidas no uso e manejo da terra, o baixo rendimento e capacidade de produção de algumas das culturas antigamente e mais importantes plantadas pelas famílias.

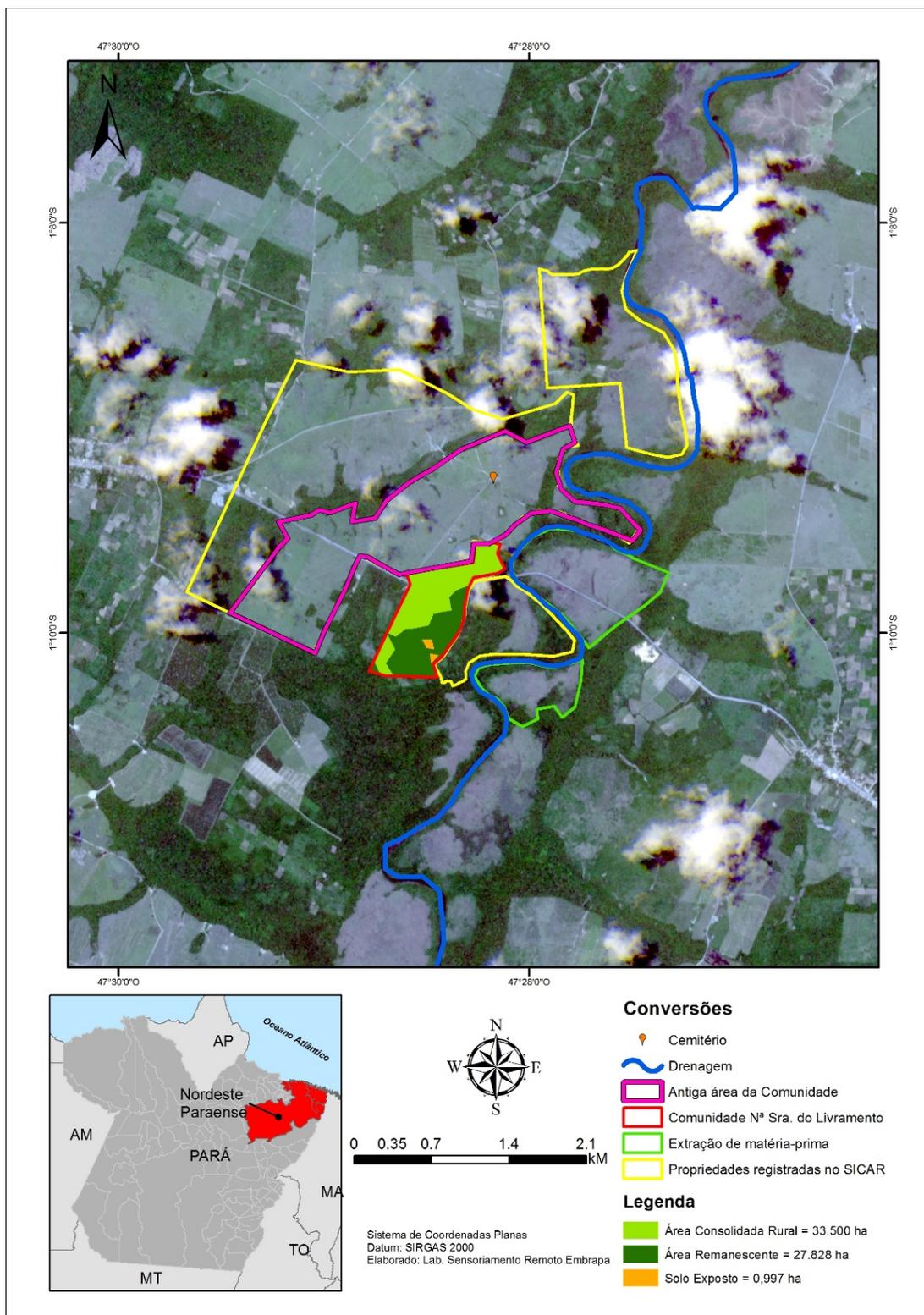
Segundo o título de reconhecimento de Domínio Coletivo, outorgado pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), a área total georreferenciada da Comunidade N. Sra. do Livramento correspondeu a aproximadamente 140 ha, com uma redução de uma (1) ha correspondente a Área de Proteção Permanente (APP) do rio Maracanã e do igarapé Castanheira e 10 ha da faixa de domínio da Rodovia PA-242, registrando-se finalmente uma superfície de aproximadamente 128 ha para o desenvolvimento e moradia das 75 famílias. Ressalta-se que os moradores da comunidade não forneceram informação sobre a área da comunidade antes da chegada dos fazendeiros.

Mesmo não sendo possível obter informações exatas sobre a área da comunidade antes das vendas, tentou-se ilustrar segundo os relatos das famílias entrevistadas (sem ser um dado oficial), e a informação extraída do título de reconhecimento de Domínio Coletivo antes supracitado, o que poderia ter sido a comunidade antes dos traspassos das propriedades, através

de uma imagem satélite do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), ajustada pelo Laboratório de Sensoriamento Remoto da Embrapa Oriental, tentando ilustrar um antes e depois da chegada dos fazendeiros (Figura 20).

Essa diminuição da área representa atualmente um dos principais conflitos entre os moradores da comunidade, já que a população vem crescendo paulatinamente com o decorrer dos anos, aumentando a dificuldade para a expansão de plantios familiares, sendo essa problemática um fator influente na disponibilidade e acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade suficiente (FAO, OPS, OMS, 2016).

**Figura 20** - Mapa da Comunidade N. Sra. do Livramento: área antes e depois da chegada dos fazendeiros e superfície das áreas com vegetação.



Fonte: Laboratório de Sensoriamento Remoto Embrapa Amazônica Oriental (2018).

Um elemento significativo para a apreciação da problemática discutida, é o domínio dos Latossolos Amarelo na topografia que conforma a comunidade estudada (Laboratório Sensoriamento Remoto Embrapa, 2018). Este tipo de solo, é caracterizado por Santos et al. (2011) com boa permeabilidade, textura argilosa ou muito argilosa, intensivamente utilizado para o cultivo da cana-de-açúcar e pastagem, principalmente na Amazônia, utilizados em menor escala para o cultivo da mandioca, fruticultura, e culturas do inhame.

Uma vez analisada essa caracterização, dá para entender a complexidade da problemática que apresenta a terra na comunidade, já que a principal limitação dos solos Latossolos Amarelo é a baixa fertilidade natural, o que requer de um adequado manejo para a correção da acidez e de nutrientes (NETO; SILVA, 2011), sendo de algum modo uma informação desconhecida ou não considerada pelos agricultores familiares da comunidade desencadeando consequências que hoje estão sendo difíceis de manejar por eles.

Ainda quando foram levantadas um número considerável de espécies vegetais dentro da área de estudo, durante o desenvolvimento das entrevistas surgiram comentários referentes a incapacidade de produção de fruto de algumas árvores plantadas, devido ao desgaste excessivo e falta de nutrientes das áreas cultiváveis. Mas, esses comentários foram menos frequentes, se comparado à podridão das raízes da mandioca.

### 5.3.2 Acesso à alimentação

O acesso à alimentação está relacionado a aspectos socioeconômicos e físicos que interferem na aquisição de alimentos por parte das populações (FAO, 2011). Para efeito deste trabalho, o assunto foi analisado através da renda familiar mensal *per capita*, e das estratégias de aquisição de renda entre os grupos familiares estudados.

#### 5.3.2.1 Renda familiar e estratégias de aquisição de renda

O mínimo e máximo das rendas das famílias inseridas na condição de pobreza ficaram estabelecidas entre R\$ -54,57 e R\$ 169,00 mensais, respectivamente, com média de R\$ 47,51. Para os grupos familiares com condições econômicas mais favoráveis, se obteve um máximo de

renda mensal de R\$ 2.056,00 e um mínimo de R\$ 72,55, sendo que a média se localizou em R\$ 532,10.

Nessa ideia, Carvalho e Silva (2014) apontam que cerca de dez milhões de famílias no Brasil não possuem renda suficiente para garantir sua segurança alimentar, de maneira que a maior proporção se encontra nas regiões Norte e Nordeste. Da mesma maneira, Silva et al. (2008) destacam que os quilombolas identificam a falta de posse de terra e de renda monetária como um dos fatores causais de insegurança alimentar, concordando com o observado neste estudo.

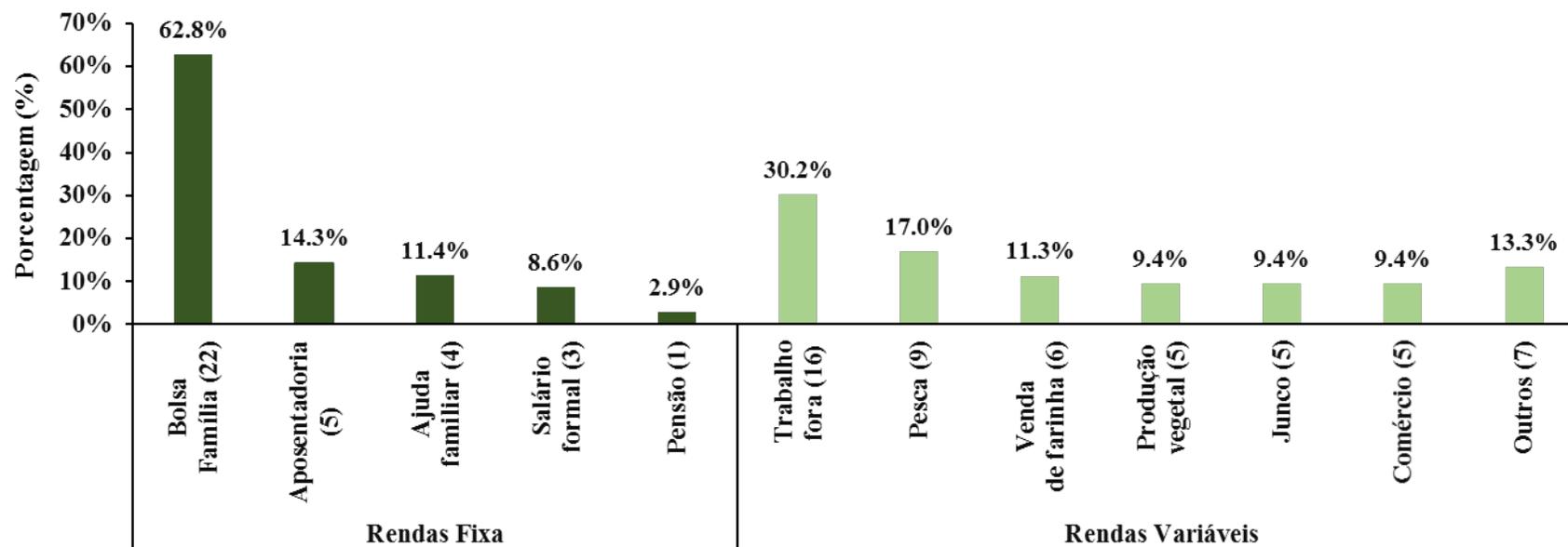
As formas das famílias adquirir renda mensal foram caracterizadas desde duas perspectivas: a primeira, por meio de rendas fixas que incluía todas aquelas atividades produtivas onde as pessoas estiveram sujeitas à salários fixos mensais; e a segunda, denominada de renda variáveis, delimitada pelas práticas que geravam renda flutuantes a cada mês, dependendo do dinamismo das atividades praticadas pelos integrantes das famílias (Figura 18).

Assim, encontrou-se que entre as diferentes categorias de renda estudadas, o programa “Bolsa Família” (rendas fixas) e os Trabalhos Fora da Propriedade<sup>23</sup> (rendas variáveis) resultaram as formas mais representativas de aquisição de renda entre as famílias de N. Sra. do Livramento, com (62,8%) e (30,2%), respectivamente. A segunda categoria mais utilizada, foi a aposentadoria, como uma forma de renda fixa (14,3%) e a prática artesanal da pesca como rendas variáveis (17%) como visualizado na figura 21.

---

<sup>23</sup> Rendas variáveis: empregados, pedreiros, venda de mão de obra, dentre outras atividades temporárias.

**Figura 21** - Percentual de famílias por categoria de aquisição de rendas fixa e variável.



Fonte: Elaborado por Yorgana Yajure Prado (2018)

De forma geral, os resultados do gráfico anterior denotam claramente o deslocamento das principais atividades produtivas da comunidade quilombola N. Sra. do Livramento. Sobretudo, quando observada a acentuada dependência à programas de transferência de renda e trabalhos instáveis realizados fora das propriedades como principal mecanismo para atender as necessidades básicas, especialmente a relacionada com a alimentação.

“ [...] a Bolsa Família é essencial para a vida dos moradores da nossa comunidade. Tanto assim, que eu me pergunto que seria dos moradores da nossa comunidade se ela acabar... aqui a gente morreria de fome! Nós estamos esquecendo os nossos costumes, a nossa cultura, a forma de como os nossos pais acostumavam a produzir, a se alimentar [...] ”. (Comunicação pessoal, 2017)<sup>24</sup>.

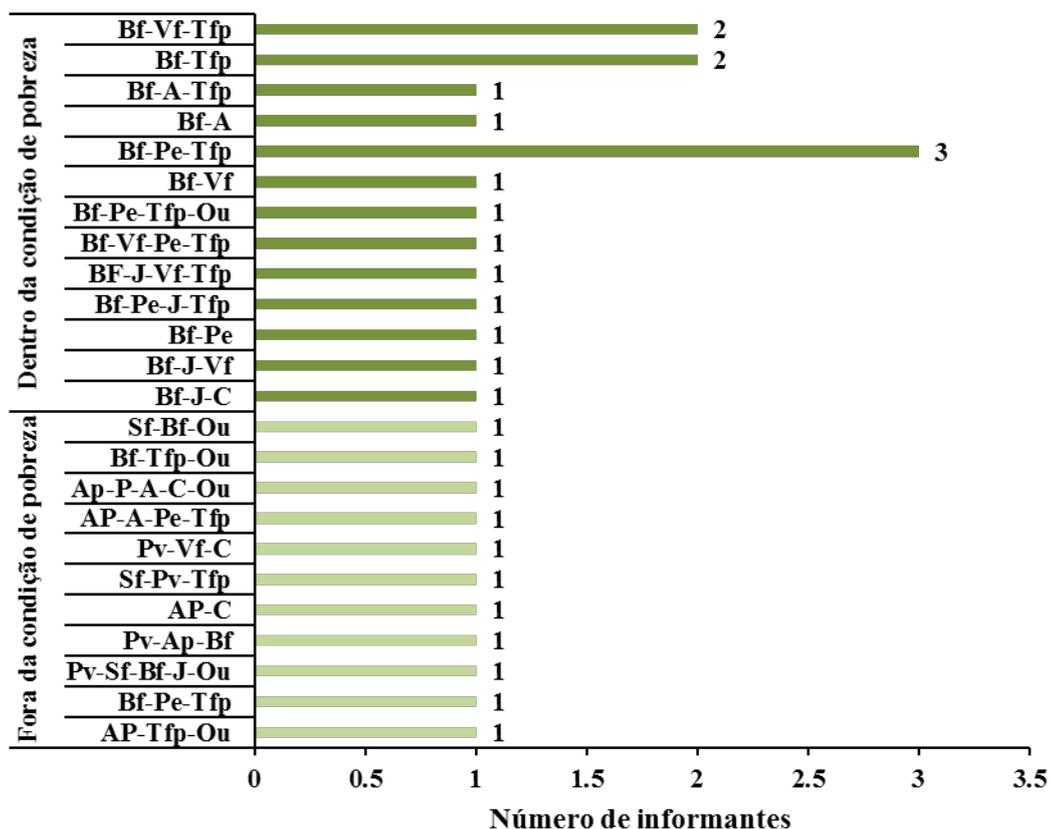
Nesse caso, como sugerido por Burlandy (2007), existe a necessidade dos programas de transferência de renda serem combinados com outros tipos de intervenção, de forma que desenvolvam a capacidade das famílias dispor dessa renda, na ideia de contribuir de forma mais efetiva no bem-estar das famílias beneficiadas, incluindo a preservação da sua identidade. Em razão disso, o mesmo autor destaca o papel fundamental que representa dentro da lógica destas políticas públicas, o fato de analisar e entender sobre a cultura, os hábitos familiares de consumo de alimentos, e a conduta ante os gastos por parte dos beneficiários como mecanismo para se adequar a cada contexto.

Por outra parte, partindo da necessidade de compreender mais a fundo a dinâmica das lógicas aplicadas pelas famílias do Livramento para a obtenção de renda mensal, analisou-se a relação entre as atividades produtivas desempenhadas e a condição econômica (Dentro ou fora da pobreza) apresentada por cada um dos grupos familiares entrevistados (Figura 22).

---

<sup>24</sup> Informação resgatada do Diagnóstico Rápido Participativo, realizado na sede do ARQUINSEL no dia 14 de outubro de 2017.

**Figura 22** - Relação das formas de aquisição de rendas e situação de vulnerabilidade econômica das famílias de N. Sra. do Livramento, município de Igarapé-Açu, Pará.



Fonte: Elaborado por Yorgana C. Yajure Prado 2018.

Nota: **A**= ajuda familiar; **Ap**= aposentadoria; **Bf**= bolsa família; **C**= comercio; **J**= junco; **Ou**= outros; **P**= pensão; **Pe**= pesca; **Pv**= produção vegetal; **Sf**= salário fixo; **TPF**= trabalhos fora da propriedade; **Vf**= vende farinha.

\*VF: esta categoria compreende o fato das famílias trabalhar a roça.

Mais uma vez, pode ser comprovado a diversificação das lógicas de acesso a renda implementadas pelos moradores da Comunidade N. Sra. do Livramento para sua subsistência, sendo claramente visível a importância da aquisição de Bolsa Família, Aposentadorias e os Trabalhos Fora das Propriedades dentro da sua economia.

Cavignac (2006) constatou uma situação similar na comunidade quilombola Sibaúma (Rio Grande do Norte), onde devido à modificação da paisagem natural, gerada por atividades antrópicas, houve uma drástica mudança no tipo de organização social da comunidade, fazendo com que as famílias passassem da prática extrativista rural para realizarem trabalhos informais fora da propriedade como forma de gerar renda mensal.

Na comunidade do Livramento, os TFPs estiveram principalmente ligados à colheita anual de pimenta do reino, que acontece nos meses de setembro, outubro e novembro, representando o período em que as famílias obtêm maior renda durante o ano, diminuindo a

incerteza enquanto diversidade, quantidade e frequência dos alimentos consumidos durante o dia. Durante o resto dos meses, os moradores permanecem em incerteza quanto à renda, ficando limitados a trabalhos temporários (Bicos) escassos referente a construção, corte de capim, roçado, dentre outros.

“[...] a minha família e eu comemos sim, graças a Deus..., mas nós nos alimentamos sempre do mesmo, é só quando a gente trabalha na pimenta que consegue comer outras coisas, a gente recebe e vai correndo a Igarapé-Açu e compra carne, compra frango, pouco, mas a gente compra [...]” (Comunicação Pessoal, 2017)<sup>25</sup>.

De forma mais detalhada, observou-se que as famílias inseridas dentro da condição de pobreza guardavam mais relação com o desenvolvimento de atividades econômicas do meio rural (pesca e roça), resultando curioso que, apesar da agricultura familiar representar um importante papel na superação da pobreza e da fome (IICA, 2012; Silva, 2018), estes dados mostram resultados contraditórios que não podem ser avaliados de forma isolada.

Neste caso, segundo o observado durante o trabalho em campo, a materialização dos resultados da diminuição e do desgaste excessivo da terra, ocasionado pela intensificação do uso do solo, provocado pela redução da disponibilidade de terra e uso do fogo no sistema de produção, a redução do estoque de peixes, e da queda da comercialização do junco, dentre outros fatores socioeconômicos e ambientais, representaram os fatores que pudessem estar afetando o modo de vida e o bem-estar das famílias na atualidade, necessitando buscar outras formas de renda para o sustento da família.

Um fato similar, ocorre nas comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande (Sergipe), os quais registraram mudanças no seu cotidiano agrícola e pesqueiro, em virtude das modificações ambientais, intervenções antrópicas e novas orientações econômicas surgidas, como o turismo e o desenvolvimento aquícola (ALVES et al., 2017), trazendo dificuldades na obtenção de alimentos e recursos para seu desenvolvimento local.

Entretanto, as atividades realizadas pelos grupos familiares situados fora da condição de pobreza, corresponderam a estratégias diferentes da lógica da agricultura familiar na sua maioria, sem embargo, como casos “isolados”, existem três famílias que possuem Sistemas agroflorestais (SAF) estabelecidos em terrenos da comunidade, com a ideia de conseguir uma produção familiar que permita a diversificação alimentar e a geração de renda adicional (Oliveira, 2006; Miranda, 2011), ainda que existam fatores ambientais que dificultem o ótimo aproveitamento produtivo e, por outro lado, existam moradores da comunidade que

---

<sup>25</sup> Informação resgatada em entrevista realizada no dia 16 de outubro de 2017.

mantenham a ideia da agricultura familiar haver acabado na comunidade de N. Sra. do Livramento.

“[...] a gente não trabalha porque não quer... quando eu morava com meus pais éramos muito pobres, meu pai não plantava muito. Não sei te dizer porque, mais era ruim. Depois eu me casei e fui embora da casa dos meus pais, durei dez anos de empregado do japonês, mas nunca deixei de trabalhar no meu terreno, trabalhava muito, a gente juntava e juntava dinheiro, ainda quando algumas vezes passávamos mal. Assim conseguimos abrir a nossa feira... com muito esforço. Bom, agora é que eu lembro, eu tirei um crédito também... aí continuei trabalhando para o japonês, a gente sempre ia fazendo economia para comprar o necessário para plantar no terreno, ganhei algumas mudas de um vizinho, outras comprei, enfim, é assim como agora produzo pimenta do reino, maracujá e pimenta doce, então, é com isso e a loja, que minha família e eu moramos tranquilos [...]” (Comunicação Pessoal, 2017)<sup>26</sup>.

“[...] minha família e eu plantamos num terreno, fora da minha propriedade... esse terreno é da comunidade, mas minha esposa nasceu aqui e temos direitos. Aí temos muitas plantas, temos cupuaçu, murici, maracujá, banana, mamão, pupunha, cana, açaí, tangerina, graviola, ingá e outras. Nós comemos tudo do que plantamos e o excedente vendemos, e assim a gente vive. Eu sempre trabalhei na terra, desde criança, por isso acredito sempre na terra, porque se a gente quer, a gente consegui de qualquer jeito... eu sempre ofereço das minhas mudas para as pessoas da comunidade, mas ninguém tem vontade... é difícil [...]” (Comunicação Pessoal, 2017)<sup>27</sup>.

Analisando e comparando a situação econômica e as estratégias utilizadas por ambos os grupos estudados (dentro e fora da condição de pobreza e extrema pobreza), percebe-se que a maioria desenvolve trabalhos alternativos a sua atividade principal, visando suprir suas necessidades. Não entanto, são aqueles núcleos familiares localizados fora da condição de pobreza e extrema pobreza quem desenvolvem atividades mais independentes, trazendo-lhes autonomia na obtenção de renda, acesso a uma melhor alimentação, uma razoável qualidade de vida e aptidão nos momentos de resposta ante as dificuldades que surgem na cotidianidade da vida.

Observar como os habitantes da comunidade quilombola N. Sra. do Livramento empregam estratégias diferentes das costumes étnicas, é igualmente observar como eles são direcionados à perda definitiva da sua identidade ancestral, expondo-se à possibilidade de experimentar situação de fome, miséria e racismo, afastando-se do que assevera Malcher (2017 p. 62), em relação às práticas culturais desenvolvidas pelas 65 comunidades quilombolas do estado do Pará, fundamentadas, principalmente, em uma economia do tipo

---

<sup>26</sup> Informação resgatada em entrevista realizada para o senhor I.R., no dia 16 de outubro de 2017.

<sup>27</sup> Informação resgatada em entrevista realizada para o senhor J.M., no dia 16 de outubro de 2017.

familiar, assim como da condição de produção local, utilizadas como estratégia para garantir seu bem-estar físico e social.

### 5.3.3 Utilização biológica dos alimentos

Como assinalado pela FAO (2014), a dimensão referente a utilização dos alimentos depende de múltiplos fatores que contribuem para combater a insegurança alimentar e a erradicação da fome, esses fatores, além de englobar todos aqueles aspectos referentes a qualidade da alimentação, inclui o acesso a serviços públicos referente a água potável, serviços médicos e educação, ressaltando a importância que guardam os insumos não alimentares na questão de segurança alimentar.

Neste ponto, adaptados à realidade da comunidade, conseguiu-se fazer uma breve análise sobre a qualidade dos alimentos produzidos e comprados pelas famílias entrevistadas, por outra parte, analisou-se a vinculação dos entrevistados com o termo de segurança alimentar e o acesso a serviços públicos como uma forma de avaliar a dimensão no estudo da situação de segurança alimentar dos moradores de N. Sra. do Livramento.

#### 5.3.3.1 Qualidade dos alimentos produzidos e comprados

Em princípio, o que deve ser reconhecido dentro deste ponto é a percepção de uma mudança nas práticas alimentares na comunidade. Observou-se, particularmente, uma mudança no incremento do consumo de alimentos industrializados na alimentação das famílias estudadas, que se enfiam aos costumes e tradições quase sumida do padrão alimentar de uma comunidade tradicional, comprometendo a saúde e influenciando nos saberes, fazeres e sabores próprios da cultura no local, concordando com o estudo realizado por Ferreira e Magalhães (2017) onde estudaram as consequências geradas pela introdução de alimentos industrializados no consumo diário de uma comunidade pobre de Diamantina, Minas Gerais.

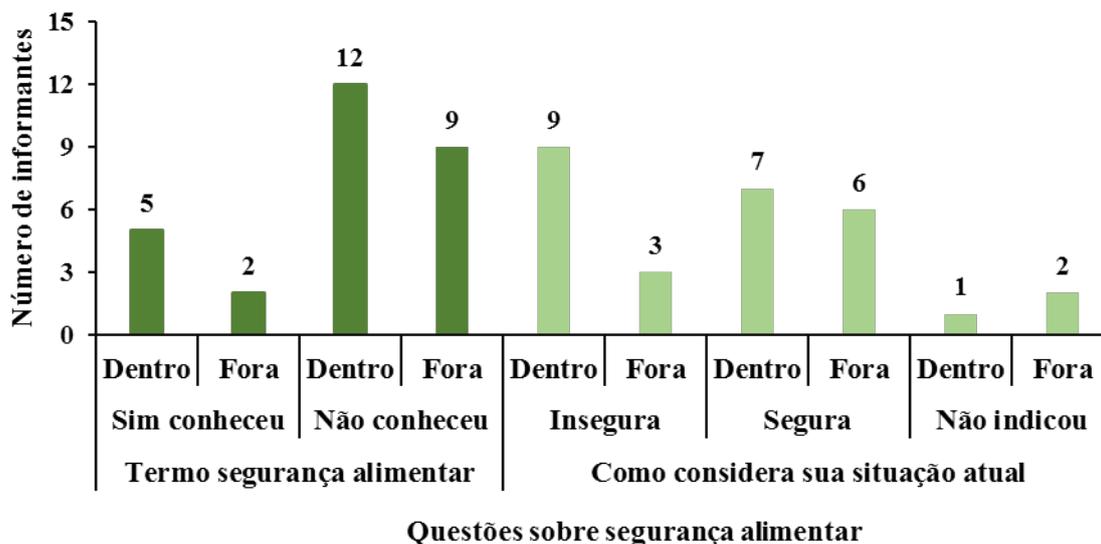
No caso da qualidade dos alimentos, foi identificado entre o 21% da amostra total da pesquisa, o uso de produtos químicos para combate de pragas e na adubação, sendo que o restante da população estudada, indicou não utilizar estes tipos de produtos nos seus cultivos, este último, se apresenta como um dado alentador, se considerar a importância que representa para a população o consumo de alimentos seguros e saudáveis, sendo além do mais um direito fundamental do ser humano, que busca garantir uma vida digna e a promoção da saúde (CONSEA, 2012).

Mesmo assim, se faz necessário alertar e conscientizar as famílias da N. Sra. do Livramento que ainda incluem os agrotóxicos nos seus processos de produção, sobre as consequências a saúde e ao meio ambiente, fazendo necessário, da mesma forma, uma transição que direcione a produção de alimentos orgânicos, de base ecológica, como uma estratégia para enfrentar os inconvenientes que afetam principalmente, o tema da alimentação, possibilitando-lhes melhorar sua qualidade de vida através da produção e consumo de alimentos saudáveis, em harmonia com os recursos naturais que lhes brindam a possibilidade de estar e existir, todo o anterior, concordando, com o critério manejado pela (SAMBUICHI et al. 2017) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (2013), que vem trabalhando em prol do desenvolvimento sustentável rural no Brasil.

#### 5.3.3.2 Compreensão do significado de segurança alimentar entre os moradores da N. Sra. do Livramento

Para ter uma visão sobre a compreensão que as famílias de N. Sra. do Livramento tem sobre o significado da segurança alimentar e sobre a percepção da sua situação atual, foram formuladas as seguintes perguntas: a) conhece o termo segurança alimentar?; b) Quando você escuta falar sobre o termo, o que você imagina?; e c) A partir do anterior, como considera sua situação alimentar atual? O resultado obtido, resultou nas famílias em condição de pobreza serem as pessoas que menos reconheciam ter ideia sobre segurança alimentar, se comparado com o grupo de famílias que apresentaram melhor condição econômica (Figura 23).

**Figura 23** - Perspetivas sobre segurança alimentar e nutricional das famílias inseridas dentro e fora da situação de pobreza da comunidade de N. Sra. do Livramento.



Fonte: Elaborado por Yorgana C. Yajure Prado 2018.

Contudo, a medida que as entrevistas avançavam, com orientações, alguns entrevistados indicaram características do que precisariam para usufruírem de uma segurança alimentar, indicando: ter segurança alimentar é plantar, porque algumas vezes não temos dinheiro; é trabalhar e plantar; é saber escolher um bom alimento; maior venda de alimentos; é plantar, pescar e criar. Analisar a compreensão e a estrutura de significações sobre a segurança alimentar entre os entrevistados vislumbra possíveis estratégias enquanto a necessidade de educação alimentar e nutricional entre os moradores da comunidade, como uma forma de gerar conhecimento e de incentivar o protagonismo na construção de uma estrutura alimentar adequada entre os grupos familiares (OLIVEIRA e JAIME, 2016).

Com relação à percepção sobre a situação de segurança alimentar, novamente, as pessoas dentro da situação de pobreza indicaram ter uma situação desfavorável, neste caso, de insegurança alimentar. Esse mesmo grupo considerou, em maior proporção, ter uma situação de segurança alimentar na atualidade, mas neste caso a diferença entre as respostas de ambos os grupos não foi significativa.

Nesse cenário, as reflexões sobre cada uma das opções de resposta foram: insegura, “porque sempre estou pensando o que a gente vai comer amanhã”; “porque às vezes a gente não tem nada”; “porque não tenho certeza do que a gente deve comer, nem como comer; porque sempre comemos a mesma coisa”; “porque não posso comer o que eu quero”; “porque algumas vezes não comemos o necessário”. Quando a resposta direcionava para uma situação

alimentar segura, a percepção foi: “porque a gente agora tem dinheiro para comprar o que quiser (referindo-se à transferência de renda do Programa Bolsa Família) ”; “porque a gente planta e sabe o que está comendo”.

As respostas, em diversos momentos foram se agregando: “a nossa situação é melhor agora porque antigamente minha mãe tinha uma sopa para oito pessoas, agora não, agora posso comprar e também plantar”; “Agora melhor porque meus filhos já estão grandes e entendem que a gente algumas vezes não tem para comer”; “Melhor antigamente porque a gente plantava mais, caçava, comia mais saudável”; “Antigamente a gente não tinha para comer, agora com a bolsa família a gente está melhor”.

Fundamentado na percepção das pessoas entrevistadas enquanto a situação alimentar, se faz evidente um estado de insegurança entre alguns dos grupos familiares. Se bem esta escala de medida da percepção alimentar é considerada subjetiva para estimar insegurança alimentar, Corrêa (2007) discute sobre a importância que esta vem acumulando a nível mundial, inclusive em países subdesenvolvidos. O mesmo autor, comenta sobre a incidência de componentes psicológicos como parâmetro indicador de insegurança alimentar, coincidindo com a preocupação expressada por alguns dos membros das famílias sobre ter ou não comida durante o mês.

#### 5.3.3.3 Acesso a serviços públicos

Dentro deste indicador foi avaliado o acesso dos moradores do Livramento a serviços como o saneamento básico, saúde, serviço elétrico, transporte e vias de acesso.

O sistema de abastecimento de água potável na comunidade se encontra limitada devido a estar condicionada a horário específicos de distribuição para cada uns dos lares. Segundo os moradores da comunidade, essa situação delinea uma determinante para o cultivo de algumas espécies vegetais e o desenvolvimento de certas atividades produtivas que poderiam gerar renda para os núcleos familiares. Por outra parte, conseguiu-se constatar a regularidade da higienização da caixa de armazenamento da água que é extraída do poço artesiano e posteriormente distribuída.

Com a chegada do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, as famílias conseguiram obter tanto melhoria de moradia como na disposição sanitária e no esgoto. São poucas as famílias que ainda possuem sistemas de saneamento precários (4%). Da mesma forma, foi

visível o fato de algumas famílias despejarem a água utilizada na área da cozinha para o quintal, sobretudo, entre as famílias que ainda conservam casas antigas, construídas de barro.

O fornecimento de energia chega a todas as casas desde **1995**. Na época, o número de habitantes era menor que a atual cifra, significando que, ainda que nenhuma das famílias careça do serviço, alguns dos entrevistados comentaram que a capacidade de fornecimento de eletricidade atualmente distribuída para a comunidade é insuficiente para a densidade populacional e que alguns dos moradores tem problemas intermitentes com o sistema elétrico.

“[...] a comunidade está tendo problemas com o serviço de energia. O transformador elétrico foi colocado para vinte e poucas famílias. Agora, agora a comunidade triplicou o número de pessoas que moravam na época da chegada da energia a comunidade, porém, o consumo de energia também incrementou e o transformador ficou fraco para tantos moradores [...]”. (Comunicação Pessoal)<sup>28</sup>.

Ainda que a comunidade se situe em uma região estratégica no Nordeste Paraense, a qual oferece facilidade de acesso tanto para o comércio como para o escoamento de produção, há dificuldades de transporte que afetam os moradores de N. Sra. do Livramento. Esse cenário interfere na aquisição de gêneros alimentícios, atendimento médico, remédios e produtos de uso básico, pois a comunidade não dispõe de posto de saúde, nem de um comércio desenvolvido, o que faz necessário a busca de abastecimento e de assistência médica no centro de Igarapé-Açu ou no município de Nova Timboteua. O centro de Igarapé-Açu também é o local onde os moradores tem acesso a outros tipos de serviços, como bancário e de correios.

Enquanto a saúde, parte da história assinala que a situação da população negra no Brasil entre o final do século XIX e início do XX, era tema de discussão com ênfase somente na saúde mental, especialmente a relacionada com a criminalidade (PIANI, 2008).

Não obstante, por meio do trabalho incansável dos movimentos de luta pelos direitos dos povos negros, em 1995 surge o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, conseguindo posteriormente, através de uma mesa de trabalho instalada em conjunto com especialistas da saúde, membros da sociedade civil organizada e o Ministério da Saúde. Disso resultou a elaboração de um documento, anos mais tarde representou uma manifestação importante para as bases conceituais da temática (OLIVEIRA, 2001).

Decorrente dos grandes esforços realizado pelos movimentos de luta surgiram alguns avanços no âmbito da saúde destes povos, através da criação do Comitê Técnico de Saúde da

---

<sup>28</sup> Informação obtida através do diálogo durante a atividade do Diagnostico Rápido Participativo.

População Negra e da Portaria nº 1.678/2004, posteriormente sendo instituído a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Portaria nº 992/2009).

Mesmo assim, a comunidade de N. Sra. do Livramento ainda faz parte daquelas comunidades que apresentam problemas quanto ao acesso à saúde. As famílias não têm acesso ao serviço na localidade, tendo que se deslocar para a comunidade de São Luiz ou Igarapé-açu. Essa situação se apresenta como um agravante para as condições de vida dos moradores, somando a isto, tem a dificuldade de transporte para o traslado, concordando com o indicado por Freitas et al. (2011), quando manifesta que o assunto saúde dos povos quilombolas é relativamente novo e que ainda há muito por debater e avançar para falar de bem-estar entre esta cultura ancestral.

Apesar disso, o fato da comunidade estudada não ter acesso a informação nutricional de forma planejada, de modo geral, não foram visíveis casos de desnutrição entre os entrevistados, mas sim foram perceptíveis casos pontuais de mulheres com sobrepeso. Estes casos foram registrados em grupos famílias que se encontram dentro da condição de pobreza, pelo alto consumo de carboidrato.

Para as comunidades quilombolas com manifestação de problemas de segurança alimentar e pobreza, o benefício recebido do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Merenda Escolar) representa a única esperança e alívio que experimentam os pais durante o dia, já que, em muitos casos, o único momento que podem oferecer garantia de alimentos para seus filhos, sendo que essa situação resulta comum segundo a experiência manifestada por ACEVEDO-MARIN (2018)<sup>29</sup>.

Em uma entrevista realizada a Professora da comunidade, Lopez (2017) comentou: “a Merenda Escolar ajuda muito para a alimentação das crianças da comunidade que cursam ensino fundamental, mas antigamente era melhor porque enviavam alimentos mais saudáveis e com maior frequência, infelizmente hoje a situação não é mais a mesma”. Atualmente, os alimentos vêm sem regularidade, quando vem, estão incompletos e com muitos produtos industrializados, poucas verduras e hortaliças. Quando acontece isso e/ou o programa não ofertar os alimentos, os vizinhos da comunidade juntam os alimentos necessários para fornecer às crianças (Figura 24).

---

<sup>29</sup> Entrevista pessoal (2018).

**Figura 24** - Aproveitando a falta: intercâmbio de sabores venezuelanos



Fonte: Elaborado por Yorgana Yajure Prado (2017).

#### 5.3.4 Estabilidade alimentar ao longo do tempo

A estabilidade quanto às dimensões da segurança alimentar denota, além da necessidade de contar com uma alimentação adequada, engloba a continuidade no acesso aos alimentos para poder indicar que se goza de uma completa segurança alimentar. Segundo CE-FAO (2011), existem diversos fatores que interferem na possibilidade de manter no tempo o acesso à uma alimentação segura e saudável, entre as quais se mencionam, de forma geral, as condições ambientais adversas, condições econômicas, processos políticos, conflitos internos e externos, o mercado, dentre outros. Levando em consideração a natureza ancestral da cultura da Comunidade N. Sra. do Livramento, foram determinadas as seguintes diretrizes para o análise neste trabalho.

##### 5.3.4.1 Problemáticas

Na atualidade, N. Sra. do Livramento lida com uma série de conflitos que envolvem principalmente a terra, a diminuição da pesca e da comercialização do junco. Esses cenários citados, são elucidados pela FAO (2016) ao explicar que a competição pela terra cria fortes conflitos, ainda mais, quando esta se soma a problemas socioeconômicos e políticos, afetando as populações e geram situações de vulnerabilidade.

#### 5.3.4.1.1 Conflito por terra

As questões que envolvem a problemática da terra na comunidade se enquadram principalmente, na diminuição e, o desgaste da terra, sendo que, o primeiro, se remonta à época da chegada dos primeiros moradores ao espaço que compreende a comunidade. O processo de distribuição de terras no Livramento, segundo os entrevistados, foi realizado sem parâmetros lógicos de estabelecimento, resultando em desigualdade de posse entre as famílias. Com o decorrer do tempo, surgiram mudanças quanto a área total da comunidade devido a, em primeiro lugar, a venda de terra a fazendeiros por parte dos moradores mais antigos e, segundo, pelo aumento populacional na comunidade, atraída, tanto pelo crescimento do número de integrantes das famílias, como pela chegada de outras a localidade.

Essa configuração, trouxe como consequência a diminuição do espaço disponível para a prática de atividades produtivas dentro dos espaços de uso comum na comunidade. Na atualidade, essa situação configura uma atmosfera de conflito entre os moradores da comunidade, especificamente, pela utilização por parte de algumas famílias de espaços de terreno de dimensões maiores ao estabelecido por direito para cada família ter a possibilidade de estabelecer seus plantios dentro da comunidade (1,5 tarefas por família).

Não entanto, os grupos familiares assinalados alegam haver estabelecido seus Sistemas Agroflorestais utilizando entre cinco e sete tarefas ao perceberem a falta de vontade do restante de moradores para continuar trabalhando a terra, indicando:

“[...] estamos tendo problemas com a comunidade porque estamos fazendo uso de cinco ou seis tarefas do terreno de uso comum da comunidade, mas ninguém quer trabalhar aqui, a gente prefere esperar só a chegada da Bolsa família sentados em casa. Não sei o que está acontecendo, mas as pessoas da comunidade estão perdendo a vontade pela terra, eu moro no mesmo lugar que eles, eu estou na frente dos mesmos problemas que eles, e nós conseguimos plantar, algumas vezes é difícil, sim, mas a gente tem que lutar. Faz um tempo, eu limpei aquele terreno tudinho para plantar e fazer meu sítio, sabe o que aconteceu?... nossa! Quando já quase terminava de limpar, a comunidade venho e falou que estabeleceriam a horta comunitária justo aí no terreno que eu sozinho limpei, você está entendendo? Vai lá e dá uma olhada, nem um tomate conseguiram plantar. Então, além da terra estar tendo problemas, acho que a gente ficou sem vontade também... eles nem trabalham nem deixam trabalhar [...]” (Comunicação Pessoal, 2017)<sup>30</sup>.

A situação caracterizada, contrasta com o padrão descrito por Malcher (2017) sobre a comunidade quilombola São Miguel do Pará (Pará), a qual se desenvolve sobre a mesma

---

<sup>30</sup> Informação resgatada da conversa com o senhor J.M. e I. R., acontecida no dia 16 de outubro de 2017.

lógica de coletividade de uso da terra estruturada na N. Sra. do Livramento, mas, alinhada ao sentido da responsabilidade e o respeito ao espaço assinado para cada família, permitindo o desenvolvimento das capacidades da população para conseguir o acesso aos recursos básicos de forma independente.

De forma contrária, os conflitos pelo espaço suscitados entre os habitantes da N. Sra. do Livramento, enfatiza o direcionamento acelerado do abandono das práticas ancestrais de produção, assim como também a perda dos costumes, da cultura, da solidariedade entre os moradores, necessária para o enfrentamento das dificuldades, todo isso, interferindo na situação de pobreza e insegurança alimentar que apresentam alguns dos grupos familiares estudados.

#### 5.3.4.1.2 O roçado enfraquecido

O solo da Comunidade N. Sra. do Livramento vêm apresentando desgaste na sua composição, trazendo como consequência a diminuição da produtividade da produção vegetal, afetando, sobretudo, o rendimento das roças. Segundo os entrevistados, o problema provém do uso excessivo da terra e a utilização de técnicas de manejo inadequadas por parte dos agricultores familiares. Todo o anterior, podendo ser atraído principalmente pela redução da área total que compreende a comunidade, somado a ausência de estratégias para responder à situação de forma sustentável.

“[...] o que aconteceu com a terra? O que aconteceu foi o seguinte... em área pequena você planta, replanta, planta, replanta, e sem um tratamento adequado?... aí a terra vai ficando fraca [...]” (Comunicação Pessoal, 2017)<sup>31</sup>.

Em consequência, as famílias decidiram diminuir consideravelmente a área plantada de mandioca, ainda quando essa decisão signifique a dependência ao mercado para a aquisição de uns dos principais alimentos da dieta diária, restrição no consumo, e a interfere na quantidade de farinha que algumas famílias costumavam comercializar para a geração de renda mensal.

Segundo Gomes et al. (2017), a problemática apresentada pelas roças da Comunidade N. Sra. do Livramento, também é visível em comunidades quilombolas da Ilha do Cajual (Maranhão), quem devido ao uso prolongado de técnicas de “corte e queima” como forma de preparo da terra, experimentaram alteração nas características físico-químicas do solo, que em

---

<sup>31</sup> Relato surgido durante a entrevista ao Sr. Silveira.

conjunto com o processo de desmatamento ocorrido na área, comprometeram a extensão e a produtividade da terra, afetando diretamente os cultivos e as roças familiares.

Caso contrário ocorre em três comunidades de agricultores familiares no município Jardim, Ceará, os quais aplicam técnicas de manejo do solo, como a pousio, adubação, ou rotação de cultivo, como estratégia eficaz de conservação do solo, outorgando-lhes a capacidade de ter independência econômica e alimentar (ANTUNES; RIBEIRO, 2018).

Partindo da importância das roças (cultivos de mandioca) como elemento histórico, registro vivo de ancestralidade, e seu significativo valor social e econômico, tanto para as comunidades tradicionais como para a cultura alimentar Brasileira, é de grande importância, manter a luta incansável para manutenção destas práticas tradicionais, que além conservar a identidade, oferecem a possibilidade de provimento da segurança alimentar, em meio da crescente crise alimentar que afeta sobretudo as populações mais vulneráveis.

#### 5.3.4.1.3 A prática do junco acabando na Comunidade N. Sra. do Livramento

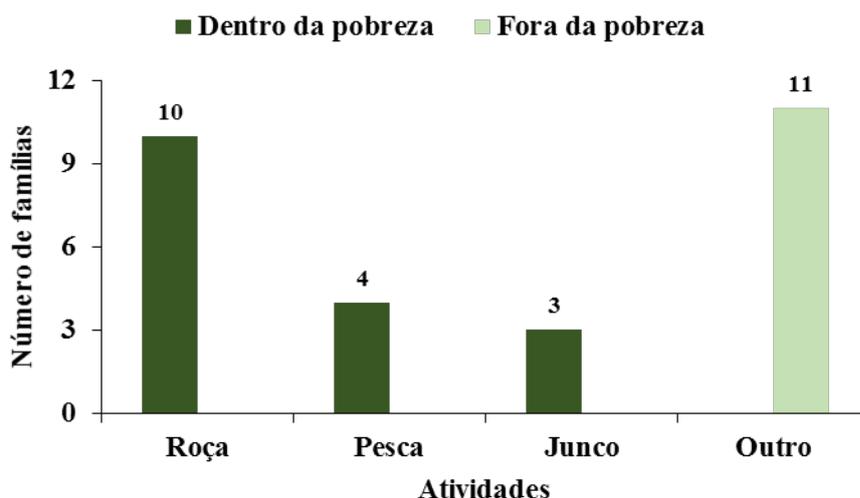
O extrativismo de produtos vegetais ainda que em alguns setores é praticado de forma indiscriminada, em outros, como comunidades tradicionais, através de seus conhecimentos ancestrais sobre a biodiversidade é realizado com o mínimo impacto ao meio ambiente (HORA, 2014). A esta descrição pode ser agregada, a contribuição da atividade na defesa dos territórios, enquanto às ações predatórias e ilegais que se opõem a lógica de vida praticada pelas citadas comunidades.

A prática do junco, é uma atividade de extração vegetal que realiza a comunidade quilombola N. Sra. do Livramento, representando, desde a conformação, uma alternativa econômica que gerava múltiplos benefícios e se harmonizava com a natureza. O manejo da espécie vem sendo realizado há diversas décadas graças ao conhecimento tradicional repassado entre as famílias. Mesmo assim, na atualidade, a atividade enfrenta dificuldades atraídas pelo surgimento de novos tipos de economias, sendo que, após de ter sido a principal atividade comercial dos moradores da comunidade, o fazer, passou a ser praticada por apenas três do total das famílias entrevistadas, e o que tal vez chega a ser mais importante, é o fato das famílias estar inseridas dentro da condição de pobreza, acentuando ainda mais a complexidade da situação tanto econômica como social (Figura 25).

Essa situação, segundo o observado durante o trabalho de campo, além de vir derivada do declínio da atividade, outros fatores como a quantidade dos membros que integram essas

famílias sem desenvolver nenhuma atividade produtiva, com significativo número de pessoas dependentes do encarregado da família, e o desinteresse, faz da situação um problema complexo, requerente de atenção imediata, sobretudo quando Brasil, recentemente encontra-se perto de voltar a integrar o mapa da fome (FAO, 2017).

**Figura 25** - Número de famílias praticantes das principais atividades econômicas realizadas na comunidade N. Sra. do Livramento.



Fonte: Elaborado por Yorgana Yajure Prado (2018).

Esta situação é derivada principalmente da diminuição do mercado dos artesanatos elaborados a partir da espécie. Estes produtos (esteiras, esteirão, roupa, dentre outros) utilizados para o equipamento dos animais utilizados para o trabalho na terra foram substituídos por maquinaria de alta tecnologia, na ideia dos fazendeiros aumentar o rendimento da sua produção. Por outro lado, aponta-se como outra causa dessa problemática, a queima indiscriminada do campo do junco na época do verão amazônico, o qual atrasa o processo de reprodução da espécie e afeta parte da vegetação ribeirinha da comunidade, além de diminuir a quantidade de artesanato elaborado e comercializado, o que significa, a impossibilidade dos extrativistas obter renda na época.

“ [...] antigamente as ganâncias pela comercialização do junco eram por quantidade de artesanato vendido. Antes vendíamos entre 200-250 suadores por semana –isso era realizado por cinco pessoas– e cada suador era vendido por R\$ 2,50 aproximadamente, agora, um suador custa R\$ 3,00, mas, agora a gente vende pouco, vende entre 10-30 artesanatos por mês geralmente, algumas vezes pode acontecer por semana, mas não dá como antes dava [...]” (Comunicação Pessoal, 2017)<sup>32</sup>.

<sup>32</sup> Relato surgido durante a entrevista ao Sr. Ilson.

Uma importante realidade no assunto da perda da prática do junco, é o fato da atividade ser desenvolvida por famílias situadas dentro da condição de pobreza, agregando-lhe complexidade à situação de perda do saber, sendo que, a prática representa a principal fonte de geração de renda para aquisição de alimentos dessas famílias. Toda essa situação, alinha-se com a perda do conhecimento tradicional que se vem registrando a nível mundial, e com ela, as consequências que arremete contra a resiliência das populações, como referido por Ramírez (2007).

#### 5.3.4.1.4 A pesca no Livramento

Da mesma forma que o junco (Figura 26), a pesca era outra das principais fontes de alimento e renda na Comunidade N. Sra. do Livramento, sendo praticado por quatro famílias no presente, também se encontra ameaçada pela prática da pesca predatória e criminosa de pessoas que não fazem parte da comunidade, ainda que

A situação começou a ser percebida a partir do início de 2008, quando notada a diminuição nos estoques de peixes no rio Livramento. Nos relatos dos entrevistados, é comum ouvir sobre a diferença nas quantidades de peixes que conseguiam pescar antigamente e o que alcançam pescar na atualidade.

“[...] o que está acontecendo com a prática da pesca?... bom filha, a comunidade está passando por um problema bem complicado... o rio, ele está reduzindo a quantidade de peixes que traz para a gente, está entendendo? [...]”. (Comunicação Pessoal, 2017)<sup>33</sup>.

“[...] antes dava mais (a venda do peixe), agora com a pesca de mergulho estamos tendo problemas, o peixe está diminuindo, e por enquanto a venda também [...]”. (Comunicação Pessoal, 2017)<sup>34</sup>.

Segundo os moradores da comunidade, as atividades que estão interferindo na diminuição dos recursos pesqueiro são: a pesca com rede fina e de arraste, desenvolvida por alguns dos pescadores da comunidade; a pesca esportiva (de visor ou de mergulho), geralmente realizada por pessoas externas à comunidade; aplicação de venenos (não identificados) no rio; pesca em época do período reprodutivo dos peixes<sup>35</sup>; e o alastramento

---

<sup>33</sup> Informação obtida durante a entrevista realizada ao Sr. Ilson.

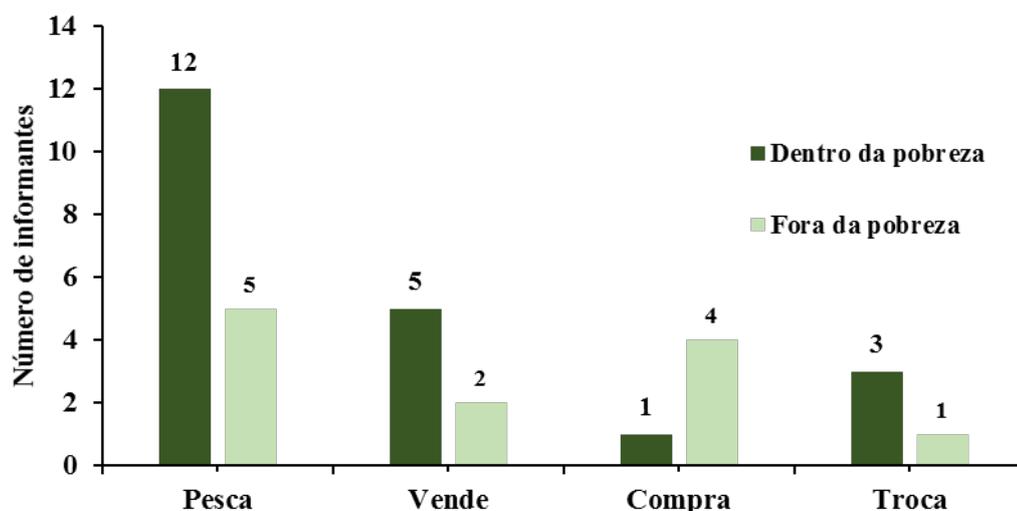
<sup>34</sup> Relato surgido durante a entrevista ao Sr. Silva.

<sup>35</sup> Período do ano onde fica proibida qualquer atividade de pesca profissional, o uso de redes em rios, lagoas, açudes públicos e particulares das espécies de piracema (branquinha, sardinha, curimatã comum, lambari, piau comum, piau verdadeiro e piaba) devido à época da reprodução (BRASIL, 2009).

do fogo até o rio, provocando a fuga dos peixes para outras localidades. Os entrevistados indicaram sua inquietude sob a quantidade de pessoas que estão indo à comunidade para pescar, sem importar quanto a comunidade está sendo afetada pela situação.

Toda essa situação estimulou o número de pessoas da comunidade que agora preferem comprar o peixe, sendo que outras decidiram utilizar estratégias diferentes para consumir o alimento, entre as comentadas, a troca e a doação foram as mais nomeadas (Figura 26).

**Figura 26** - Formas de aquisição de peixes na Comunidade N. Sra. do Livramento.



Fonte: Elaborado por Yorgana Yajure Prado (2018).

Além do mais, o gráfico reflete as pessoas dentro da condição de pobreza serem as mesmas que majoritariamente pescam, comercializam e trocam peixes, sendo que as famílias localizadas fora da situação de vulnerabilidade econômica adquirem o alimento através da compra, bem seja no mercado local ou diretamente ao pescador na comunidade.

Sendo a pesca artesanal um importante elemento para a qualidade de vida e subsistência das famílias que a praticam, faz-se necessário, dessa forma, a gestão da prática, onde sejam incluídos todos aqueles setores envolvidos, especialmente os pescadores artesanais que dependem em grande porcentagem da atividade para se alimentar e cobrir outras das necessidades básicas das suas famílias, em conjunto a ações que direcionem tanto a conservação do meio ambiente como do ser humano (FAO, 2016; KALIKOSKI et al., 2006).

#### 5.3.4.2 Plano demográfico

A estatística relacionada com a faixa etária mostrou um dado que pode ser considerado como um fator relevante tanto para a permanência da segurança alimentar como para a solidez e a perduração no tempo da população de N. Sra. do Livramento como comunidade quilombola. Esse dado corresponde ao fato da comunidade estar assentada principalmente por pessoas jovens e adultas (82,1%).

A condição se apresenta como uma oportunidade para o enfrentamento das dificuldades com veemência se partimos da possibilidade dos jovens terem maior pujança para lutar pelos direitos e empoderamento do coletivo, necessários para sua existência. O fato demográfico da comunidade pode ser considerado como uma situação esporádica, já que um dos principais problemas sociais que estes grupos enfrentam é a saída dos jovens para as cidades na procura de oportunidades (ACEVEDO-MARIN, 2018). Sobre essa situação, Paula (2003) observou um acentuado processo de migração entre os jovens e adultos do grupo quilombola Kalunga, localizado no estado de Goiás, os quais buscavam fazer frente às condições precárias que lhes envolviam na localidade.

Ainda que na Comunidade N. Sra. do Livramento exista essa condição favorável, encontram-se duas situações contraditórias: a primeira, o fato da comunidade não perceber a condição como uma vantagem, e a segunda, ligada ao não repasse dos saberes quilombolas para as gerações mais novas, o qual coloca em risco o futuro da comunidade, sendo que essa situação, faz necessário incentivar o interesse dos jovens para em conjunto com as orientações dos mais velhos, encaminhar a luta pela permanência como comunidade quilombola, em condições socioeconômicas e alimentares dignas e seguras.

#### 5.3.4.3 A alimentação e a cultura

A cultura também está ligada à alimentação (LIMA et al., 2015). No presente, a alimentação vem experimentando uma configuração ligada à lógica de produção global, contrapondo aos hábitos e costumes próprios das populações. Avanços tecnológicos originaram uma relação utilitarista entre o homem e a natureza, comprometendo a cultura e a segurança alimentar dos povos (FARIA, 2017).

O debate sobre a cultura alimentar vem precedido da mesma forma como o significado da alimentação vem definido por aquilo que atribui sentido à escolha e os hábitos alimentares, podendo representar a identidade dos grupos sociais (CAMPOS et al., 2012).

A Comunidade N. Sra. do Livramento não se afasta dessa transformação cultural e alimentar surgida dos avanços tecnológicos, econômicos, políticos e sociais. Para este grupo de quilombolas, as mudanças começaram a surgir desde a chegada dos fazendeiros que adquiriram terras que compreendiam a superfície inicial do local (desconhecida pelos entrevistados). Posteriormente, através dos programas de distribuição de alimentos e a instalação do comércio local, alimentos industrializados foram introduzidos na comunidade. O desmatamento também formou parte importante das variações ocorridas no padrão alimentar de N. Sra. do Livramento, assim como também, o observado desinteresse das famílias por repassar e as novas gerações conservar o saber quilombola.

Através das entrevistas, foi possível conhecer que a escolha das comidas consumidas pelas famílias da N. Sra. do Livramento estava intimamente ligada ao que era produzido, caçado e criado (Figura 27).

**Figura 27** - Principais alimentos consumidos pelos moradores na época dos seus bisavôs

<b>PESCA</b>	<b>FORMA DE CONSUMIR</b>
<u>Aracu</u> ( <i>Leporinus freiderici</i> )	Guisado (Arroz, feijão plantado) Assado (Farinha)
<u>Cará</u> ( <i>Geophagus brasiliensis</i> )	
<u>Jejú</u> ( <i>Hoplias malabaricus</i> )	
<u>Traira</u> ( <i>Hoplias malabaricus</i> )	
<b>CAÇA</b>	<b>FORMA DE CONSUMIR</b>
Cutia ( <i>Dasyprocta</i> sp.)	Assado, frito e mucúaba <sup>36</sup> (Chicória, alfavaca, urucum, pimentinha)
Capivara ( <i>Hydrochoerus hydrochaeris</i> )	
Tatu ( <i>Dasypus novemcinctus</i> )	

Fonte: Elaborado por Yorgana Yajure Prado (2018).

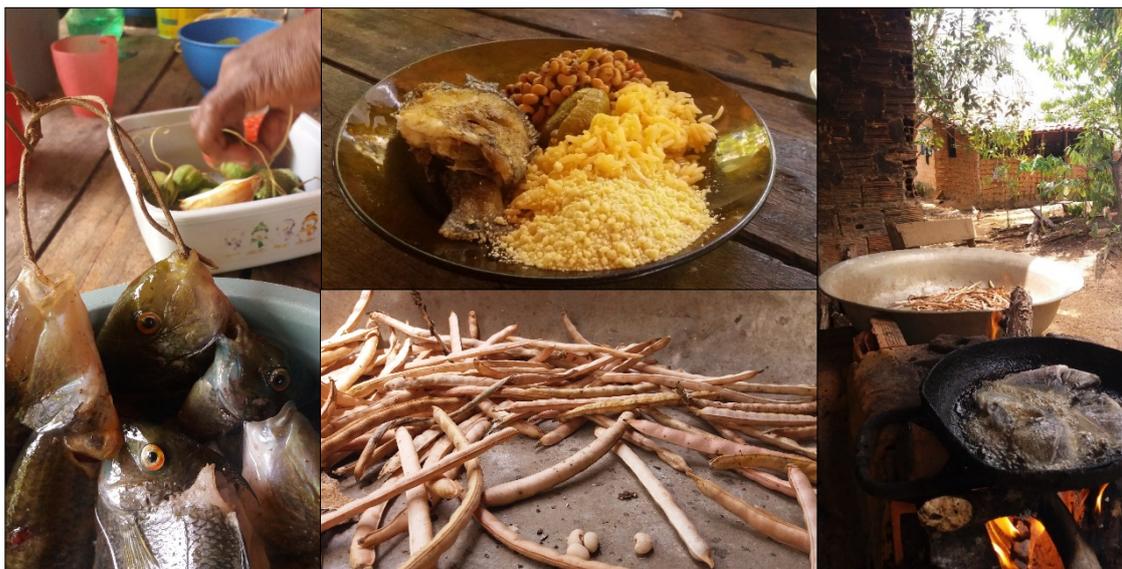
Antigamente, no “tempo dos avôs”, até mesmo no “tempo dos pais”, a carne de caça era um componente principal na alimentação das famílias locais, devido à facilidade de

<sup>36</sup> Assado em uma lata.

obtenção na mata. Nas conversas com as famílias da comunidade também surgiram outros alimentos consumidos pelos antepassados, como o tucumã, cará do mato, bacuri, dentre outros.

Historicamente as mulheres têm sido encarregadas da manutenção e adaptações às mudanças surgidas entre os hábitos alimentares na comunidade, sobretudo, no presente com as constantes pressões externas. Durante o desenvolvimento da pesquisa, o cardápio familiar observado foi: a) Café da manhã: pão, café, manteiga, bolachas, sendo que em algumas famílias foi visível o consumo de jaca com farinha e café; b) Almoço: arroz, macarrão, feijão, farinha, frango, carne e peixe (Figura 28); c) Jantar: a mesma composição do almoço. É importante mencionar que não todas as famílias têm a possibilidade de consumir todos os alimentos supracitados.

**Figura 28** - Alimentos consumidos nos almoços de algumas famílias de N. Sra. do Livramento.



Fonte: elaborado por Yorgana Yajure Prado (2018).

Os alimentos consumidos durante as confraternizações foram: mingaus, tacaca, vatapá, maniçoba, dentre outros. Além desses pratos, durante a festividade do aniversário da comunidade e a celebração da fé pela virgem Nossa Senhora do Livramento, as mulheres prepararam lasanha, arroz com galinha, frango asado, bolo de macaxeira e torta salgada (para a venda). Sobre estes últimos alimentos, uma das mulheres encarregadas da festividade indicou que antigamente era feito apenas pratos típicos, sem refrigerantes, sendo difícil atualmente.

Faz-se oportuno mencionar sobre a existência de duas lanchonetes na Comunidade N. Sra. do Livramento que oferecem para venda coxinhas, bolos de chocolates, refrigerantes, chop de frutas, tapioca, pão com manteiga, ovo, queijo, presunto, café, sucos, dentre outros produtos.

Campos et al. (2012) mencionam que o espaço social articula as dimensões sociais, psicológicas e também as fisiológicas. Partindo dessa noção, tem sentido a problemática alimentar e socioeconômica pela qual a Comunidade N. Sra. do Livramento atravessa, sendo que como comunidade vem enfrentando uma série de mudanças que afetaram diretamente sua estrutura coletiva e seu espaço, limitando-os a uma vida cheia de precariedade e perda da identidade e cultura de autoconsumo, concordando com os resultados obtidos por (CARMO et al., 2016).

#### 5.3.4.4 Relações

##### 5.3.4.4.1 As relações com instituições-chaves (Diagrama de Venn)

De acordo com Faria e Ferreira-Neto (2006), o Diagrama de Venn é uma ferramenta participativa que possibilita a identificação de grupos e suas inter-relações, auxilia na obtenção de informações exploratórias e permite obter uma visão geral das relações entre organizações e grupos sociais. No presente estudo, foi utilizado com objetivo de compreender quais instituições (públicas e privadas) e organizações contribuíram para a constituição da comunidade, assim como, visualizar o atual grau de intervenção e participação destas e identificar as necessidades futuras para estratégias de segurança alimentar (Figura 29).

**Figura 29** - Diagrama de Venn.



Fonte: Elaborada por Yorgana Yajure Prado (2017).

Nota: ARQUINSEL – Associação Remanescente de Quilombos N. Sra. do Livramento; EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará; INCRA – Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária; ITERPA – Instituto de Terras do Pará; SEAD – Secretaria de Estado de Administração; SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; UEPA – Universidade Estadual do Pará; UFPA – Universidade Federal do Pará; UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia.

A primeira instituição a ser citada na dinâmica foi o ITERPA pelo reconhecimento da terra de domínio coletivo como comunidade de remanescentes quilombolas. O processo iniciou quando uma funcionária que realizava um estudo na região chegou até a comunidade para conhecer a origem de seus moradores e, ao perceber a descendência quilombola, os conscientizaram sobre a importância histórica e direitos que poderiam ser adquiridos com o processo de regularização da terra.

Como este processo não é realizado de forma isolada, outras instituições que acompanharam e contribuíram neste reconhecimento também foram citadas, entre estas, Pará Rural, INCRA, UFRA (Campus Igarapé-Açu) e Prefeitura de Igarapé-Açu. Em relação à Prefeitura de Igarapé-Açu, houve mudanças na interação com a comunidade após as últimas eleições. A prefeita anterior era bem atuante e sensível à causa quilombola, contribuindo com

o processo de reconhecimento e acesso às políticas públicas. Porém, esta situação não teve continuidade com o atual prefeito eleito.

Após a obtenção deste título surgiu uma organização de moradores chamada ARQUINSEL, constituída por uma presidente, uma secretária, um tesoureiro e membros, que desempenha um papel muito importante desde sua fundação na dinâmica da comunidade, como para a regularização e uso da terra, comprovação de descendência, solicitação de apoio e intermediação às instituições externas, organização de manifestações e atividades culturais e religiosas.

Outro órgão que estabelece uma relação muito próxima com os moradores com assistência técnica e extensão rural, orientando-os em sistemas de produção e possibilitando o acesso à algumas políticas públicas, é a Emater-Pará. O início deste vínculo foi relatado a partir dos anos 2000, sendo atualmente a instituição mais atuante na comunidade e auxiliadora no desenvolvimento do presente estudo, pois assumiu o papel de articulador do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (MDSA/SEAD) para atuar com os quilombolas que se encontram abaixo da linha da pobreza.

Neste mesmo aspecto, o SENAR e o SENAC contribuíram na formação dos quilombolas com cursos sobre horta, produção de mudas, culinária, produção de licores, biojóias, pintura em tecidos, artesanato em garrafa pet, assim como a Secretaria de Turismo no estudo sobre rotas turísticas do Pará, identificando as ruínas da estrada de ferro Belém-Bragança como um local potencial para ser incluído nesta rota e realizou um curso de culinária típica como forma de incentivar a população local ao comércio de produtos da região.

A escola presente na comunidade estabelece grande vínculo com os moradores da localidade, contribuindo para a formação de crianças e jovens na aprendizagem formal, reduzindo o custo de deslocamento e evasão de alunos do ensino fundamental. As instituições de ensino superior também têm estabelecido interação com a comunidade, especialmente em relação à pesquisa em ciências sociais e pedagógicas (UEPA Campus Igarapé-Açu), projetos de pesquisa e extensão (UFRA Campus Capanema) e ações sociais como consultas médicas e orientações gerais sobre saúde (UFPA).

Os programas de assistência e ações do Governo Federal foram bastante discutidos no encontro, pois diante das dificuldades que a comunidade enfrenta para a obtenção de alimentos e renda, programas de assistência social às pessoas inválidas, aposentadoria e bolsa família, na maioria dos casos são as principais fontes de sustento de alguns núcleos familiares.

A promulgação do artigo 68 da Constituição brasileira fez iniciar o surgimento de movimentos e organizações coletivas em torno da luta pelo reconhecimento das comunidades tradicionais (BORBA, 2016; BRASIL, 1988). Entre os eventos derivados da promulgação constitucional ressalta-se a concessão de certidões de reconhecimento, os quais fazem parte da abertura do processo de regularização fundiária como quilombolas. Borba (2016) menciona que o reconhecimento reivindica os direitos das comunidades afrodescendentes e outorga o acesso às políticas públicas e aos programas sociais do Governo Federal, servindo como referência na promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras.

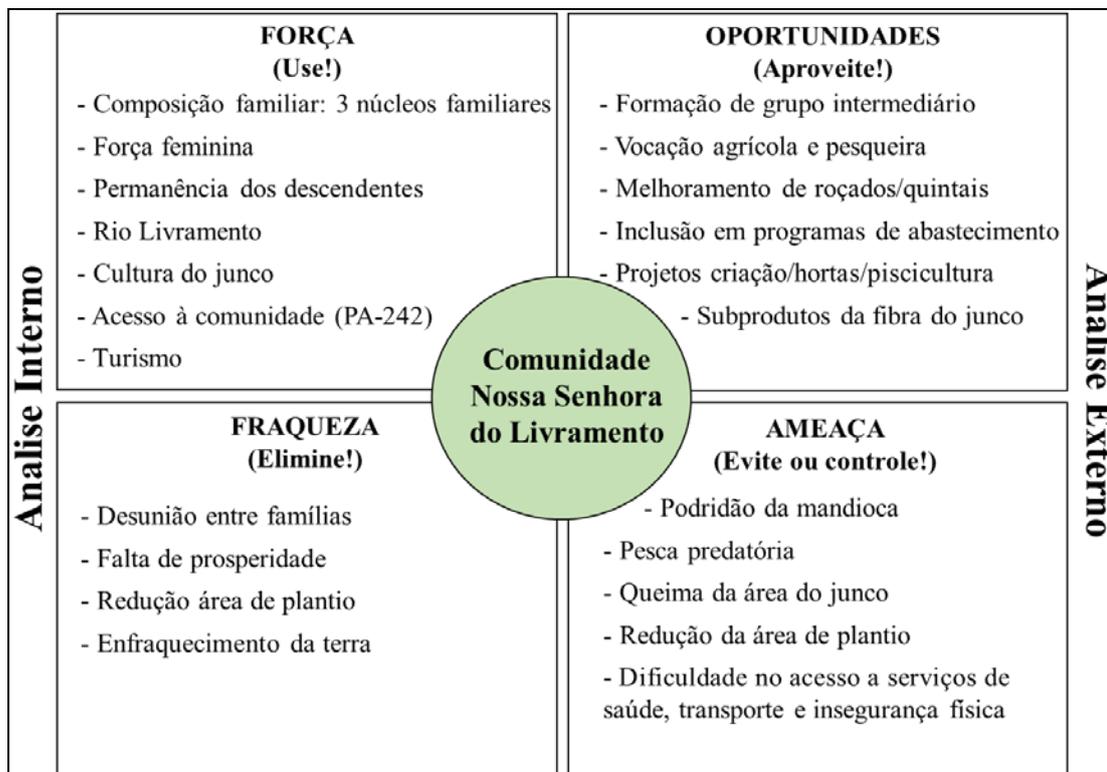
Cabe ressaltar que N. Sra. do Livramento é uma comunidade que carece de muita informação sobre a importância das suas raízes ancestrais. A maior parte dos moradores desconhece das instituições e dos benefícios aos quais podem ter acesso como parte de uma comunidade de quilombola, além dos programas de transferência de renda. Um dos casos notórios entre a população jovem é o desconhecimento da possibilidade de continuar seus estudos de ensino superior através dos programas de inclusão social das universidades federais, esse desconhecimento, faz que a maior parte da população jovem abandone os estudos nesta etapa.

Finalmente, observou-se a necessidade de melhorar o acesso às políticas públicas, sobretudo aquelas que visam garantir o direito humano à alimentação adequada, principalmente voltada para a reativação da agricultura familiar, já que em muitos casos a prática perdeu relevância nas famílias da comunidade.

#### 5.3.4.4.2 Estado das relações sociais: análise dos fatores internos e externos da Comunidade N. Sra. do Livramento como perspectivas futuras de bem-estar

A partir da avaliação dos fatores internos ou controláveis foi possível conhecer as **Forças** dos grupos envolvidos, as quais são compreendidas pelos recursos e habilidades presentes entre estes. Por outro lado, as **Fraquezas**, sendo parte dessa condição interna, são condições que inibem a capacidade de desempenho do grupo comunitário. Da mesma forma, a identificação dos fatores externos, apesar de não controláveis, permitem atuar pró-ativamente para aproveitar as **Oportunidades** e combater ou minimizar os riscos das **Ameaças**. Assim, a matriz F.O.F.A (Chiavenato e Sapiro, 2003), demonstrou os fatores que interferem na dinâmica da comunidade (Figura 30).

**Figura 30** - Análise F.O.F.A. da Comunidade N. Sra. do Livramento, município de Igarapé-Açu, Pará.



Fonte: Adaptado de Chiavenato e Sapiro (2003)

Em relação ao ambiente interno da Comunidade N. Sra. do Livramento, as principais características identificadas como **Forças** estão relacionadas a composição da própria comunidade. Devido à origem quilombola, os membros da localidade identificam a existência de três núcleos familiares numerosos e dominantes no local, sendo formadores de opinião, representação da origem étnica e, segundo eles, capazes de influenciar e mobilizar outras famílias para o desenvolvimento de atividades coletivas. Os entrevistados concebem a possibilidade de encontrar através destas, mecanismos de incentivo quanto a conservação dos saberes e fazeres próprios dos quilombolas.

“ [...] aqui no Livramento temos uma força muito grande e que poderia ser melhor utilizada... essa força é o laço familiar das três últimas famílias descendentes de quilombolas que ficam na nossa comunidade, mas ninguém está tomando consciência disso” (Comunicação pessoal, 2017)<sup>37</sup>.

Como parte dessa composição, os participantes da dinâmica também destacaram a força feminina presente em N. Sra. do Livramento, que historicamente é registrada através das lutas

<sup>37</sup> Informação obtida durante a atividade do Diagnóstico Rápido Participativo, realizado na sede do ARQUINSEL no dia 14 de outubro de 2017.

pela permanência no então território. Ressalta-se que no presente as mulheres seguem assumindo posições importantes na liderança local. Sob essa força feminina, Gusmão (1994, p.83) descreve a mulher como “um elemento básico da resistência frente a desequilíbrios produzidos pela expansão da sociedade mercantil que ameaça camponeses, pobres e negros”. O mesmo autor agrega que o gênero feminino é a base que permite e induz a coletividade para participar dos grupos e dos lugares onde ela pertence.

Um fator importante sobre o plano demográfico da comunidade, diferente do êxodo que comumente se observa, segundo Camarano e Abramovay (1999) no meio rural, os descendentes de quilombolas permanecem em N. Sra. do Livramento, aumentando a densidade populacional no local e contribuindo para a sua continuidade. Este fator é um elemento potencial para restabelecer o vínculo com a terra e o empreendimento de novas atividades relacionadas ao desenvolvimento da agricultura, pesca, criação de animais e atividades culturais. Situações contrárias acontecem em comunidades quilombolas do estado de Mato Grosso, onde os moradores da comunidade estudada por Monte Alto (2012) manifestam sua inquietude quanto à migração de seus netos para a cidade, atraídos pela procura de “melhorias” na qualidade de vida, principalmente quando o campo deixa de oferecer alternativas interessantes para eles.

Outros aspectos citados estão relacionados à disponibilidade de recursos naturais e a localização. O rio Livramento, principal fonte de proteína animal e de renda, percorre uma parte importante do território da comunidade, o qual apresenta potencial para o manejo da pesca, assim como da vegetação com a presença de mata ciliar e da cultura do junco nativo, que já foi a principal atividade econômica local e ainda permite a produção de artesanatos e desenvolvimento de subprodutos.

Outro ponto de destaque é a localização da comunidade: as margens da rodovia estadual PA-242, região estratégica no nordeste paraense, com grande facilidade de acesso e escoamento da produção. Além disso, devido à presença de ruínas da antiga estrada de ferro de Belém, a comunidade faz parte do eixo de desenvolvimento denominado “Rota Turística Belém-Bragança”, que abrange 13 municípios que fazem parte dos Polos Belém e Amazônia Atlântica (SETUR, 2015). No entanto, o potencial turístico na/no entorno da comunidade é subexplorado, deixando de ser uma atividade econômica que pode contribuir efetivamente para o desenvolvimento local.

As **Fraquezas** relatadas pelos moradores estão relacionadas a desunião coletiva e uma falta de vontade e insatisfação entre os membros de N. Sra. do Livramento. A situação os

direcionam até uma resistência no enfrentamento das dificuldades coletivas, repercutindo, principalmente, na qualidade da alimentação.

Esse mesmo desestímulo é encontrado entre os moradores da comunidade quilombola de Tijuacu (Bahia), atraído pelas consequências das determinações impostas pelo capital no campo, afetando gravemente a produção familiar (Carvalho e Silva, 2014), refletindo nas grandes vicissitudes que ainda desafiam às comunidades quilombolas.

Jiménez-Benítez et al. (2010) realizaram uma abordagem sobre os determinantes socioculturais que interferem na alimentação das populações tradicionais. Os autores comentam que, além de outros fatores, a diferença étnica, o empoderamento, a participação cidadã, a coesão social, a conservação da cultura, e outros, são fatores que delineiam o comportamento alimentar e marcam as decisões sobre as lógicas aplicadas pelas famílias para obtenção dos meios de subsistência.

Partindo do anterior, se faz necessário que as políticas públicas, além de oferecerem para as populações o meio monetário para a superação das limitações econômicas, sejam capazes de fomentar o empoderamento das comunidades para o enfrentamento das dificuldades, além de requererem processos sociopolíticos que garantam a justiça social e os direitos humanos.

Ao cenário da Comunidade N. Sra. do Livramento soma-se as consequências pela chegada de núcleos familiares provenientes de outras regiões do estado do Pará. Segundo relatos de alguns moradores, a entrada dos novos habitantes registra-se em três momentos: o primeiro posterior a venda de terras por parte dos mais antigos; o segundo decorrente dos benefícios obtidos a partir do reconhecimento da terra de domínio coletivo como comunidade de remanescentes de quilombolas pelo ITERPA; e o terceiro à conformação de novos grupos familiares, onde na maioria dos casos os conjugues não pertenciam ao Livramento.

Todo esse processo gerou uma mistura sociocultural na população, a qual, em conjunto com outros fatores, interferem na situação socioeconômica, cultural e alimentar da comunidade, a pesar de que para Acevedo-Marin (2018) o fato de ser quilombola não era uma questão biológica nem genética, pelo contrário, ser quilombola corresponde a uma questão social muito complexa de entender. Agregou, ser muito comum a chegada de novas famílias entre estes grupos, assim como também, a volta de outras à comunidade, derivado do reconhecimento e titulação das terras. Mesmo assim, explicou que dentro desses casos existem códigos estabelecidos entre eles, utilizados como estratégias para manterem-se no tempo como comunidade quilombola.

A baixa cooperação coletiva promove a falta de prosperidade para as famílias quilombolas. Por exemplo, no início da conformação comunitária, eles desenvolviam trabalhos coletivos ou “troca” de trabalho para a construção de casas de barro, plantios e colheitas e, atualmente, esta iniciativa é praticamente inexistente, especialmente entre os homens.

Outro fator negativo exposto foi a redução das áreas para plantio, devido principalmente pela redução das áreas cultiváveis, ao aumento da densidade populacional, provocando desgaste excessivo das terras produtivas, com baixa capacidade de produção atualmente.

Em relação ao ambiente externo, os quilombolas enxergam as **Oportunidades** na possibilidade da criação de um grupo que faça a intermediação entre a comunidade e o poder público em diferentes esferas, no intuito de solicitar apoio as problemáticas, como as relacionadas ao meio ambiente e a saúde coletiva.

Apesar da situação das terras cultiváveis ter sido relatado como um ponto negativo, a vocação agrícola e pesqueira ainda é visualizada como uma grande oportunidade de progresso econômico e social para a Comunidade N. Sra. do Livramento. A implantação de espécies leguminosas ou frutíferas que se adaptem e contribuam para a recuperação das áreas foram uma das ideias mencionadas para proporcionar um aumento na produtividade de roçados e quintais, contribuindo para inclusão em programas de abastecimento como a merenda escolar. Outra saída seria a implantação de projetos de horta e criação de pequenos animais para alguns membros que demonstrassem interesse.

A oportunidade de implantar projetos de piscicultura também foi citada como uma forma de revitalização do rio Livramento, aumentando a disponibilidade de alimentos e a fonte de renda. Da mesma forma, a necessidade de desenvolver a atividade produtiva da fibra do junco e outros subprodutos desta cultura em diferentes segmentos da indústria e comércio é identificada como uma alternativa econômica de mercado viável e necessária.

As **Ameaças** que devem ser evitadas ou controladas estão relacionadas diretamente à segurança alimentar dos quilombolas, devido à problemática da podridão da mandioca, da pesca predatória no rio Livramento e das queimadas sem controle nas áreas do junco nativo, cenário cada vez mais agravado com a ausência de fiscalização e controle ambiental dos órgãos públicos.

Questões não relacionadas à segurança alimentar, mas que igualmente comprometem a integridade e bem-estar dos quilombolas foram retratadas no momento da aplicação da

ferramenta como a dificuldade de acesso à serviços de saúde e transporte e condições da habitação.

Finalmente, diversos fatores podem estar incidindo na problemática da Comunidade N. Sra. do Livramento, acentuando a perda de saberes e tradições quilombolas, influenciando na mistura étnica, na perda, no desgaste e nos conflitos internos pelo uso da terra, na diminuição do comércio de junco e da pesca, que em conjunto com o esquecimento por parte das instituições e/ou pesquisadores encarregados de darem assistência às comunidades tradicionais, acelerando e aumentando a problemática social e alimentar dos grupos familiares estudados.

Situações similares acontecem em diversas comunidades e povos tradicionais, onde as constantes pressões e ameaças trazem como consequência a perda do controle do território por parte de seus habitantes, direcionando-os ao fim do uso coletivo da terra, coincidindo com parte da problemática que hoje afeta as famílias do Livramento. Aspectos que, segundo Cavnac (2006), com o tempo provocam a perda do contato das populações tradicionais com a natureza, que por sua vez direciona-os a “perda do contato com o sagrado, com a espiritualidade e com tudo o que mantém os grupos unidos como entidade cultural” (BRITO, 2018, p.84).

#### 5.3.4.4.3 Relação Homem-Natureza

Durante as atividades do DRP, notou-se o grau de desligamento que os moradores guardam com o meio natural circundante. Curioso, até mesmo alarmante, o fato dos participantes não identificarem dentro do mapa social participativo a área de várzea e a floresta do local (Figura 31). A análise do acontecido levou a pensar sobre a importância da relação homem-natureza e a necessidade de assegurar o equilíbrio enquanto à sobrevivência no meio rural.

**Figura 31** - Mapa social participativo da Comunidade N. Sra. do Livramento.



Fonte: Mapa: moradores de N. Sra; do Livramento (2017). Fotografia: Anebert Ribera (2018).

Esse fato, pode denotar claramente um dos fatores que incidem no desequilíbrio social, econômico e alimentar das famílias estudadas, através do diálogo estabelecido durante o desenvolvimento das entrevistas e das diversas técnicas de pesquisa aplicadas. Isto contraria o discutido por Brito (2018), quando assevera a ideia da relação homem-natureza, a partir da “forte vinculação de povos e comunidades tradicionais com seus territórios”. No Livramento, todavia, o homem vem distanciando-se da terra, contribuindo para a perda da soberania alimentar dos moradores.

Essa relação é a abertura para o homem fazer de seu espaço aquele território que lhe fornece o local de reprodução econômica, as relações sociais, simbolizando o “locus” das representações e do imaginário mitológico dos grupos tradicionais (BRITO, 2018, p.64). Nesse sentido, Diegues et al., (2000) confirmam a complexidade que liga os meios rurais à relação do homem com seu meio, sendo sua única dependência o meio natural. Os autores apontam que “as representações que esses grupos fazem dos diversos habitats em que vivem, também se constroem segundo maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio físico”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar a questão alimentar em uma comunidade quilombola, representou, antes de tudo, encarar a importância e a complexidade que abrange o significado das populações tradicionais, bem como a possibilidade de olhar através do processo de configuração sociocultural de um povo, de uma história carregada dos traços de luta, identidade e resistência. Além disso, permitiu compreender aqueles cenários que continuam sendo abordados pela pobreza e pela ausência de um significativo número de instituições configuradas para apoio aos povos tradicionais e que a cada dia se distanciam mais.

A abolição da escravidão, o reconhecimento jurídico e os notáveis esforços dos grupos em prol dos direitos da população quilombola trouxeram importantes avanços para estes grupos. Mesmo assim, algumas realidades demonstram que nem todos conseguiram melhorias nas suas condições de vida, como no caso da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, no município de Igarapé-Açu, Pará, que apesar de se desenvolver dentro de uma localidade de grandes riquezas naturais, retrata, dentre outras situações, incerteza alimentar entre seus habitantes.

Portanto, por meio de técnicas e ferramentas de trabalho utilizadas, verificou-se como as famílias estudadas estavam conseguindo enfrentar as limitações manifestadas. A princípio, foram identificadas as mudanças nos hábitos alimentares e culturais que afetam a população. Na sequência, traçou-se a cronologia dos acontecimentos históricos realizada para este trabalho, onde identificou-se que as mudanças que estão acontecendo são decorrentes de intervenções antrópicas e também dos processos intrínsecos da “globalização”, influenciando diferentes âmbitos e diferentes meios de subsistência dos povos. Como exemplo, pode-se citar a desconstrução e a desestabilização da identidade quilombola da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, colocando em xeque o empoderamento cultural, social e econômico das famílias e atingindo, entre outros aspectos, diretamente a segurança e a soberania alimentar daquela comunidade.

A dieta diária das famílias se fundamenta em alimentos produzidos e comprados. Ambas categorias de aquisição de alimentos, estatisticamente, refletiram ter relação com a situação econômica que apresentaram os entrevistados, sendo que, os grupos com menor ingresso mensal são, contraditoriamente, aqueles que produzem e compram maior quantidade de alimentos na comunidade segundo os dados obtidos por meio das estatísticas. Este resultado, ainda que inesperado, guarda relação com a incerteza alimentar que experimentam

grupos economicamente vulneráveis, como mencionado e discutido nos resultados desta pesquisa.

Por outra parte, sendo Nossa Senhora do Livramento uma comunidade rural tradicional que por muito tempo manteve a cultura de se alimentar da sua própria produção familiar, resultou curioso, o fato de observar a dependência alimentar que hoje os grupos familiares apresentam pela diminuição da produção de hortaliças (16%) e de lavoura branca (11%), assim como o incremento na compra e consumo de produtos alimentícios industrializados, geralmente carboidratos (58%) e, proteínas (35%).

A problemática da Comunidade Nossa Senhora do Livramento parte de um conflito econômico (refletido em pobreza) e de acesso à terra (que afeta a capacidade de produção para o autoconsumo), resultando em um conflito sociocultural e socioafetivo, que consegue desfragmentar a identidade, a estabilidade e a coesão social na comunidade, além de afetar, diretamente, a estrutura alimentar dos grupos familiares estudados, observando-se ainda a perda de interesse por enfrentar a situação de forma coletiva.

Os resultados apresentados na presente pesquisa podem da mesma forma ser também a resposta para uma série de fatores de ordem ambiental, relacionados ao desgaste do solo, desmatamento, diminuição da pesca e acesso à terra. O acesso aos recursos naturais pode ser incluído dentro da problemática, só que, para este caso, o fator guarda relação direta à perda da relação e identidade do homem com a natureza, e não à impossibilidade de ter contato com os recursos naturais pela inexistência destes. Estes fatores contribuem de forma importante na mudança do padrão alimentar da comunidade, direcionando-a à dependência do mercado alimentar.

A análise do estado da segurança alimentar permitiu entender que o termo é um fenômeno que abrange âmbitos multidimensionais e interdisciplinares, necessários para conseguir lidar com seu amplo alcance. O conceito deste termo nos obriga a assimilar a segurança alimentar além da quantidade, qualidade e disposição de alimentos como direito universal, mas também como produto da somatória de uma série de fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e até antropológicos, que deveriam permitir igualmente o direito a desenvolver as capacidades dos seres humanos para manter-se a si mesmos e a suas populações.

A condição de segurança alimentar das famílias estudadas depende diretamente das políticas sociais do Governo Federal como Bolsa Família e aposentadorias, e da diversificação das estratégias utilizadas para aquisição de renda familiar mensal (lógicas familiares), que

geralmente obedecem a trabalhos do tipo “bico” ou àqueles denominados de “trabalhos fora da propriedade”. A produção suficiente para o autoconsumo perdeu forças entre os grupos familiares da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, levando-os a incrementar o consumo de alimentos diferentes aos acostumados antigamente. Estes fatos denotam claramente o deslocamento das atividades próprias da cultura quilombola na comunidade, interferindo nas atividades produtivas e na fragmentação das relações internas e externas, que leva, indiscutivelmente, os grupos familiares a encontrarem-se dentro de uma situação desfavorável de segurança alimentar.

Este trabalho permitiu observar uma série de acontecimentos que direcionam a Comunidade Nossa Senhora do Livramento a uma incerteza alimentar, social e cultural. Mesmo assim, há impressão que esta situação pode ser transitória, já que foram observadas de forma paralela, e em menor frequência, realidades familiares que clamam pela atenção e interferência de políticas públicas, além das transferências de renda que o Governo Federal proporciona para as famílias e as políticas direcionadas ao desenvolvimento de projetos de agricultura sustentável como o estabelecimento de Sistemas Agroflorestais diversificados com espécies que se adaptem e contribuam na recuperação do solo das propriedades e dos espaços de uso comuns na comunidade.

Existe a necessidade da presença de órgãos governamentais que estimulem a reconstituição da identidade e a essência quilombola como eixo fundamental, baseados tanto nos laços de solidariedade, como no restabelecimento da unidade de produção familiar como uma via para resgatar o sentido do bem viver na comunidade e, sobretudo, na garantia dos direitos humanos, da sua independência social e alimentar.

Pesquisas deste tipo continuam sendo necessárias para cobrir os tópicos que nesta oportunidade foram impossíveis de atender ou aprofundar, como no caso da educação como elemento fundamental para a segurança alimentar e, da mesma forma, o desenvolvimento de trabalhos no período chuvoso para observar como é o comportamento alimentar das famílias e as estratégias que utilizam nessa temporada, sendo que, em teoria, é um período de maior dificuldade para obtenção de alimentos e de diminuição de trabalhos realizados fora da propriedade.

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, R.; CASTRO, E. No caminho de pedra de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará. NAEA/UFPA, 2ª. Ed. 2004. 273 p.
- ALBUQUERQUE, U.; LUCENA, R.; CUNHA, L. (Org.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. 2. ed. Revisada, atualizada e ampliada. Recife. COMUNIGRAF, 2008. 323 p.
- ALEM, D.; OLIVEIRA, G.; OLIVEIRA, J.; IMBIRUSSÚ, É. **Segurança alimentar e soberania alimentar: construção e desenvolvimento de atributos**. In: Encontro Nacional de Economia Política, Foz do Iguaçu, 10. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2MTEhao>. Acesso em: 02 ago. 2017.
- ALMEIDA, A. Apresentação da Coleção Documentos de Bolso. In: SHIRAIISHI NETO, Joaquim (Org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007, p. 7-8.
- ALMEIDA, A.; MARIN, R. **Quilombolas de São Tomé de Tauçú, Rio Acutipereira, Portel Pará, 12**. Projeto Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. Manaus: UEA Edições, 2014. 12 p.
- ALVES, N.; SILVA, D.; CARVALHO, I.; SANTANA, B.; ANDRADE, R. Mudanças no cotidiano das comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande – Sergipe, Brasil. São Cristóvão. **GeoNordeste**, ano XXVIII, n. 1, p. 187-202, 2017.
- ANDRADE, T. (Org.). **Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/1Hco459>. Acesso em: 02 ago. 2017.
- ARAÚJO, A. Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade: um diálogo entre Carlos Walter Porto-Gonçalves e Enrique Leff. Gramado. **CAMPO-TERRITÓRIO: Geografia Agrária**, v. 8, n. 15, p. 1-6. 2013.
- AYRES, M., AYRES Jr, M., AYRES, D. L., SANTOS, A. A. S. **Bioestat 5.3 aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas**. Belém: IDSM, 2007.364p.
- BARBOSA, B. Tráfico de escravos africanos para a Amazônia colonial (1707-1750). In: 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. **Anais...** Porto Alegre (UFRGS), 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2TOGJq5>. Acesso em: 07 jan. 2017.
- BARBOSA, M.; ACEVEDO, R. Manejo e uso comum dos recursos naturais em populações quilombolas no Vale do Rio Capim. Belém. **Novos Cadernos NAEA**. v. 13, n. 1, p. 27-45. 2010.
- BASTOS, D.; ROGERO, M.; ARÊAS, J. Mecanismos de ação de compostos bioativos dos alimentos no contexto de processos inflamatórios relacionados à obesidade. São Paulo. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**. v. 53, n. 5. p. 646–656. 2009.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. Campinas. **Saúde e Sociedades**. v. 12, n. 1, p. 12-20. 2003.
- BELIK, W.; CILIPRANDI, E. **Segurança e soberania alimentar**. Campinas, UNICAMP/Instituto de Economia, 2011.
- BENTES, E. **Segurança alimentar nutricional no Pará: situação atual e perspectivas**. Belém: UNAMA, 2003.
- BOAVENTURA-LEITE, I. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Lisboa. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.
- BONOMO, É.; CAIAFFA, W.; CÉSAR, A.; LOPES, A.; LIMA-COSTA, M. Consumo alimentar da população adulta segundo perfil sócio-econômico e demográfico: Projeto Bambuí. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro. v. 19, n. 5, p. 1461-1471. 2003.

- BORBA, F. M. **As lutas pelo reconhecimento: dispositivos legais, instituições e territórios quilombolas**. XVI Encontro estadual de história da ANPUH – SC. História e movimentos sociais. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2GUABGT>. Acesso em: 20 mar. De 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Da Institui a Política Nacional Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 10 ago. 2017.
- BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. **Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**. Disponível em <https://bit.ly/2vUt2b5>. Acesso em: 21 mai. 2018.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 25 de agosto de 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2bRLKfw>. Acesso em: 23 de fev. 2017.
- BRITO, C. **Bem Viver e Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil: o processo de regularização fundiária no Território Sesmaria do Jardim, Baixada Maranhense**. 2018. 197 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável) Universidade Federal do Pará, Pará, 2018.
- BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 6, p. 1441-1451, 2007.
- CAISAN. **Monitoramento da segurança alimentar e nutricional. 2016**. Disponível em: <http://mds.gov.br/caisan-mds/monitoramento-da-san>. Acesso em: 12 jul. de 2017.
- CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO**. Brasília: MDS; CIAPO, 2013. 96 p.
- CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no brasil: panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão Nº 621. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2IK1RIN>. Acesso em: 12 jul. de 2017.
- CAMPOS, M.; FONSECA, J.; TUBALDINI, M. Identidade e cultura alimentar na comunidade quilombola de Barro Preto/ MG. I Seminário sobre alimentos e manifestações culturais tradicionais. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. 2012.
- CARMO, M.; COMITRE, V.; BORSATTO, R. Sustentabilidade nos quilombos João Surá e Jaó. São Paulo. **Espacios**. v. 37, n. 17. 2016.
- CARRÃO, F. **Représentations et pratiques alimentaires dans une communauté quilombola de l'amazonie brésilienne**. Mémoire de deuxième année (Master alimentation Parcours « sciences sociales appliquées à l'alimentation ») Université de Toulouse ii – le Mirail Institut Supérieur du Tourisme, de L'Hôtellerie et de L'Alimentation. 2013.
- CARVALHO, A. Chácara das rosas: de um território negro a um quilombo urbano. 2007. In: ALMEIDA, A. et. al. (Orgs.). Cadernos de debates Nova Cartografia Social: **Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. v. 1, n. 2, p. 154-169. 2010.
- CARVALHO, A.; BECKMAN, J.; MACIEL, R.; FARIAS NETO, J. Características físicas e químicas de Frutos de pupunheira no estado do Pará. São Paulo. **Revista Brasileira Fruticultura**, v. 35, n. 3, p. 763-768, 2013.
- CARVALHO, A.; SILVA, D. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuacu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. São Paulo. **Interface**. v. 18 n. 50, p. 521-532. 2014.

- CAVIGNAC, J. Resorts e quilombolas – alianças políticas e interesses econômicos em Sibaúma (RN). 2006. In: ALMEIDA, A. et. al. (Orgs.). Cadernos de debates Nova Cartografia Social: **Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA Edições, v. 01, n. 02. p. 154-169. 2010.
- CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro. **Elsevier**. 1. Ed. 13º tiragem. 2003.
- CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**. v. 19, n. 55, p. 33-48. 2005.
- CLARO, R.; MAIA, M.; COSTA, B.; DINIZ, D. Preço dos alimentos no Brasil: prefira preparações culinárias a alimentos ultraprocessados. Rio de Janeiro. **Caderno de Saúde Pública**, v. 32 n. 8, p. 1-13. 2016.
- CONAQ. Coordenação nacional de articulação das comunidades negras rurais quilombolas. Grave vulnerabilidade dos quilombos. In: ALMEIDA, A. WB. et al (Orgs.). Cadernos de debates Nova Cartografia Social: **Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. v. 01, n. 02. 2010. 349 p. 2010.
- CONSEA. **Os impactos dos AGROTÓXICOS na segurança alimentar e nutricional: contribuições do Consea**. Brasília. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2M19qJn>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- CONSEA. II Conferência Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. 17 a 20 de março 2004. **Construção de uma política de Segurança alimentar e nutricional**. Centro de Convenções de Pernambuco/Olinda.
- CONTI, I. L. **Segurança alimentar e nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE. 2009. 62 p. Disponível em: <https://goo.gl/beUqTN>. Acesso em: 02 mar. 2018.
- CORRÊA, A. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. São Paulo. **Estudos Avançados** 21. v. 60, s/n, p. 144-154, 2007.
- COSTA, E. **Racismo, política pública métodos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira**. Tese (Instituto de Psicologia) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- COSTA, L.; BRAGA, M.; TEIXEIRA, E. Impactos do Programa Bolsa Família sobre o consumo de nutrientes das famílias beneficiárias. Porto Alegre. **Ensaio FEE**. v. 37, n. 4, p. 947-974, 2017.
- CUNHA, E.; SOUSA, A.; MACHADO, N. A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnóstico para a educação em saúde e nutrição. São Paulo. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. v. 15, n. 1, p. 39-49, 2010.
- CUNHA, M.; ALMEIDA, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental, 2001, p. 184-193.
- CUNHA, M.; ALMEIDA, M. **Quem são as populações tradicionais**. 2010. Unidades de Conservação, Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/territorios-de-ocupacao-tradicional/quem-sao-as-populacoes-tradicionais>. Acesso em: 10 ago. de 2017.
- CUSTÓDIO, M.; FURQUIM, N.; SANTOS, G.; CYRILLO, D. Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. Campinas. **Segurança Alimentar e Nutricional**. v. 18 n. 1, p. 1-10. 2011.
- DERGAL, S. Química de los alimentos. Cuarta edición. Pearson educación. México, 2006. 736 p.

DIEGUES, A. (ORG.); VIEIRA ARRUDA, R.; DA SILVA, V.; FIGOLS, F.; ANDRADE, D. Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. São Paulo: NUPAUB/USP; PROBIO/MMA; CNPq, 2000, p. 16-26. Disponível em: <https://goo.gl/cpybH4>. Acesso em: 01 ago. 2018.

DIOUF, J. Segurança alimentar. In: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. **Ano Europeu para o Desenvolvimento: O nosso Mundo, a nossa Dignidade, o nosso Futuro**. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2hgUV2P>. Acesso em: 12 de jul. 2017.

DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CE-FAO. **Una introducción a los conceptos básicos de la seguridad alimentaria**. Programa “La Seguridad Alimentaria: Información para la toma de decisiones”. 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/014/al936s/al936s00.pdf>. Acesso: 11 jan. de 2019.

**FIABANI, A. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções**. Associação Nacional de História – ANPUH. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA 24. 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Adelmir%20Fiabani.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018

FAO. **Superação da fome e da pobreza rural. Iniciativas Brasileiras**. Brasília. 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i5335o.pdf>. Acesso em: 15 jun. de 2018.

FAO. Empleo rural decente en el sector de pesca artesanal y de pesca semiindustrial en Costa Rica. Caso Estudio. 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6519s.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

FAO. **Número de vítimas da fome cai para menos de 800 milhões: a erradicação é o próximo objetivo**. Roma, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/zqKpX2>. Acesso em: 20 mai. 2017.

FAO. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional**. Relatório, 2014. Disponível em: [http://www.fao.org.br/download/SOFI\\_p.pdf](http://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf). Acesso em: 12 jul. 2017.

FAO. **O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo, 2014**. Resumo. Roma, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4037o.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017.

FAO. **El Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación**. Roma, 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/018/i3300s/i3300s.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.

FAO. Good Food Security Governance: The Crucial Premise to the Twin-Track Approach. Background paper. **ESA Workshop**, Rome, December 2011. Disponível em: <https://bit.ly/29Ys9Cw>. Acesso em: 26 abr. 2017.

FAO. **Seguridad alimentaria y nutricional Concepto básicos**. Programa especial para la seguridad alimentaria - PESA - Centroamérica Proyecto Food Facility Honduras. 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-at772s.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2019.

FAO. Conceptos y marcos de seguridad Alimentaria. Lección 1. ¿Qué es la seguridad alimentaria? Notas de aprendizaje. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/1DVjsou>. Acesso em: 17 jan. 2019.

FAO. **Melhorar a Nutrição através das Hortas Familiares**. Modulo de Formação Técnicos de Extensão Agrícola em África. Serviço de Programas de Nutrição. Divisão de Alimentação e Nutrição. Roma. 2003. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/007/x3996p/x3996p00.htm#Contents>. Acesso em: 16 jun. 2018.

FAO. **Herramientas para la comunidad**. Conceptos, métodos y herramientas para el diagnóstico, seguimiento y la evaluación participativos en el Desarrollo Forestal Comunitario. MANUAL DE CAMPO N 2. 1996. Disponível em: <https://goo.gl/uQPuJC>. Acesso em: 23 jul. 2017.

FAO; FIDA; PMA. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2015**. Cumplimiento de los objetivos internacionales para 2015 en relación con el hambre: Balance de los desiguales progresos. Roma, FAO. 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4646s.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

- FAO; OPS; OMS. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional.** Sistemas alimentarios sostenibles para poner fin al hambre y la malnutrición. Santiago, 2016. Disponível em: [www.fao.org/3/a-i6747s.pdf](http://www.fao.org/3/a-i6747s.pdf). Acesso em: 15 fev. 2017.
- FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2017.** Building resilience for peace and food security. Roma, FAO. 2015. 120 P. ISBN 978-92-5-109888-2. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-I7695e.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- FARIA, A.; FERREIRA, P. **Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo.** Brasília: MMA; IEB, 2006. 76 p.
- FARIA, M. Soberania alimentar na comunidade quilombola de Colônia do Paiol: entre a cultura global e local. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. 2017. 105 p.
- FAVRET-SAADA, J. *les mots, la mort, les sorts.* Paris: Gallimard, 1977. 427 p.
- FERRARI, M. **A economia dos quilombos.** Trocas de excedentes agrícolas com o entorno ainda sobrevivem nas comunidades rurais negras da atualidade. Pesquisa FAPESP 242. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2nA1Z0b>. Acesso em: 25 mai. 2018.
- FERREIRA, V.; MAGALHÃES, R. Práticas alimentares de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na perspectiva da promoção da saúde. São Paulo. **Saúde e Sociedade.** v.26, n.4, p. 987-998. 2017.
- FERREIRA, D.; POMPEU, G.; FONSECA, J.; SANTOS, J. Sistemas agrofloretais comerciais em áreas de agricultores familiares no município de Altamira, Pará. Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Agroecologia,** v. 9, n. 3, p. 104-116. 2014.
- FREITAS, D. **O Escravidão Brasileiro.** Porto Alegre, Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes. 1980. 152 p.
- FREITAS, D.; CABALLERO, A.; MARQUES, A.; HERNÁNDEZ, C.; ANTUNES, S. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. São Paulo. **CEFAC.** v. 13, n. 5, p. 937-943. 2011.
- GALESI, G.; QUESADA, K.; OLIVEIRA, M. Indicadores de segurança alimentar e nutricional. São Paulo. **Revista Simbio-Logias,** v.2, n.1, p. 221 – 230. 2009.
- GARCIA, B.; VIEIRA, T.; OLIVEIRA, F. Quintais agrofloretais e segurança alimentar em uma comunidade rural na Amazônia. **Revista Faculdade de Agronomia,** v. 114, n. esp. 1, p. 67-73. 2015.
- GAZEL FILHO A.; YARED, J.; MOURÃO-JÚNIOR, M.; CORDEIRO, I.; BRIENZA JÚNIOR, S. 2009. Contribuição de quintais agrofloretais para a Segurança Alimentar em Mazagão, AP. Disponível em: <http://www.sct.embrapa.br/cdagro/tema01/01tema12.pdf>>. Acesso em: 19 julho de 2018.
- GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 2. Ed. São Paulo. Atlas S.A. 1989. 105 p.
- GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo. Atlas S.A. 2008. 220 p. Disponível em: <https://goo.gl/WwzjVN>. Acesso em: 08 nov. 2017.
- GOMES, A.; VIEIRA, E.; FILHO, M. **Análise do extrativismo e das práticas agropecuárias em comunidades quilombolas da Ilha do Cajual, Alcântara – MA.** In: I Congresso Nacional de Geografia Física. São Paulo. Instituto de Geociências – UNICAMP, 2017. p. 4543-4547. Disponível em: <http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/2303>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- GUERRERO, A. **Situação nutricional de populações remanescentes de quilombos do município de Santarém – Pará, Brasil.** 2010. Tese (Doutor em Ciências na área de Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2010. 120 p.

- GUSMÃO, N. M. Terra de mulheres identidade e gênero em um bairro rural negro. São Paulo. **História**. n. 129-131, p. 81-100. 1994. Disponível em: <https://goo.gl/9tFWri>. Acesso em: 29 mar. 2018.
- HENRIQUE, M.; ALONSO, J.; SANTOS, J. Indios y negros: conflicto y solidaridad en la frontera amazónica, siglo XIX. **Boletín Americanista**, año lxxvii, 2, n. 75, Barcelona, 2017, p. 93-111.
- HERRÁN, O.; CASTILLO, S.; PATIÑO, P. Exceso de proteínas en la pobreza: la paradoja del exceso de peso en niños colombianos. Santiago (CL). *Revista Chilena de Nutrición*. v. 44, n. 1, p. 45-56. 2017.
- HIRAI, W.; SILVA, É.; MAIA, J. Segurança alimentar e nutricional: a cultura alimentar da população quilombola. In: VII Jornada Internacional de políticas Públicas. São Luís, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo10/seguranca-alimentar-e-nutricional-a-cultura-alimentar-da-populacao-quilombola.pdf>. Acesso em: 29 enero. 2019.
- HORA, N. **Atividades produtivas e conservação da biodiversidade um estudo na comunidade Igarapé Grande, ilha de João Pilatos, Ananindeua-PA**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) Universidade do Estado do Pará. Belém, Pará. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2XGghNG>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População jovem no Brasil / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais**. Catálogo. Rio de Janeiro. 2010. 54p.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA (IICA). **Situación de la seguridad alimentaria en las Américas** (Documento para alimentar el diálogo de la 42.a Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos). Costa Rica. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2SE4jkN>. Acesso em: 06 jan. 2019.
- JANNUZZI, P. **Indicadores sociais no Brasil**. Conceitos, fontes de dados e aplicações para: Formulação e avaliação de políticas públicas e Elaboração de estudos socioeconômicos. 3ª edição. 2ª impressão. Alínea. 2012. 141 p.
- JIMÉNEZ-BENÍTEZ, D.; RODRÍGUEZ-MARTÍN, A.; JIMÉNEZ-RODRÍGUEZ, R. Análisis de determinantes sociales de la desnutrición en Latinoamérica. Red de Malnutrición en Iberoamérica del Programa de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo (Red Mel-CYTED). Córdoba. **Nutrición Hospitalaria**. v. 25 n. 3, p. 18-25, 2010.
- KALIKOSKI, D.; ROCHA, R.; VASCONCELLOS, M. Importância do conhecimento ecológico tradicional na gestão da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil. Rio Grande do Sul. **Ambiente & Educação**. v. 11, s/n, p. 87-118. 2006.
- KEPPLE, A.; SEGALL-CORRÊA, A. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. São Paulo. **Ciência Saúde coletiva**. v. 16, n. 1, p. 187-199. 2011.
- KUMAR, B.; NAIR, P. (Org.). Tropical Homegardens. A Time-Tested Example of Sustainable Agroforestry. v. 3. 2006. 377 p. Disponível em: <https://goo.gl/9ZBVnZ>. Acesso em: 13 nov. 2017..
- LIDÓN, Á.; CONESA, J.; CASTILLO, I.; SOLER, M.; TOMÁS, A. El limón y sus componentes bioactivos. Serie Técnica y de Estudios 25. Consejería de Agricultura, agua y Medio Ambiente. Murcia. 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/285695850>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- LITTLE, P. Territórios sociais e povos e comunidades tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: Anuário Antropológico/2002-2003 Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**. 2004, p. 251-290.
- LIMA, R.; NETO, J.; FARIAS, R. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. Rio de Janeiro. **Demetra**. v.10, n. 3, p. 507-522. 2015.

- LOBÃO, R. Tempos e Espaços dos Direitos: articulações do global ao local, sem vice-versa. Brasília. **Humanidades**, n. 59, p. 70-79. 2012.
- MALCHER, M. **O olhar geográfico: a formação e territorialização de comunidades quilombolas no município de São Miguel do Guamá, Pará**. 2017. 191 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- MALUF, R. Renato Maluf: “Apoio à pesquisa em segurança alimentar e nutricional é muito bem-vindo”. Entrevistadores: Redação Prêmio Jovem Cientista- Editora Globo. São Paulo. 2012. Entrevista concedida à equipe de Redação Prêmio Jovem Cientista. Disponível em: <https://bit.ly/2VDskt7>. Acesso em: 5 abr. 2017.
- MARCO, I. **Contribuição do design na feirinha solidária da UFU: Uma experiência para a valorização de produtos locais**. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Design apresentado à Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia. 2017.
- MARIN, R.; CASTRO, E. **No caminho de pedras do Abacatal**. Experiência social de grupos negros no Pará. Belém: NAEA/UFPA, 2ª. ed. 2004. 273p.
- MDSA (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME). **Cartilha para agentes de ATER no âmbito de Acordos de Cooperação Técnica**. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2XHH3oH>. Acesso em: 20 mai. 2017
- MDSA (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME). **Guia de cadastramento de famílias quilombolas**. Apresentação de dados acerca da população quilombola no Brasil. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>. Acesso em: 20 mai. 2018.
- MDSA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO). **Brasil sai do mapa da fome das nações unidas, FAO**. Brasília, setembro 2014. Disponível em: <https://goo.gl/gEYUwJ>. Acesso em: 20 mai. 2017.
- MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. Rio de Janeiro. **Revista Agrícolas**. v. 1, n. 0, p. 11-14, 2004.
- MELO, C.; COSTA, L.; PEREIRA, F.; CASTRO, L.; NEPUMOCENO, S. Análises físico-químicas do fruto “in natura” da pupunha. Uberaba. **Revista Inova & Tecnologia**. Ano 3, n. 1. p. 13-17. 2017.
- MENEZES, E.; TORRES, A.; SRUR, A. Valor nutricional da polpa de açaí (*Euterpe oleracea* Mart) liofilizada. Manaus. **Acta amazônica**. v. 38 n. 2, p. 311-316. 2008.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral**. Alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Manual de Atuação, 1. Brasília, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/ATnWnF>. Acesso em: 19 mai. 2018.
- MIRANDA, S. **Contribuição de Quintais Agroflorestais para a Segurança Alimentar de Agricultores Familiares no Baixo Irituia, Nordeste Paraense**. 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em Agricultras Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, 2011.
- MISSOURI BOTANICAL GARDEN. Tropicos.org. 2018. Disponível em: <http://www.tropicos.org>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- MONTAÑA, M. **Compreensão sobre segurança alimentar e nutricional**. Curso de educação continuada REDESAN 2009. Disponível em: <https://goo.gl/FBHyka>. 2009. Acesso em: 03 de ago. 2017.
- MONTE ALTO, R. **Saberes e fazeres quilombolas: diálogos com a educação do campo**. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, Uberaba-MG, 2012.
- MONTEIRO, M. As discussões em torno da regulação do art. 68 do ADCT e a ineficiência da regularização fundiária no Brasil. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, v. 13, n. 42-43, p. 465-480. 2014.

- MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. São Paulo. **Revista USP**, Brasil, n. 28, p. 56-63, 1996.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções da raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º. **Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB**. Rio de Janeiro. 2003. Disponível em: <http://www.dihitt.com.br/n/educação>. Acesso em: 01 mar. 2018.
- NAIR, P. 1986. An Evaluation of the Structure and Function of Tropical Homegardens. *Agricultural Systems*. v. 21, n. 4, p. 279-310.
- NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**: Carta, Falas, Reflexões, Memórias. Informe, Brasília, Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 21-26. 1991.
- NASCIMENTO, E.; GUERRA, G. Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. Belém. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. v. 11, n. 1, p. 225-241. 2016.
- NASCIMENTO, J. Identificação e sistematização do conhecimento tradicional relacionado aos recursos naturais na Área de Remanescentes Quilombolas de N. Sra. do Livramento, Igarapé-Açu – Pará. 2015. **Relatório de bolsa de iniciação científica**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2015. Disponível em: <http://www.pibic.ufpa.br/relFinais/6654.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.
- NEPA (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação). **Tabela brasileira de composição de alimentos - TACO**. 4ª edição revisada e ampliada. Campinas: NEPA-UNICAMP. 2011. 161 p. Disponível em: <https://goo.gl/Bf1bhG>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- NETO, O. Trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2002. 41 p.
- NETO, R.; MARCOLAN, A. Estudo exploratório acerca do comportamento de consumo de mandioca e derivados no Brasil, com ênfase na Região Norte. In: Congresso sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural. 48. **Anais...** Campo Grande, MS., 2010. Campo Grande, MS: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.
- NETO, M.; SILVA, M. **Latossolos amarelos**. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2Tkod80>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- OLIVEIRA, C.; SILVA, R.; ALMEIDA, R. Diversificação produtiva, reprodução socioeconômica e mulheres no assentamento periurbano Mártires de Abril – Pará. **Nucleus**, v. 12, n. 1, p. 253-266. 2015.
- OLIVEIRA, F. Saúde da população negra. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2001.
- OLIVEIRA, N.; JAIME, P. O encontro entre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da saúde no Guia Alimentar para a População Brasileira. São Paulo. **Saúde e Sociedade**. v. 25, n. 4, p. 1108-1121. 2016.
- OLIVEIRA, J. **Uso do Território, Experiências Inovadoras e Sustentabilidade: um estudo em Unidades de Produção Familiares de agricultores na área de abrangência do Programa PROAMBIENTE, Nordeste Paraense**. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, 2006.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE BRASIL. Sistema educativo nacional de Brasil. **Breve evolução histórica do sistema educacional**. Disponível em: <https://bit.ly/2H4an3G>. Acesso em: 17 nov. 2018.

- ORTIZ, A. Contribuciones del marxismo clásico al estudio de la relación hombre-naturaleza. **IV Conferencia Internacional "La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI"**. 2008b. Acesso: [https://www.nodo50.org/cubasi gloXXI/congreso08/conf4\\_ortizb.pdf](https://www.nodo50.org/cubasi gloXXI/congreso08/conf4_ortizb.pdf). Acesso em: 08 ago. 2018.
- PALMA, V.; SUÁREZ, K. Dinámicas metabólicas cuando estamos bien nutridos. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2R8FeSq>. Acesso em: 04 jan. 2019.
- PANELLI-MARTINS, B.; SANTOS, S.; ASSIS, A. Segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de indicadores e experimentação em um município da Bahia, Brasil. São Paulo. **Revista de Nutrição**. v. 21, Suppl., p. 65-81. 2008.
- PAULA, M. **Kalunga: o mito do isolamento diante da mobilidade espacial**. 2003. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Goiânia. IESA-UFG, 2003.
- PIANI, P. **Construção de saberes em saúde: o tema da saúde da população negra nos documentos oficiais (1996-2005)**. Papers do NAEA, nº 221, UFPA, 2008.
- PINTO, A.; BORGES, J.; NOVO, M.; PIRES, P. (Orgs.). **Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados**. Cadernos de Estudos Número 20. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/oLVBGs>. Acesso em: 13 ago. de 2017.
- PORTAL BRASIL. **Fome cai 82% no Brasil, destaca relatório da ONU**. Cidadania e justiça. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/1FHMBkw>. Acesso em: 17 mai. de 2018.
- PORTO-GONÇALVES, W. **Desafio ambiental: os porquês da desordem mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 182 p.
- PORTO, E. Plano Plurianual 2016-2019. **Texto de contextualização do programa de segurança alimentar e nutricional**. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/vgYojv>. Acesso em: 20 mai. 2017.
- PROCHNOW, M; SCHAFFER, W. **A Mata Atlântica e Você: Como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira**. APREMAVI. Brasília, 2002. 156 p.
- PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Quilombolas da Ilha do Marajó. Série: **Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos**. Belém, Fascículo 7, 2006.
- SAMBUICHI, R.; MOURA, I.; MATTOS, L.; ÁVILA, M.; SPÍNOLA, P.; SILVA, A., (Org.). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, IPEA. 2017. p. 470.
- SANTOS, H.; ZARONI, M.; ALMEIDA, E. Latossolos amarelos. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. 2011. Disponível em <https://bit.ly/2PkxOpg>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- SCHMITT, A.; TURATTI, M.; CARVALHO, M. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. São Paulo. *Ambiente & Sociedade*. Ano V, n. 10 (1). 2002. Disponível em: <https://goo.gl/ZEPZPV>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- SERAGLIO, S.; GONZAGA, V.; HELM, C.; NEHRING, P.; OLIVO, I.; FETT, R. Avaliação da capacidade antioxidante *in vitro* e determinação de compostos fenólicos em diferentes sistemas de extração em frutos de pupunha. In: CONGRESSO SUL BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS, 2., 2015, Blumenau. **Anais...** Blumenau: FURB, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/bz6a57>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- SERRANO, C. **O diagnóstico rápido participativo**. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2TmYxIR>. Acesso em: 01 set. 2017.
- SETUR. SEMINÁRIO EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DO XINGU. Altamira. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2RVnrOa>. Acesso em: 10 mai. 2017.

- SÍCOLI, J. **Pactuando conceitos fundamentais para a construção de um sistema de monitoramento da SAN.** Equipe SAN, Instituto Pólis. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2W5uu68>. Acesso em: 03 ago. 2017.
- SILVA, S. Projecto: “Intercâmbio de Experiências e Diálogo de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar entre Brasil e Moçambique”. In: FAO, CPLP, REPÚBLICA PORTUGUESA- AGRICULTURA FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP.** 2018.
- SILVA, D. Literatura negra brasileira: quilombismo, teoria e práxis. In: XIV CONGRESSO INTERNACIONAL FLUXOS E CORRENTES: In: trânsitos e traduções literárias. 2015, Pará. **Anais eletrônicos...** Pará: UFPA, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/kQ5asU>. Acesso em: 20 mai. 2018.
- SILVA, D.; GUERRERO, A.; GUERRERO, C.; TOLEDO, L. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da Rodovia BR-163, Pará, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, 21 (suplemento), 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2R1LOVB>. Acesso em: 22 ago. de 2017.
- SILVA, G.; MELO, S. Análise religiosa e cultural das comunidades quilombolas na atualidade. **V Colóquio de História.** Perspectivas Históricas. Historiografia, pesquisa e patrimônio. Novembro, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2U3P3hb>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- SILVA, I.; SANTOS, L.; SANTOS, L. Perspectivas para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. In: I SEMINÁRIO SOBRE ALIMENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS TRADICIONAIS, 2012. Sergipe. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE – 21 a 23 de maio de 2012.
- SILVA, J. **Comunidades quilombolas suas lutas, sonhos e utopias.** 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2MoXe8y>. Acesso em: 19 abr. 2017.
- SILVA, J.; FERRAZ, J. Questão fundiária: a terra como necessidade social econômica para reprodução quilombola. *GeoTextos*, v. 8, n. 1, p. 73-96. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2nWg2gH>. Acesso em: 20 mai. 2018.
- SILVA, M. Sobre a Análise do Discurso. São Paulo. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 4, n. 1, p. 16-40, 2005.
- SOARES, D.; BARRETO, S. Indicadores nutricionais combinados e fatores associados em população Quilombola no Sudoeste da Bahia, Brasil. Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 20, n. 3, p. 821-832. 2015.
- SOLARTE, C. **Patrimônio cultural alimentar.** Cartografía de la memoria. 1. ed. Quito, Ecuador. 2010.
- SOUZA, E.; OLIVEIRA, F. **As dinâmicas territoriais nas comunidades tradicionais reflexos da expansão do agronegócio, o caso de Igarapé-Açu.** In: Congresso Ibero-Americano de estudos territoriais e ambientais, 6., 2014, São Paulo. Disponível em: <https://goo.gl/oV25pr>. Acesso em: 05 fev. 2017.
- THE PLANT LIST. **Version 1.1.** Disponível em: <http://www.theplantlist.org/>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- USDA (UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE) – Food composition Databases. Software developed by the National Agricultural Library v. 3.9.4.1. 2018. Disponível em: <https://ndb.nal.usda.gov/ndb/>. Acesso em: 15 jun. 2018. Acesso em: 16 jun. 2018.
- VAINFAS, R. **Dicionário do Brasil Colonial (1500–1808).** Editorial Objetiva. Rio de Janeiro. 2000. 574 p.
- VIDAL, I.; SOUSA, C. **Grupos vulneráveis e direitos humanos. Focos em povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.** 2015. Disponível em: <https://goo.gl/Mt9URK>. Acesso em: 18 abr. 2017.

VIEIRA, F. B. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico? In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2C2VOcE>. Acesso em: 3 ago. 2017.

VIGOTSKI, L. **A formação social da mente**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes. A relação Homem-Natureza. (2007).

WINKLERPRINS, A.; SOUZA, P. Surviving the City: Urban Home Gardens and the Economy of Affection in the Brazilian Amazon. **Journal of Latin American geography**. v. 4, n. 1, p. 107-126. 2005.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001. 163 p.

## **ANEXOS**

**ANEXO A. LISTA DAS ESPÉCIES VEGETAIS PRESENTES EM QUINTAIS, SÍTIOS, ROÇAS, VÁRZEA E CAPOEIRA DE MORADORES DA COMUNIDADE N. SRA. DO LIVRAMENTO, MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU (PA).**

(CONTINUA)

<b>NOME COMUM</b>	<b>NOME CIENTÍFICO</b>	<b>FAMÍLIA</b>	<b>LOCAIS</b>
<b>Abacate</b>	<i>Persea americana</i> Mill.	Lauraceae	
<b>Abacaxi</b>	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merr.	Bromeliaceae	
<b>Açaí</b>	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	Arecaceae	
<b>Acerola</b>	<i>Malpighia emarginata</i> DC.	Malpighiaceae	
<b>Ameixa</b>	<i>Prunus serrulata</i> Lindl.	Rosaceae	
<b>Banana</b>	<i>Musa</i> sp.	Musaceae	
<b>Biriba</b>	<i>Rollinia mucosa</i> (Jacq.) Baill.	Annonaceae	
<b>Cacau de mato</b>	<i>Theobroma</i> sp.	Malvaceae	
<b>Cajarana</b>	<i>Spondias dulcis</i> Parkinson Parkinson	Anacardiaceae	
<b>Caju</b>	<i>Anacardium occidentale</i> L.	Anacardiaceae	
<b>Cana</b>	<i>Phyllostachys bambusoides</i> Siebold & Zucc.	Poaceae	
<b>Coco</b>	<i>Cocos nucifera</i> L.	Arecaceae	
<b>Cupuaçu</b>	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. ex Spreng.) K.Schum.	Malvaceae	
<b>Cupui</b>	<i>Theobroma subincanum</i> Mart.	Malvaceae	
<b>Fruto Pão</b>	<i>Artocarpus altilis</i> (Parkinson ex F.A.Zorn) Fosberg	Moraceae	
<b>Goiaba</b>	<i>Psidium guajava</i> L.	Myrtaceae	<b>Frutíferas em quintais e sítios</b>
<b>Graviola</b>	<i>Annona muricata</i> L.	Annonaceae	
<b>Inajá</b>	<i>Attalea maripa</i> (Aubl.) Mart.	Arecaceae	
<b>Ingá</b>	<i>Inga edulis</i> Mart.	Leguminosae	
<b>Jaboticaba</b>	<i>Plinia cauliflora</i> (Mart.) Kausel	Myrtaceae	
<b>Jaca</b>	<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	Moraceae	
<b>Jenipapo</b>	<i>Genipa americana</i> L.	Rubiaceae	
<b>Laranja</b>	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck	Rutaceae	
<b>Limão</b>	<i>Citrus limon</i> (L.) Osbeck	Rutaceae	
<b>Mamão</b>	<i>Carica papaya</i> L.	Caricaceae	
<b>Manga</b>	<i>Mangifera indica</i> L.	Anacardiaceae	
<b>Mangaba</b>	<i>Hancornia speciosa</i> Gomes	Apocynaceae	
<b>Maracujá</b>	<i>Passiflora edulis</i> Sims	Passifloraceae	
<b>Melancia</b>	<i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Matsum. & Nakai	Curcubitaceae	
<b>Murici</b>	<i>Byrsonima crassifolia</i> (L.) Kunth	Malpighiaceae	
<b>Noni</b>	<i>Morinda citrifolia</i> L.	Rubiaceae	
<b>Piquiá</b>	<i>Caryocar brasiliense</i> A.St.-Hil.	Caryocaraceae	
<b>Pupunha</b>	<i>Bactris gasipaes</i> Kunth.	Arecaceae	
<b>Tangerina</b>	<i>Citrus reticulata</i> Blanco	Rutaceae	
<b>Taperebá</b>	<i>Spondias mombin</i> L.	Anacardiaceae	
<b>Maxixe</b>	<i>Cucumis anguria</i> L.	Cucurbitaceae	<b>Hortaliças (Quintais e sítios)</b>
<b>Pimenta doce</b>	<i>Capsicum</i> sp.	Solanaceae	
<b>Quiabo</b>	<i>Abelmoschus esculentus</i> (L.) Moench	Malvaceae	
<b>Vinagreira</b>	<i>Hibiscus sabdariffa</i> L.	Malvaceae	
<b>Abóbora</b>	<i>Cucurbita andreana</i> Naudin	Cucurbitaceae	
<b>Alfavaca</b>	<i>Ocimum basilicum</i> L.	Lamiaceae	
<b>Cebolinha</b>	<i>Allium schoenoprasum</i> L.	Amaryllidaceae	
<b>Chicória</b>	<i>Cichorium intybus</i> L.	Compositae	
<b>Caruru</b>	<i>Talinum fruticosum</i> (L.) Juss.	Talinaceae	

<b>Urucum</b>	<i>Bixa orellana</i> L.	Bixaceae	
<b>Pimenta reino</b>	<i>Piper nigrum</i> L.	Piperaceae	
<b>Feijão</b>	<i>Phaseolus</i> sp.	Leguminosae	<b>Lavoura branca (Roça)</b>
<b>Macaxeira</b>	<i>Zea mais</i> L.	Poaceae	
<b>Mandioca</b>	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	Euphorbiaceae	
<b>Arapari</b>	<i>Macrolobium acaciifolium</i> (Benth.) Benth.	Fabaceae	
<b>Babaçu</b>	<i>Attalea speciosa</i> Mart.	Leguminosae	
<b>Bacaba</b>	<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.	Arecaceae	
<b>Bacuri</b>	<i>Platonia insignis</i> Mart.	Clusiaceae	
<b>Bambu</b>	<i>Bambusa oldhamii</i> Munro	Poaceae	
<b>Buriti</b>	<i>Mauritia flexuosa</i> L.	Arecaceae	
<b>Cedro</b>	<i>Cedrela fissilis</i> Vell.	Meliaceae	
<b>Fabera</b>	<i>Peltophorum dubium</i> (Spreng.) Taub.	Leguminosae	
<b>Jacaré</b>	<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J.F.Macbr.	Fabaceae	<b>Espécies florestais (Várzea e capoeira)</b>
<b>Jacaréuba</b>	<i>Calophyllum brasiliense</i> Cambess.	Clusiaceae	
<b>Marupa</b>	<i>Simarouba amara</i> Aubl.	Simaroubaceae	
<b>Matamata</b>	<i>Eschweilera coriacea</i> (DC.) S.A.Mori	Lecythidaceae	
<b>Paricá</b>	<i>Chizolobium amazonicum</i> Ducke	Leguminosae	
<b>Piquiá</b>	<i>Caryocar brasiliense</i> A.St.-Hil.	Caryocaraceae	
<b>Samambaia</b>	<i>Filicium decipiens</i> (Wight & Arn.) Thwaites	Sapindaceae	
<b>Seringa</b>	<i>Hevea brasiliensis</i> (Willd. ex A.Juss.) Müll.Arg.	Euphorbiaceae	
<b>Cipó-escada</b>	<i>Bauhinia guianensis</i> Aubl.	Fabaceae	
<b>Tamamqueira</b>	<i>Alchornea glandulosa</i> Poepp.	Euphorbiaceae	
<b>Tapiririca</b>	<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	Anacardiaceae	
<b>Tucumã</b>	<i>Astrocaryum aculeatum</i> G. Mey.	Arecaceae	

Fonte: Elaborado por Yorgana Yajure Prado. Segundo The Plant List (2013); Missouri Botanical Garden (2018).

## **ANEXO B. ROTEIRO DE ENTREVISTA (SITUAÇÃO ALIMENTAR PASSADA E ATUAL DA COMUNIDADE)**

### **I. Informações Gerais**

a) Data. b) Horário de início e término. c) Local. d) Entrevistado.

### **II. Contexto histórico da comunidade**

a) **Como foi a chegada.** Quem eram as pessoas? Da onde vieram? Que os levou a chegar até aqui? Como foi a organização para chegar até aqui? O que faziam depois da chegada?

b) **Principais fatos que marcaram a história.** Como foi a formação da comunidade? Qual é a origem do nome? Como foram os acontecimentos durante a construção da estrada de ferro? Da estrada? Os conflitos (Natureza e período)? Como foi o processo de titulação? Como foi o processo de reconhecimento? Personagens tradicionais (Lideranças comunitárias, moradores mais antigos), como foi evoluindo tudo até agora? Entidades (Associações de moradores, igreja, produtores, escola, transporte, ONGs, paróquias). Chegada da água, luz, serviços. Como foi a chegada do extrativismo do dendê? Programas de ajudas?

c) **Comente sobre a evolução das atividades produtivas na comunidade ao longo do tempo.**

Agricultura, Pesca, Caça, Cria, Extrativismo (Junco), quem faz? (Gênero), é comunitário? Comercializam? Qual era a principal produção local? E agora? Trabalhavam com produtos florestais? Antigamente, produziam alguns alimentos? Quais eram? Como era o sistema de produção?

d) **E a alimentação, como era naquele momento.** Como era a situação alimentar no passado (Melhor que agora ou pior)? Como era a alimentação dos seus avós? E dos seus pais? Quais alimentos consumiam? Quais eram os pratos que eles acostumavam preparar? Tinham algum prato especial para as festividades? Quais alimentos acha que identifica vocês? Mudou alguma coisa na alimentação? O que a comunidade consumia antigamente e agora não? Aconteceu algum evento que afetou a produção ou aquisição de alimentos?

De onde proviam os alimentos que se consumiam? Da mata, roça, compravam, trocavam? O que oferecia o meio para a obtenção de alimentos (vegetais, pesca, caça)? E o rio, o que ele dava para a comunidade e que não dá agora? Tem igarapé? Mudou alguma coisa do igarapé? Como era a caça? Que deixou de oferecer? Tinham produção comunitária? Tinham trocas ou ajudas de alimentos? Redes de compra? Tinham algum tipo de organização? Como foi quando chegou a estrada? Teve algumas mudanças no tipo de produção com respeito agora? Qual era a principal produção local?

## **I. Contexto atual da comunidade**

- a)** Como pode se descrever a situação atual da comunidade? Como começou a mudar tudo aqui? Como foi a situação após a construção da Rodovia? A comunidade teve alguma mudança (Melhor, pior)?
- b)** Quais são as principais instituições públicas e organizações com a que conta a comunidade (cooperativas, associações) que atuam com agricultura e, em especial, a agricultura familiar? Como elas atuam? Tem algum projeto agora?
- c)** Qual é a situação alimentar atual na comunidade? Têm problemas, quais? O que você acha que está gerando a situação alimentar? Quais têm sido as mudanças que afetam a segurança alimentar de vocês? Quais são as estratégias que a comunidade está implantando? Quais foram às mudanças no tipo de produção? O que deixaram de produzir? Tem algum problema ambiental na comunidade? Como é atualmente a situação da mata, o rio, os cultivos, a agricultura, o extrativismo de junco? Qual é ou são os principais produtos de produção na comunidade? Tem redes de comercialização?
- d)** No futuro, como você visualiza a situação da comunidade, melhor ou pior? Por quê? O que você acha que tem que organizar para melhorar a situação atual? Quais poderiam ser as estratégias alimentares que a comunidade possa adotar? O que poderiam fazer para voltar à situação anterior? Quais das práticas de produção que você que deveriam retomar?

**Anexo C. Caracterização socioeconômica e alimentar das famílias.**

**DIAGNÓSTICO**

**Caracterização socioeconômica e alimentar das famílias.**

Data: \_\_\_\_\_

Nº: \_\_\_\_\_

<b>GPS:</b> S _____ W _____
-----------------------------------

**I. IDENTIFICAÇÃO GERAL**

Comunidade: \_\_\_\_\_ Entrevistador: \_\_\_\_\_  
Entrevistado: \_\_\_\_\_ N° telefone/celular \_\_\_\_\_ WhatsApp: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ N° de Lote: \_\_\_\_\_ Nome Lote: \_\_\_\_\_  
Referência: \_\_\_\_\_. Mora há quanto tempo na comunidade? \_\_\_\_\_. Distância até Igarapé-Açu: \_\_\_\_\_

**II. DADOS SOCIOECONOMICOS**

**2.1 Composição e características da família**

Nº	Nome da pessoa/Parentesco com o responsável	Naturalidade	Idade	Sex.	Estado Civil	Nível Escol.	Relig.	Ocupação	Observação
01									
02									
03									
04									
05									
06									
07									
08									
09									
10									
11									

**Nível escolaridade:** 1. Analfabeto. 2. Alfabetizado. 3. Ens. Fundamental incompleto (1º ano até 8º ano) 4. Ens. Fundamental completo (1º ano até 9º) 5. Ens. Médio incompleto (1º ano até 2º) 6. Ens. Médio completo (1º ano até 3º) 7. Superior completo 8. Superior incompleto.

Pertence a alguma organização social? SIM ( ) NÃO ( ) Especifique: \_\_\_\_\_

## 2.2 Renda familiar

a) A família percebe renda mensal? Sim ( ) Não ( )

Fonte de renda (SM)	Quantidade (R\$)	Gênero	Geração	Observação
Salário Formal				
Aposentadoria				
Bolsa família				
Seguro defeso				
Ajuda de filhos/parentes				
Trabalho fora da propriedade				<b>Especifique:</b>
Comércio *-				<b>Especifique:</b>
<b>Produção do lote</b>				
a) Vegetal				<b>Especifique:</b>
b) Animal				<b>Especifique:</b>
<b>Atividade Florestal</b>				
a) PFM**				<b>Especifique:</b>
b) PFNM***				<b>Especifique:</b>
Outros				
<b>Extrativismo</b>				
Vegetal				<b>Especifique:</b>
Animal/Caça				<b>Especifique:</b>
Pesca				
Junco				
<b>Atividades Artesanais</b>				<b>Especifique:</b>
<b>Total</b>				

\* Produtos industrializados, peças para motos e carros, roupa, entre outros. \*\*Produto florestal madeireiro. \*\*\*Produto florestal não-madeireiro.

b) Como classifica a renda que mantém (sustenta) sua família? 1. Suficiente ( ) 2. Insuficiente ( ) 3. Poderia melhorar ( ) 4. Outra \_\_\_\_\_

c) O que você acha que poderia ajudar a aumentar a renda da sua família? 1. Extrativismo vegetal ( ) 2. Extrativismo Animal ( ) 3. Venda de produtos feitos pela comunidade ( ) 4. Mais empregos fora da comunidade ( ) 5. Venda de artesanatos ( ) 6. Turismo social ( ) 7. Outra \_\_\_\_\_

## 2.3 GASTOS FAMILIARES

a) Qual foi o gasto mensal do domicílio (em R\$) no mês anterior, com os seguintes itens:

1.1 Compra de alimentos para o domicílio	R\$	1.6 Passagens	R\$
a. Saúde	R\$	1.7 Energia elétrica	R\$
b. Educação	R\$	1.8 Diversão / lazer	R\$
c. Vestuário	R\$	1.9 Produto de higiene / cosméticos	R\$
d. Combustível e manutenção de veículo	R\$	1.10 Outro gasto relevante. Qual?	R\$

b) Como cobrem os gastos da casa se falta dinheiro no mês? \_\_\_\_\_

## III. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA PROPRIEDADE

a) Qual é o tamanho da propriedade? Hectares: \_\_\_\_\_. Tarefas: \_\_\_\_\_.

b) De que forma adquiriu a propriedade? Comprou ( ). Assentamento ( ). Herança ( ). Antepassado ( ). Não sabe indicar ( ). Outro ( ).

c) Qual é o documento que possui da propriedade? \_\_\_\_\_. Ano: \_\_\_\_\_.

d) Já possuiu algum tipo de financiamento? Sim ( ). Não ( ). Qual? \_\_\_\_\_. Ano: \_\_\_\_\_.

e) Possui atualmente algum tipo de financiamento? Sim ( ). Não ( ). Qual? \_\_\_\_\_. Ano: \_\_\_\_\_.

## IV. USO DA PROPRIEDADE

### 4.1 Produção vegetal

Categoria	Área (ha)	Observação	Categoria	Área (ha)	Observação
<b>Áreas agrícolas</b>			2.- Capoeira média: 5-10 anos		
1.- Cultivos anuais			3.- Capoeira grossa: mais de 10 anos		
2.- Cultivos perenes			<b>Florestas</b>		
3.- Cultivos consorciados			1.- Floresta natural / primária / mata (terra firme)		
<b>Roça</b>			2.- Igapó		
Mandioca			3.- Floresta secundária com mais de 20 anos		
Macaxeira			4.- Floresta plantada		
<b>Outra</b>			5.- Quintal agroflorestal		
<b>Capoeiras</b>			6.- Sistemas agroflorestais		
1.- Capoeira fina: 1 a 5 anos			7.- Outros usos da terra.		

a) O que o senhor cultiva em sua propriedade?

<b>Tipo</b>	<b>Superfície (ha)</b>	<b>Qtd. Pés</b>	<b>Época ano (colheita)</b>	<b>Qtd. colhida (kg/mês)</b>	<b>Qtd. Consumida (kg/mês)</b>	<b>Qtd. vendida (kg/mês)</b>	<b>Preço de venda (R)</b>	<b>Troca Quant.</b>	<b>Procedência</b>	<b>Observação</b>
Macaxeira										
Mandioca										
§										
Abacate										
Acerola										
Banana										
Biriba										
Cacau										
Café										
Caju										
Coco										
Cupuaçu										
Cupui										
Fruta-pão										
Goiaba										
Graviola										
Inajá										
Ingá										
Jambo										
Laranja										
Limão										
Mamão										
Manga										
Mangaba										
Melancia										
Murici										
P. do reino										
P. doce										
Pupunha										



e) Planta na área de outro? Sim ( ) Não ( ) Especifique \_\_\_\_\_

f) Como prepara a terra? Queima ( ), corta ( ), Outro: \_\_\_\_\_. Quantas vezes no ano? \_\_\_\_\_

#### 4.2 Uso de produtos florestais pela família

ESPECIE	SEÇÃO DA ARVORE								Quant. Pé	Época ano	Quant. colhida (kg/mês)	Quant. Consumida (kg/mês)	Quant. vendida (kg/mês)	Preço de venda (R\$)	Troca Quant.	Onde planta	você
	M	F	S	ORL	F	C	R	OU									
Açaí																	
Andiroba																	
Bacaba																	
Bacuri																	
Castanha P.																	
Jatobá																	
Miriti/Buriti																	
Palmito																	
Piquiá																	
Pupunha																	
Tucumã																	
Uxi																	
Cipó-titica																	
Copaiba																	
Ipê-roxo																	
Junco																	
M. Africano																	
Mogno																	

Paricá																				
Pau de arco																				
Seringueira																				
Sumaúma																				
Teca																				

M= Madeira. F= Fruto. S= Semente. ORL= Óleo, Resina, Látex. F= Fibra. C= Casca. R= Raízes. OU= Outro

Onde você planta: 1. Áreas agrícolas (perene-anual). 2. Roça. 3. Consórcio 4. Capoeira. 5. Floresta. 6. Quintal 7. SAFs. 8. Horta 9. Pomar. 6. Área de reserva legal. 7. Área de APP.

### 4.3. CRIAÇÃO

a) A família cria animais? Sim ( ) Não ( )

Tipo	Área (ha)	Nº indivíduos	Quant. Consumi.	Quant. vendida	Preço de venda (R\$)	Troca (kg)	Perdas anuais (kg)	Época do ano	Observação	Especificação de tipos	Época do ano
alinhá											
caipira											
rango											
eru											
ato											
uínos											
aprinos											
ovinos											
ovinos											
picultura											
eixes											
aça											
ovos											
outros:											

b) Qual é a espécie de cria de maior interesse para a família? \_\_\_\_\_. Por quê? \_\_\_\_\_

c) Onde você vende ou troca? **1.** Em casa ( ) **2.** Feira de produtor ( ) **3.** Atravessador ( ) **4.** Comércio da cidade ( ) **5.** Direto consumidor ( ) **6.** Outro

d) Você dá ou troca com alguns vizinhos parte da sua cria ou produção da terra? Sim ( ) Não ( ). O que dá para eles: \_\_\_\_\_

e) Como vocês comem o peixe? \_\_\_\_\_

f) Você cria na terra de outro? Sim ( ) Não ( ) \_\_\_\_\_

## V. DADOS ALIMENTARES (COMPORTAMENTO ALIMENTAR)

a) A família compra alimentos in natura fora da propriedade? Nunca ( ) Raro ( ) As vezes ( ) Sempre ( ).Quais?

Alimento	Quant. Comprada (kg/mês)	Recebida (kg/mês)	Trocado (kg/mês)	Quant. Total consumida	Observação

b) A família consome produtos industrializados?

Produto	Quant. comprada (kg/mês)	Ganhada\ Recebida (kg/mês)	Quant. Total Consumida (kg/mês)	Observação	Produto	Quant. comprada (kg/mês)	Quant. Ganhada (kg/mês)	Quant. Total Consumida (kg/mês)	Observação
Açúcar					Macarrão				
Arroz					Manteiga				
Biscoitos					Óleo				
Charque					Ovos				
<b>Embutidos:</b>					Pães				
Mortadela					Refrigerantes				
Presunto					Peixe				
Queijos					Sal				
Salsicha					Salgadinhos				
<b>Enlatados:</b>					<b>Outros:</b>				
Atum					Suco artificial				
Sardinhas									
<b>Outros:</b>									

					<b>Observações:</b>				
Farinha									
Farinha de mandioca									
Feijão									
Frango									
Fubá									
Goma									
Iogurte									

## VI. PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

a) Conhece o termo segurança alimentar? Sim ( ) Não ( )

b) Em sua opinião, o que é necessário para a família ter segurança alimentar?

c) Em comparação com o período da chegada da família a comunidade, o que mudou em relação a alimentação?

## ESCREVER NO VERSO

a) Quais as maiores dificuldades na manutenção da alimentação da família hoje?

b) Como considera a situação alimentar da sua família? Segura ( ) Insegura ( ) Insegura grave ( )  
Por quê? \_\_\_\_\_

a) Para você, o que é a agricultura familiar?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

b) A agricultura é trabalho de quem?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

c) Qual é o papel da mulher na prática da agricultura?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

d) Qual é o papel dos jovens na prática da agricultura?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

e) Você acha que a produção agrícola é uma parte importante da renda e da alimentação da sua família?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

f) O que representam os produtos florestais para você?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

g) Vocês produzem sementes? SIM ( ) NÃO ( ). Especifique: \_\_\_\_\_

## VII. PERCEPÇÃO DE BEM-ESTAR E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

a) como você considera sua condição de vida nos últimos 12 meses? 0. Muito má ( ); 1. Má ( ); 2. Boa ( ); 3. Muito boa ( ).

b) A produção de alimentos e os ganhos da família nos últimos dias têm sido suficientes para cobrir as necessidades do domicílio? 0. Não ( ); 1. Uma parte ( ); 2. Sim ( ).

c) Comparando com a média da comunidade, como você considera a condição de vida de sua família? 0. Pior ( ); 1. Na média ( ); 2. Melhor ( ).

d) Comparando com 5 anos atrás, como você considera sua condição de vida atual? 0. Pior agora ( ); 1. A mesma ( ); 2. Melhor agora ( ).

e) Como considera sua comunidade como um lugar para viver? 0. Muito ruim ( ); 1. Ruim ( ); 2. Bom ( ); 3. Muito bom ( ).

f) Em geral, você confia nas pessoas de sua comunidade? 0. Não confia; 1. Confia na minoria; 2. Confia um pouco; 3. Confia na maioria.

g) No caso de uma necessidade, você pode contar com o apoio de pessoas de sua comunidade? 0. Não; 1. Às vezes, mas nem sempre; 2. Sim.

h) Em sua opinião, seus filhos e netos continuarão vivendo e trabalhando nesta terra? 4. Sim todos; 3. Sim alguns; 2. Somente um; 1. Pouco provável; 0. Não.

### VIII. ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

a) Possui residência própria na cidade? Sim ( ) Não ( ). Paga aluguel R\$ \_\_\_\_\_ Luz/mês? \_\_\_\_\_ Água/mês? \_\_\_\_\_

b) Sua residência no lote é: Alvenaria ( ) Madeira ( ) Taipa ( ) Madeira com taipa ( ) Madeira com alvenaria ( ) Outros \_\_\_\_\_

c) Possui luz elétrica na casa do lote? Sim ( ) Não ( ) Quanto paga/mês? \_\_\_\_\_

d) Possui (Quant.) Freezer ( ) Geladeira ( ) Fogão/gás ( ) Fogão/lenha ( ) Fogão/carvão ( ) Bicicleta ( ) Aparelho de Som ( ) DVD ( ) Moto ( ) Carro ( ) Trator ( ) Motosserra ( ) Motor de luz ( ) Caixa d'água ( ) Antena Parabólica ( ) Outros \_\_\_\_\_

e) Água usada é Mineral ( ) Filtrada ( ) Encanada ( ) Poço artesiano ( ) Igarapé ( ) Rio ( ) Cacimba ( ) Outros ( ) \_\_\_\_\_

f) Existe coleta de lixo no lote ou na comunidade? \_\_\_\_\_

### IX. BENS DE PRODUÇÃO: (Quantidade)

a) Arado ( ) Carroça de animal ( ) Colheitadeira ( ) Enxada ( ) Grade de arrasto ( ) Terçado ( ) Pulverizador motorizado ( ) Pulverizador manual ( ) Bomba d'água ( ) Plantadeira Mecanizada ( ) Roçadeira costal motorizada ( ) Plantadeira Manual ( ) Outros \_\_\_\_\_

### X. COMERCIALIZAÇÃO DA FARINHA

a) Faz farinha? Sim ( ) Não ( ) Consumo ( ) Quant./mês? Venda/mês ( ) Quantidade? \_\_\_\_\_

b) Para quem o senhor vende a produção da farinha? \_\_\_\_\_

### XI. MÃO DE OBRA E MANEJO DA PROPRIEDADE

a) Usa a mão de obra familiar na propriedade? Sim ( ) Não ( ) Quantos? \_\_\_\_\_

b) O senhor contrata alguém de fora para trabalhar? Sim ( ) Não ( ) Quantos? \_\_\_\_\_

c) Realiza mutirão: Sim ( ) Não ( ) Troca de dia: Sim ( ) Não ( )

e) Possui outra propriedade agrícola? Sim ( ) Não ( ) Tamanho da área: \_\_\_\_\_ (ha)

### XII. FONTES DE INFORMAÇÃO E EXTENSÃO RURAL

a) Já recebeu algum tipo de assistência técnica? Sim ( ) Não ( ) De quem? \_\_\_\_\_

b) Onde o senhor costuma buscar informações sobre agricultura?  
Instituição ( ) Associação ( ) Cursos ( ) Vizinhos ( ) Sindicato ( ) Revistas ( ) Emater ( ) Jornais ( ) Televisão ( ) Rádios ( ) Internet ( ) Minibiblioteca ( ) Outros \_\_\_\_\_

c) Quais as rádios que o senhor costuma ouvir? \_\_\_\_\_

d) Você acessa internet e redes sociais? Quais? \_\_\_\_\_

e) Como você gostaria de ter acesso a informações sobre tecnologias desenvolvidas pela Embrapa em sua região? Vídeos ( ) Programas de rádio ( ) Publicações ( ) Outros ( ) \_\_\_\_\_

### XIII. LAZER

a) A sua família participa de atividades de lazer? Sim ( ) Não ( ) Quais? \_\_\_\_\_

b) Quais as formas de lazer na comunidade? \_\_\_\_\_

#### **XIV. SAÚDE**

- a) Existe posto de saúde na comunidade? Sim ( ) Não ( )
- b) Quais os tipos de atendimentos realizados no posto de saúde? \_\_\_\_\_
- c) Em caso de necessidade para onde vocês recorrem? \_\_\_\_\_

#### **XV. EDUCAÇÃO**

- a) Tem escola na comunidade? Sim ( ) Não ( ) Quantas? \_\_\_\_\_
- b) Você acha importante que seus filhos estudem? Sim ( ) Não ( ) Porque? \_\_\_\_\_
- c) A merenda escolar é proveniente da agricultura familiar? Sim ( ) Não ( )
- d) O que você acha da merenda escolar? \_\_\_\_\_
- e) Há alguém da família que estuda fora da comunidade? Sim ( ) Não ( )
- f) Faz uso do transporte escolar? Sim ( ) Não ( )
- g) O que acha do transporte escolar? \_\_\_\_\_

#### **XVI. SEGURANÇA**

- a) Vocês têm segurança aqui na comunidade? Sim ( ) Não ( ) Por quê? \_\_\_\_\_

#### **XVII. TRANSPORTE/ACESSO**

- a) Qual o tipo de transporte que a família usa para se deslocar da comunidade para cidade? \_\_\_\_\_
- b) Qual o preço da passagem? R\$ \_\_\_\_\_
- c) Como o senhor transporta a produção da sua propriedade para a cidade? \_\_\_\_\_